DIÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Boa Vista-RR, 20 de Dezembro de 2022.

Edição 3835 | Páginas: 26

8ª LEGISLATURA | 63º PERÍODO LEGISLATIVO

MESA DIRETORA

SOLDADO SAMPAIO
PRESIDENTE

JÂNIO XINGÚ
1º VICE-PRESIDENTE

JEFERSON ALVES
2º VICE-PRESIDENTE

ODILON
3º VICE-PRESIDENTE

CHICO MOZART
1º SECRETÁRIO

MARCELO CABRAL
2º SECRETÁRIO

CATARINA GUERRA
3ª SECRETÁRIA

LENIR RODRIGUES
4ª SECRETÁRIA

RENATO SILVA
CORREGEDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

I - Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final:
a) Deputada Catarina Guerra – Presidente;
b) Deputado Renan – Vice-Presidente;
c) Deputada Aurelina Medeiros;
d) Deputado Coronel Chagas;
e) Deputado Evangelista Siqueira;
f) Deputado Jorge Everton; e
g) Deputada Lenir Rodrigues.

II - Comissão de Administração, Serviços Públicos e Previdência:
a) Deputado Jorge Everton – Presidente;
b) Deputado Nilton Sindpol – Vice-Presidente;
c) Deputado Eder Lourinho;
d) Deputado Jeferson Alves; e
e) Deputado Dhiego Coelho.

III - Comissão de Defesa Social, Segurança Pública e Sistema Penitenciário:
a) Deputado Nilton Sindpol – Presidente;
b) Deputado Coronel Chagas – Vice-Presidente;
c) Deputado J. Lopes;
d) Deputado Renan ; e
e) Deputada Tayla Peres.

IV - Comissão de Educação, Desportos e Lazer:
a) Deputado Evangelista Siqueira – Presidente;
b) Deputada Lenir Rodrigues – Vice-Presidente;
c) Deputada Angela Águida;
d) Deputada Catarina Guerra; e
e) Deputado Odilon.

V - Comissão de Cultura e Juventude:
a) Deputado Jeferson Alves – Presidente;
b) Deputado George Melo – Vice-Presidente;
c) Deputado Chico Mozart;
d) Deputado Eder Lourinho; e
e) Deputado Renato Silva.

VI - Comissão de Saúde e Saneamento:
a) Deputado Gabriel Picanço – Presidente;
b) Deputada Aurelina Medeiros – Vice-Presidente;
c) Deputado Odilon;
d) Deputada Tayla Peres;
e) Deputado Nilton Sindpol;
f) Deputado Renan; e
g) Deputado Masamu Eda.

VII - Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle:
a) Deputada Aurelina Medeiros – Presidente;
b) Deputado Jânio Xingu– Vice-Presidente;
c) Deputado Dhiego Coelho;
d) Deputado Gabriel Picanço;
e) Deputado Marcelo Cabral;
f) Deputado J. Lopes; e
g) Deputado Renan.

VIII - Comissão de Tomada de Contas:
a) Deputado Renan – Presidente;
b) Deputado Odilon – Vice-Presidente;
c) Deputado Masamu Eda;
d) Deputado Chico Mozart; e
e) Deputado Jorge Everton.

IX - Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte:
a) Deputada Tayla Peres – Presidente;
b) Deputado Jânio Xingu – Vice-Presidente;
c) Deputado George Melo;
d) Deputado Nilton Sindpol; e
e) Deputado Renato Silva.

X - Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural:
a) Deputado J. Lopes – Presidente;
b) Deputada Chico Mozart – Vice-Presidente;
c) Deputado Eder Lourinho;
d) Deputado Marcelo Cabral; e
e) Deputado Odilon.

XI - Comissão de Terras, Colonização e Zoneamento Territorial:
a) Deputado Odilon – Presidente;
b) Deputado Marcelo Cabral – Vice-Presidente;
c) Deputada Aurelina Medeiros;
d) Deputado Eder Lourinho; e
e) Deputado Gabriel Picanço.

XII - Comissão de Políticas Indigenistas:
a) Deputada Lenir Rodrigues – Presidente;
b) Deputado Jeferson Alves – Vice-Presidente;
c) Deputado Coronel Chagas;
d) Deputado Nilton Sindpol; e
e) Deputado Marcelo Cabral.

XIII - Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:
a) Deputado Eder Lourinho – Presidente;
b) Deputado J. Lopes – Vice-Presidente;
c) Deputado Masamu Eda;
d) Deputado Chico Mozart; e
e) Deputado Renato Silva.

XIV - Comissão de Indústria, Empreendedorismo, Comércio, Turismo e Serviços:
a) Deputado Dhiego Coelho – Presidente;
b) Deputado Eder Lourinho – Vice-Presidente;
c) Deputado George Melo;
d) Deputado Jorge Everton; e
e) Deputado J. Lopes.

XV - Comissão de Relações Fronteiriças, MERCOSUL, de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação:
a) Deputado Jânio Xingu – Presidente;
b) Deputado Dhiego Coelho – Vice-Presidente;
c) Deputado Jeferson Alves;
d) Deputado Renan; e
e) Deputada Yonny Pedroso.

XVI - Comissão de Viação, Transportes e Obras:
a) Deputado Renato Silva – Presidente;
b) Deputado Gabriel Picanço – Vice-Presidente;
c) Deputada Angela Águida;
d) Deputada Catarina Guerra; e
e) Deputado Coronel Chagas.

XVII - Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e Ação Social:
a) Deputada Yonny Pedroso – Presidente;
b) Deputada Angela Águida – Vice-Presidente;
c) Deputada Aurelina Medeiros;
d) Deputada Catarina Guerra; e
e) Deputada Tayla Peres.

XVIII - Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Minorias e Legislação Participativa:
a) Deputado Masamu Eda – Presidente;
b) Deputada Angela Águida – Vice-Presidente;
c) Deputado Evangelista Siqueira;
d) Deputada Lenir Rodrigues; e
e) Deputada Catarina Guerra.

XIX - Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso:
a) Deputada Angela Águida – Presidente;
b) Deputada Tayla Peres – Vice-Presidente;
c) Deputado Jânio Xingu;
d) Deputada Lenir Rodrigues; e
e) Deputado Odilon.

XX - Comissão de Ética Parlamentar:
a) Deputado Coronel Chagas – Presidente;
b) Deputada Catarina Guerra – Vice-Presidente;
c) Deputado Evangelista Siqueira;
d) Deputado Jorge Everton;
e) Deputada Lenir Rodrigues;
f) Deputada Aurelina Medeiros (1ª suplente); e
g) Deputado Masamu Eda (2º suplente).

XXI – Comissão de Defesa e Proteção aos Direitos dos Animais:
a) Deputado Chico Mozart – Presidente;
b) Deputado Renato Silva – Vice-Presidente;
c) Deputado Masamu Eda;
d) Deputado Jeferson Alves; e
e) Deputada Yonny Pedroso.

XXII - Comissão de Minas e Energia:
a) Deputado George Melo – Presidente;
b) Deputada Yonny Pedroso – Vice-Presidente;
c) Deputado Gabriel Picanço;
d) Deputado Jeferson Alves; e
e) Deputado Renato Silva.

SUMÁRIO

Mesa Diretora
- Resoluções nº 066 e 067/2022 - MD 02
Ato da Presidência
- Ato da Presidência nº 049/2022 03
Superintendência Legislativa
- Projeto de Lei nº 405/2022 03
- Indicação nº 856/2022 03
- Ata da 38ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 8ª Legislatura 04
- Ata da 39ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 8ª Legislatura 08
- Ata da 40ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 8ª Legislatura 10
- Ata da 41ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 8ª Legislatura 11
- Atas da Comissão de Viação, Transportes e Obras 12
- Ata da Comissão de Tomada de Contas 20
- Ata da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável 21
Superintendência de Gestão de Pessoas
- Resolução nº 8848/2022 26

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL
Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
Site: http://www.al.rr.leg.br
Email: docgeralale@gmail.com

AURENICE MAGALHÃES BEZERRA
Gerência de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA
Chefia do Núcleo de Produção do Diário Oficial

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser encaminhadas à Gerência de Documentação Geral, conforme Resolução da Mesa Diretora nº 038/2015, de segunda a sexta-feira até às 15:30h, conforme estabelecido no Ato Normativo nº 001/2008.

É de responsabilidade de cada setor, gabinete, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

MESA DIRETORA

RESOLUÇÃO Nº 066/2022-MD

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o desenvolvimento funcional na carreira, mediante Progressão Funcional por Qualificação, a servidora efetiva integrante do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, conforme abaixo relacionado, a qual cumpriu os requisitos exigidos no art. 47, I, II ou III e § 3º, e art. 71, ambos da Lei nº 1160, de 29 de dezembro de 2016, e suas alterações, para que possa gozar dos benefícios legais.

Art. 2º Nos termos do anexo VI da Lei nº 1160, de 29 de dezembro de 2016, e suas alterações, àqueles servidores que fizeram jus à Progressão Funcional por Qualificação terão acréscimo remuneratório de 10% por padrão progredido.

§ 1º Aos servidores dos cargos de Nível Superior, são concedidas as progressões de: um único padrão, mediante comprovação da conclusão de Especialização com carga horária mínima de 360h ou Mestrado; ou dois padrões, sucessiva e cumulativamente, mediante comprovações das conclusões de Especialização com carga horária mínima de 360h e Mestrado.

Art. 3º Esta resolução surte efeitos a partir de dezembro de 2022.

Nº	Mat.	Nome	Cargo	Nível	Classe e Padrão Anterior	Classe e Padrão Atual	Requisitos Atendidos	
							Nota APD	Escolaridade
01	14600	Sônia Lucia Nunes Pinto	Jornalista	ALE/NS	B-I	B-II	100	Curso de Mestrado (Stricto Sensu), em Comunicação (420h).

Palácio Antônio Martins, 20 de dezembro de 2022.

Deputado Estadual SOLDADO SAMPAIO
Presidente
Deputado Estadual Chico Mozart
1º Secretário
Deputado Estadual Marcelo Cabral
2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 067/2022-MD

A SUPERINTENDENCIA DE GESTAO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o desenvolvimento funcional na carreira, mediante Progressão Funcional por Qualificação, a servidora efetiva integrante do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, conforme abaixo relacionado, a qual cumpriu os requisitos exigidos no art. 47, I, II ou III e § 3º, e art. 71, ambos da Lei nº 1160, de 29 de dezembro de 2016, e suas alterações, para que possa gozar dos benefícios legais.

Art. 2º Nos termos do anexo VI da Lei nº 1160, de 29 de dezembro de 2016, e suas alterações, àqueles servidores que fizeram jus à Progressão Funcional por Qualificação terão acréscimo remuneratório de 10% por padrão progredido.

§ 1º Aos servidores dos cargos de Nível Superior, são concedidas as progressões de: um único padrão, mediante comprovação da conclusão de Especialização com carga horária mínima de 360h ou Mestrado; ou dois padrões, sucessiva e cumulativamente, mediante comprovações das conclusões de Especialização com carga horária mínima de 360h e Mestrado.

Art. 3º Esta resolução surte efeitos a partir de dezembro de 2022.

Nº	Mat.	Nome	Cargo	Nível	Classe e Padrão Anterior	Classe e Padrão Atual	Requisitos Atendidos	
							Nota APD	Escolaridade
01	14603	Adriana Maria Silva da Cruz	Administrador Legislativo	ALE/NS	B-I	B-II	100	Curso de Mestrado (Stricto Sensu), em Comunicação (420h).

Palácio Antônio Martins, 20 de dezembro de 2022.

Deputado Estadual SOLDADO SAMPAIO
Presidente
Deputado Estadual Chico Mozart
1º Secretário
Deputado Estadual Marcelo Cabral
2º Secretário

ATO DA PRESIDÊNCIA

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 049/2022

Prorroga o prazo de funcionamento da comissão criada pelo Ato da Presidência nº 020/2022.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA resolve:

Art. 1º Prorrogar, por mais sessenta dias, o prazo previsto no art. 2º do Ato da Presidência nº 020/2022, de 25 de abril de 2022.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 20 de dezembro de 2022.

Deputado Estadual SOLDADO SAMPAIO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA

PROJETO DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 405/2022

Fica autorizado o Poder Executivo a criar Políticas Públicas de Patrulha Rural, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA aprova:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a criar, de forma permanente e regionalizada, na estrutura da Polícia Militar, a Patrulha Rural Comunitária, com as seguintes atribuições:

I – desenvolver o policiamento de acordo com os princípios da Polícia Comunitária, cobrindo as localidades da zona rural dos municípios que compõem a região de sua circunscrição;

II – promover visitas sistemáticas das equipes dos patrulheiros a proprietários de terras, agricultores, trabalhadores, procurando levantar as prioridades de segurança e definir os problemas que cada região enfrenta;

III – tomar conhecimento da rotina das comunidades e repassar orientações importantes de como se precaver diante de furtos e roubos ocorridos nas propriedades e como agir em determinadas situações;

IV – realizar patrulhamentos e visitas às propriedades buscando a elucidação de crimes rurais, buscando a obtenção de informações importantes que levem infratores a prisão;

V – realizar policiamento preventivo, visando ao bloqueio em estradas rurais tidas como rota de passagem usada por delinquentes para fuga com veículos furtados, tráficos de animais silvestres, de droga e de armas;

VI – realizar operações em conjunto com a Companhia Independente do Policiamento Ambiental – CIPA para ações de interesse comum;

VII – implantar a filosofia da Patrulha Rural Comunitária como rede de fazendas protegidas para estreitar laços entre a população rural e a Polícia Militar, aumentando assim o grau de confiança entre ambas e propiciando respostas positivas e à altura do que o homem do campo espera.

Parágrafo único - O policiamento rural terá como objetivo a busca de soluções dos problemas afetos à ordem pública na zona rural, principalmente em questões de segurança pública.

Art. 2º **S**ão objetivos de segurança pública de patrulha rural de que trata esta lei:

I – promover a cooperação entre os órgãos estaduais e municipais de segurança pública, em especial mediante a realização periódica de ações de repressão qualificada da criminalidade nas zonas rurais localizadas no Estado;

II – buscar a eficiência e a economicidade na atuação das Polícias Civil e militar, por meio da identificação dos locais e períodos do ano com maior incidência de criminalidade nas zonas rurais localizadas no Estado;

III – promover a cooperação entre os órgãos estaduais e municipais de segurança pública.

IV – fomentar a organização da sociedade civil para a adoção de práticas que busquem a prevenção social do crime;

V – aumentar a capacidade de investimentos públicos para a realização da política de que trata esta lei.

Art. 3º Fica a Secretaria de Segurança Pública, a quem compete o desenvolvimento de ações de segurança pública, autorizada a:

I - criar, instituir e organizar unidades de patrulhamento rural que poderão estar vinculadas à Polícia Militar em cooperação com a Guarda Civil Municipal e Polícia civil;

II - sistematizar a coleta de informações que proporcionem condições para melhor direcionamento e emprego operacional do contingente;

III - incorporar as informações nos sistemas informatizados da Polícia Militar e da Polícia Civil, para maior agilidade e precisão no atendimento de ocorrências;

IV- estabelecer a composição das patrulhas rurais, tanto do ponto de vista humano quanto material;

V - regulamentar a atividade do contingente e as ações do patrulhamento rural.

Art. 4º A Secretaria de Segurança Pública e a Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento e Inovação, poderão firmar convênios com associações e outras instituições representativas da sociedade civil organizada para viabilização de meios necessários para o melhor funcionamento das Patrulhas Rurais.

Art. 5º O Poder Executivo editará os atos necessários à fiel aplicação desta lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Augusto Martins, 13 de dezembro de 2022.

MARCELO CABRAL **J. LOPES**
Deputado Estadual **Deputado Estadual**

JUSTIFICATIVA

A proposição que ora oferecemos à discussão desta Casa Legislativa objetiva promover essa organização de policiamento ostensivo na área rural do Estado, autorizando o Poder Executivo a criar políticas públicas de combate ao crime através da Patrulha Rural.

Bons tempos de outrora que o interior de nosso Estado era sinônimo de ambiente pacato e modelo de uma vida tranquila, onde os cidadãos das áreas rurais podiam se desvencilhar de grandes preocupações ligadas a sua segurança e de sua família. Raros eram os momentos em que a última pergunta antes de sair de casa era se o seu ente havia fechado a porta da sede ou passado o cadeado no portão.

Hoje os tempos são outros e, com o aumento vertiginoso da violência que tanto assola nosso país, o povo trabalhador do interior de nosso Estado não foi poupado. Àqueles que associam esse aumento na incidência de crimes contra a vida e o patrimônio às Regiões Metropolitanas do Estado, cometem grave erro analítico.

Muitos desses crimes são ligados a quadrilhas fortemente armadas e operacionalizadas por verdadeiras "corporações" do crime organizado. Esses criminosos, por sua vez, buscam a todo o momento formas diversificadas para aumentar seu poderio financeiro e alimentar sua estrutura operacional de tráfico de drogas e armas.

O Estado pode e deve combater de maneira objetiva as ações desses grupos. Porém, a pronta-resposta no campo carece de estrutura organizada para compelir essas ocorrências e devolver ao cidadão de bem, que mora em áreas rurais, a tranquilidade e segurança para poder trabalhar e cuidar de sua família.

Diante de todo o exposto e, considerando o legítimo interesse público da proposição, esperamos contar com o apoio dos meus Nobres Pares, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados, conto com a compreensão de todos os meus pares para a aprovação deste projeto de Lei.

Palácio Antônio Augusto Martins, 13 de dezembro de 2022.

MARCELO CABRAL **J. LOPES**
Deputado Estadual **Deputado Estadual**

INDICAÇÕES

INDICAÇÃO Nº 856 /2022

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Roraima que promova a recuperação da estrada BR 432, no Km 75 que interliga com a Vicinal do Itã, localizada na BR 174, Vila Novo Paraíso, no Município de Caracaraí – Roraima.

A **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA (ALE-RR)**, nos termos do art. 202 de seu Regimento Interno, sugere ao Senhor Governador do Estado de Roraima que promova a recuperação da estrada BR 432, no Km 75, que interliga com a Vicinal do Itã, localizada na BR 174, Vila Novo Paraíso, no Município de Caracaraí – Roraima.

JUSTIFICATIVA

Estradas Vicinais em boas condições de conservação apresentam **superfície de rolamento com satisfatória trafegabilidade**, o que representa redução dos custos operacionais dos veículos. Além da importância econômica, as estradas Vicinais proporcionam **acesso às áreas rurais mais restritas**.

Por trata-se de importante via de acesso para os produtores que ali residem, uma vez que havendo a recuperação do trecho solicitado que interliga com a Vicinal do Itã, dando acesso a BR 174, uma das principais BRs do Estado de Roraima, no seu Km 75 trará melhorias para o Município de Caracaraí, diminuindo a distância equivalente à aproximadamente 30Km que precisa ser percorrida para chegar na referida Vicinal.

Sendo assim, a referida indicação que visa direcionar ao Senhor Governador do Estado que promova junto à secretaria responsável a recuperação do trecho citado. Desse modo, diante da relevância da execução dos serviços solicito o atendimento da demanda.

Palácio Antônio Augusto Martins,
Boa Vista – Roraima. 16 de novembro de 2022.
GABRIEL PICANÇO
Deputado Estadual

ATAS

ATA DA 38ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4 ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, EM 22 DE NOVEMBRO DE 2022 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO SOLDADO SAMPAIO

Às dez horas e dezessete minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e dois, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a trigésima oitava Sessão Ordinária da quarta Sessão Legislativa da oitava legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** –Bom dia a todos! Vamos dar início a nossa Sessão desta manhã de terça-feira, 22 de novembro.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** – Há quórum, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao senhor segundo-secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Primeiro-Secretário **Marcelo Cabral** – (Lida a Ata)

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os deputados que concordam permaneçam como estão. Dou por aprovada a Ata da Sessão Anterior.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** – Senhor presidente, o Expediente consta do seguinte: **RECEBIDO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE RORAIMA:** Ofício n. 183/2022, de autoria do Tribunal de Contas de Roraima, encaminhando o Relatório de Atividades do 3º Trimestre de 2022. **RECEBIDOS DOS DEPUTADOS**: Projeto de Lei n. 394/2022, de autoria da deputada Lenir Rodrigues, que "assegura aos candidatos inscritos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e nos vestibulares de instituições públicas de ensino em funcionamento no estado a prestação gratuita do serviço de transporte coletivo intermunicipal rodoviário"; Projeto de Lei n. 395/2022, de autoria do deputado J. Lopes, que "institui a Exposição-Feira Agropecuária do Estado de Roraima – Expoferr, a ser realizada, anualmente, na primeira semana do mês de setembro"; Projeto de Lei n. 396/2022, de autoria da deputada Lenir Rodrigues, que "dispõe sobre a regulamentação da prática de equoterapia por instituições públicas ou privadas"; Memorando n. 096/2022, de autoria do deputado Nilton Sindpol, justificando sua ausência à Sessão Plenária do dia 16 de novembro do corrente ano; Memorando n. 018/2022, de autoria do deputado Dhiego Coelho, justificando sua ausência à Sessão Plenária do dia 03 de novembro do corrente ano; Indicação n. 856/2022, de autoria do deputado Gabriel Picanço; Indicações n.ˢ 857, 858 e 859/2022, de autoria da deputada Lenir Rodrigues.

Senhor presidente, era o que constava do Expediente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Solicito ao senhor primeiro-secretário para que proceda à chamada dos oradores inscritos.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** – Senhor presidente, temos apenas um orador inscrito para o Grande Expediente, o deputado Eder Lourinho.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Com a palavra, o deputado Eder Lourinho, por até 1 hora.

O Senhor Deputado **Eder Lourinho –** Bom dia a todos! Primeiramente, quero agradecer a Deus todo poderoso, por estarmos, hoje, aqui, vivos. Quero cumprimentar o presidente Soldado Sampaio, todos os deputados e deputadas presentes, público presente. Cumprimento as pessoas que nos assistem através da TV Assembleia e todos os servidores desta Casa. Esta é a primeira vez que estou usando a Tribuna, pós-eleição. Então, eu quero agradecer meus 4.490 votos, todos que acreditaram no Eder Lourinho, todos que trabalharam e acreditaram nesse projeto, todos que oraram no momento de campanha, que nós precisamos muito de oração. Muitas pessoas orando para dar tudo certo e, graças a Deus, deu certo.

Quero parabenizar o governo do estado pela Expoferr, que aconteceu do dia 11 ao dia 15. Essa é a primeira Expoferr que o governo do estado realiza e foi um sucesso. Parabenizo a população, também, que compareceu, em massa, na Expoferr, prestigiando. Nós tivemos mais de 300 expositores, mais de 140 restaurantes e várias atrações, momento em que o estado pode mostrar o seu potencial. Nós tivemos rodeio, provas de laço, vaquejada e prova de tambor. Eu estava presente no último dia, foi emocionante, principalmente a prova de tambor. A prova de tambor tem várias modalidades, mas o que chamou mais atenção, que levou o público a aplaudir, de pé, foi a prova infantil, onde as crianças, meninos e meninas, competiram. Quero mencionar o nome deles: Larissa Sabino, Isadora Frasão e o Pedro Gaspar Reis, o Pedrinho, que foi o campeão. No dia que ele foi campeão, foi o aniversário dele. O locutor foi entrevistá-lo e ele chorou. Muita gente chorou porque é emocionante. Então, a Expoferr proporcionou isso. Vimos muitas famílias. É um momento de muitas pessoas conhecerem o potencial do estado, que deu a oportunidade aos empresários expor, vender seu maquinário, seus suprimentos, oferecer serviços. E, o mais importante, parabenizar toda a secretaria do estado do setor primário, que foi um show, onde houve a oportunidade de os produtores, principalmente da agricultura familiar, exporem seus produtos, mostrar o potencial de cada município. Nós tivemos pessoas que vieram do sul do estado. Caroebe apresentou produtos, está se tornando uma potência na produção de banana. Apresentou cada cacho de banana que dava quase um metro e meio e cacau. Teve também microempresários, empreendedores individuais de Rorainópolis. Houve um rapaz que apresentou um móvel rústico e o governo do estado deu oportunidade para ele mostrar o serviço dele e ele trouxe dois caminhões de móveis rústicos. Eu o vi dando entrevista. Se eu não me engano, é o Ailton. Ele vendeu todos os móveis dele e recebeu várias encomendas.

Nós estamos em um estado que vem crescendo, principalmente no setor primário, onde o governo do estado está dando condições para os produtores. O nosso estado vem crescendo bastante durante esses últimos 4 anos. Eu vi a matéria relatando que o estado de Roraima gerou 15 mil empregos. Então, isso vem mostrando que o governo do estado vem trabalhando. E, durante essa oitava legislatura que está terminando, J. Lopes, a Assembleia Legislativa aprovou vários projetos importantes, vários projetos do governo do estado, do executivo, e vários projetos importantes, também, dos nossos deputados, desta Casa, projetos que são voltados para a área de saúde, segurança, educação e vários projetos voltados para o setor primário. Um dos projetos mais importantes que foi aprovado no parque Dandãezinho, em 2019, na Agroshow, foi a Lei da Terra, em que tivemos como presidente a Aurelina Medeiros e o relator, nosso deputado Marcelo Cabral. Foram apresentadas a esta lei 40 emendas. E, através dessas emendas, teve muitas emendas importantes que beneficiaram, realmente, o nosso estado. Uma das emendas é que, antigamente, no nosso estado, a pessoa só poderia documentar em seu nome, no máximo, 15 módulos fiscais. Então, depende de município. Tem lugar que no município um módulo fiscal é 80; há alguns locais que são 100 hectares. Então, no máximo, a pessoa poderia documentar 1.500 hectares. E, se a pessoa já tivesse um título em seu nome, ele não poderia mais titular outra área. Então, através dessas emendas, nós fizemos algumas modificações e a pessoa pode ter até 2.500 hectares em seu nome. E o que é mais importante: você pode ter até mais de um título, desde que não ultrapasse 2.500 hectares. Então, antigamente, se você tivesse um título no município de Caracaraí, Odilon, com 60 hectares, você não poderia ter mais outro título. Aí, quando você comprava outra terra, levava a pessoa à ilegalidade, porque tinha que colocar no nome de alguém ou fazer um contrato com alguém e pegar uma procuração. E, através da Lei da Terra, que veio do governo do estado, aprovado por esta Casa, com essas 40 emendas, hoje, a pessoa pode ter até 2.500 hectares de terra, em vários locais. Pode ter terra em Boa Vista, pode ter 300 hectares em Caroebe, pode ter 200 em Rorainópolis, desde que não ultrapasse 2.500. Então, isso melhorou muito.

Outra questão: antigamente, a pessoa, para documentar uma área de terra, tinha que provar que estava lá antes de 2009. Então, ele tinha que ter 10 anos. Então, isso dificultava muito e houve essa emenda que a pessoa precisava só comprovar que ele estava 2 anos na área de terra. E o valor da terra foi modificado. Então, são projetos, realmente, importantes

que esta Assembleia votou aqui, que realmente, vêm destravando o estado de Roraima. Recentemente, nós aprovamos a recategorização, que antigamente era APA Baixo Rio Branco. Com a recategorização passou para RDS. Com a aprovação dessa recategorização, o estado passou a ter mais de 65% de terras de conservação de domínio público. E, logo em seguida, a Assembleia Legislativa aprovou um projeto que veio do governo do estado, que, para mim, foi um dos projetos mais importantes para o estado de Roraima, que foi o ZEE, Zoneamento Econômico-Ecológico, que nós aprovamos no Município de Rorainópolis no dia 02 de agosto, ao qual fui relator. Então, através da aprovação do ZEE, o estado pode crescer de forma ordeira. Antigamente, o estado era virtual do ponto de vista territorial, o estado não sabia onde era área rural, área urbana, área de fronteira, onde realmente eram as áreas indígenas. E, hoje, através da aprovação do ZEE, o estado chegou a 65% de conservação de terras de domínio público. Com a aprovação do ZEE, logo em seguida, passou pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente, agora o governo do estado, no dia 31 de outubro, através do Decreto n. 3346-E, regulamentou a Lei Complementar n. 323, que é o ZEE. E, quando o governador regulamentou essa lei, o estado agora diminuiu sua reserva de 80% para 50%. Isso aumentou a área produtiva do nosso estado. Eu, como Presidente da Comissão do Meio Ambiente, muitas pessoas me mandaram mensagens preocupados com esse decreto, dizendo que vai aumentar o desmatamento. Mas, não vai aumentar o desmatamento, não. Porque, hoje, o nosso estado só tem 4% da área desmatada. Há muitas áreas que são legalizadas, mas muitas vezes os meios de comunicação só dão notícias falando do desmatamento ilegal. Mas, ele não fala do desmatamento legal. Então, hoje, o nosso estado tem 67.5% de área conservada, de terra de domínio público. O que sobra para o estado remanescente é 33.5%. E, desses 33.5% tirando as APP e reserva legal, o estado só vai ter 12.5% de área produtiva. Então, o estado só vai ter 87.5% de mata preservada, conservada, terra de domínio público. O nosso estado de Roraima é um estado diferenciado, porque a maior área produtora de grãos é em área de lavrado; os maiores produtores de soja e de milho não estão desmatando, eles estão usando área de lavrado onde é permitido, por lei, 65%. O estado de Roraima é um estado que vem crescendo e a Assembleia Legislativa sempre vem apoiando o setor produtivo. Com a aprovação desse decreto basta o produtor entender que ele tem direito de 50%. Se ele passar dos 50%, ele vai cometer um crime ambiental e, com certeza, vai receber a visita do Ibama, Cipa ou Femarh. Hoje, o estado está dando oportunidade de às pessoas legalizarem seus títulos. Estamos com a Femarh para legalizar. Quem tiver direito pode procurar a Femarh. E, hoje, em área de mata que pertence ao estado, temos 50% de corte raso para fazer o projeto e usufruir.

Quero agradecer, presidente, essa oportunidade, agradecer a Deus e que Deus abençoe cada um de nós, e que possamos ter um final de ano abençoado por Deus todo poderoso! Obrigado!

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** – Senhor presidente, também temos inscrito o deputado Masamu Eda.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** - Quero parabenizar o deputado Eder Lourinho, presidente da Comissão do Meio Ambiente, relator do Zoneamento Econômico-Ecológico, representante do setor primário aqui, nesta Casa. Parabéns pelo seu posicionamento, pela defesa que Vossa Excelência fez em prol do estado de Roraima.

Com a palavra, o deputado Masamu Eda, por 30 minutos.

O Senhor Deputado **Masamu Eda** – Bom dia, senhoras e senhores deputados! Quero agradecer a Deus por mais uma passagem de aniversário, agradecer aos colegas deputados que me felicitaram, agradecer ao governador Antônio Denarium e parabenizá-lo pelo brilhante evento, a Exporfer, que foi um dos maiores eventos da região Norte.

Senhor presidente, estive esta semana em Manaus, em uma visita técnica trocando experiências, ocasião em que os deputados parabenizaram o evento, que eles acompanharam pelas redes sociais. Quero agradecer, mais uma vez, ao presidente Soldado Sampaio, por ter permitido a minha ida à Assembleia Legislativa do Amazonas. Quero agradecer ao deputado Roberto Cidade, presidente da Assembleia Legislativa do Amazonas. O deputado Sinésio fez o convite e me recebeu muito bem, trocamos experiências e ideias, estamos trabalhando para a melhoria do estado de Roraima. Quero agradecer, também, ao deputado Afonso e à deputada Joana Darc. Na ocasião, presidente, eles disseram que querem fazer uma visita aqui na Assembleia Legislativa para troca de experiências e conhecer as belezas do estado. O nosso governador me deu alguns kits, que os levei para o Amazonas e ficaram encantados com as belezas do nosso estado de Roraima. Isso é muito importante, os nossos pontos turísticos, algumas leis. Eu apresentei o PL e alguns deputados já estão levando para outros estados, como a deputada Audilene, do Amapá e outros deputados que tiveram interesse na lei. Eu peço a esta Casa, presidente, para que a gente possa dar uma celeridade e olhar com tempo hábil para que possamos levar a lei. Tivemos um grande evento e percebemos as dificuldades, deputada Lenir, dos banheiros adaptados aos deficientes físicos. Por isso essa lei é importante. Não é uma lei que vai beneficiar a mim, deputado, mas ao povo de Roraima e aqueles que precisam. Quero pedir esse apoio dos pares para darmos celeridade e que possamos levar adiante.

Quero parabenizar todos os músicos do estado de Roraima pelo seu dia. Os músicos que ganham a vida, diariamente, diuturnamente, batalhando, ralando, para garantir o sustendo de sua família e aqueles que gostam, nada melhor do que uma música para relaxar e ouvir. Faz bem para a alma, para o coração.

Quero agradecer, imensamente, vocês, povo de Roraima, que tem acompanhado minha luta diária. Quero agradecer e honrar cada um de vocês, assim como fiz o juramento nesta Tribuna no dia 19 de outubro. Quero agradecer a oportunidade e um bom dia todos! Obrigado!

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Não havendo mais nenhum deputado para o Grande Expediente, passamos para a Ordem do Dia.

Solicito ao Senhor primeiro-secretário a verificação de quórum para deliberação das matérias.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** – Senhor presidente, há quórum.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Havendo quórum suficiente, passamos para a Ordem do Dia, com discussão e votação, em turno único, das seguintes proposições: **Projeto de Lei n. 393/2022**, de autoria do Poder Executivo, que "autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Roraima - Faperr, crédito especial por anulação de dotações orçamentárias, no valor global de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), para os fins que especifica"; **Projeto de Lei Complementar n. 021/2022**, de autoria do Ministério Público do Estado de Roraima, que "acrescenta o inciso IX ao art. 23, o inciso XVI e o § 7º ao art. 65 e o § 5º ao art. 66 da Lei Complementar n. 003, de 07 de janeiro de 1994, Lei Orgânica do Ministério Público"; **Projeto de Lei n. 115/2021**, de autoria da deputada Yonny Pedroso, que "estabelece a Política Estadual de Estímulo ao Empreendedorismo no âmbito do Estado de Roraima e dá outras providências"; **Projeto de Lei n. 233/2021**, de autoria da deputada Aurelina Medeiros, que "assegura ao consumidor o direito à informação sobre a inexistência de assistência técnica no Estado"; **Projeto de Lei n. 311/2021**, de autoria da deputada Lenir Rodrigues, que "cria a campanha Coração Azul e institui o Dia Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Estado de Roraima"; **Projeto de Lei n. 332/2021**, de autoria do deputado Evangelista Siqueira, que "cria o programa "Palco Cultural" no Estado de Roraima e dá outras providências"; **Projeto de Lei n. 182/2022**, de autoria da deputada Catarina Guerra, que "institui o Dia Estadual da Perícia Oficial de Natureza Criminal no âmbito do estado de Roraima"; **Pedido de Informação n. 08/2022**, de autoria do deputado Evangelista Siqueira, requerendo que seja encaminhado ao presidente da Roraima Energia, Márcio Pereira Zimmermann, questionamentos pertinentes à geração de energia fotovoltaica no estado.

Solicito ao Senhor primeiro-secretário que proceda à leitura de parecer e voto ao Projeto de Lei n. 393/2022, de autoria do Poder Executivo.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** – (Lido o parecer e voto ao Projeto de Lei n. 393/22).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Em discussão a matéria.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Senhor Presidente, só para esclarecer: a Faperr – Fundação de Amparo à Pesquisa, foi criada por nós este ano. Ela tem uma importância imensa para o estado. Era o único estado que não tinha. Essa dotação de 400 mil reais não é por excesso de arrecadação, é anulação de empenho de outras coisas para fazer frente às despesas de implantação da Faperr. Não é excesso de arrecadação. Esse crédito foi oriundo de anulação de empenho de outras atividades que não vão ser executadas este ano, para que possa fazer frente a essa despesa.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Feitos os esclarecimentos pela deputada Aurelina Medeiros, presidente da Comissão Especial e não havendo mais quem queira discutir a matéria, coloco a matéria em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando "sim", os senhores deputados aprovam a matéria; votando "não", rejeitam-na.

Solicito à abertura do painel para votação.

Aproveitando, enquanto os senhores votam, conversei com a deputada Aurelina, deputado Marcelo Cabral, com o líder do Governo e outros deputados, solicitando, mais uma vez, que os senhores deputados procurem a Comissão Permanente de Orçamento para apresentarem suas emendas ao orçamento. A nossa previsão é votar o orçamento entre os dias 13, 14 e 15 de dezembro. Então, conclamamos, mais uma vez, os senhores deputados que se inteirem da peça orçamentária, que façam as

suas emendas. Devemos já, na próxima semana, fazer algumas reuniões com a Comissão de Orçamento para fazer as devidas discussões. Queremos votar o orçamento, se for a vontade da maioria, entre os dias 13, 14 e 15 de dezembro. Dia 12 será a diplomação dos deputados eleitos e aí teremos mais dois dias e não deixar para votar o orçamento no apagar das luzes, na virada do ano. É uma sugestão, um pedido. Mais uma vez, peço aos deputados que procurem a relatora do orçamento, deputada Aurelina, para se apropriar do orçamento, assim como fazer as emendas que acharem interessantes ao orçamento do estado.

Dou por encerrada a votação. Por 17 votos "sim", nenhum voto "não", e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 393/2022, de autoria governamental.

Solicito ao Senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do parecer e voto ao Projeto de Lei Complementar n. 021/2022, de autoria do Ministério Público do estado de Roraima.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** – (Lido o parecer e voto ao Projeto de Lei Complementar n. 021/2022.)

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão a matéria.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Fui relatora do projeto. É apenas para regulamentar a questão do auxílio-saúde, principalmente que consideramos a função do Ministério Púbico uma função desgastante e o Ministério Público de Roraima tem tido muito compromisso com sua função institucional aqui no estado. Peço aos demais pares que acompanhem o voto da relatoria.

O Senhor Presidente S**oldado Sampaio** – Não havendo mais nenhum deputado que queira discutir a matéria, lembrando que a matéria foi votada na Comissão Especial, presidida pela deputada Aurelina, e teve como relatora a deputada professora Lenir.

Passamos para a votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando "sim", os senhores deputados aprovam a matéria; votando "não", rejeitam-na.

Solicito à abertura do painel para a votação

Dou por encerrada a votação. Por 18 votos "sim", nenhum voto "não", e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei Complementar n. 021/2022, de autoria do Ministério Público do Estado.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura de emenda, parecer e voto ao Projeto de Lei n. 115/2021, de autoria da deputada Yonny Pedroso.

O Senhor Deputado **Chico Mozart** – (Lida a emenda, parecer e voto ao Projeto de Lei n. 115/2021).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco a matéria em discussão.

A Senhora Deputada **Yonny Pedroso –** Senhor presidente, para discutir.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Para discutir, a deputada Yonny Pedroso, autora da proposição.

A Senhora Deputada **Yonny Pedroso –** O presente projeto tem como objetivo estimular o empreendedorismo de crianças e adolescente nas escolas de Roraima, através de campanhas e palestras nas escolas públicas e privadas. A presente proposta é para que o empreendedorismo seja aprendido nas escolas, desenvolvendo atitudes e mentalidades empreendedoras, para que esses jovens possam encontrar soluções para os mais diversos problemas de nossa sociedade. Com isso, peço a aprovação dos nobres pares para esse projeto de extrema relevância.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Mais algum deputado que queira discutir a matéria?

Não havendo mais quem queira discutir a matéria, coloca-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando "sim", os deputados aprovam a matéria; votando "não", rejeitam-na.

Solicito à abertura do painel para a votação.

Dou por encerrada a votação. Por 16 votos "sim", nenhum voto "não", e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 115/2021, de autoria da deputada Yonny Pedroso.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do parecer e voto ao Projeto de Lei n. 233/2021, de autoria da deputada Aurelina Medeiros.

O Senhor Deputado **Chico Mozart** – (Lido o parecer e voto ao Projeto de Lei n. 233/2021).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão a matéria.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Para discutir, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Para discutir, a autora da proposição, deputada Aurelina Medeiros**.**

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – É muito comum, hoje, a pessoa ir ao comércio, seja comércio de produtos domésticos, de veículos, de qualquer coisa, principalmente veículos, você compra o veículo com direito à assistência técnica daquela empresa especializada e não tem no estado de Roraima.

As pessoas ou perdem o direito que tem a garantia do produto ou fica esperando. Há casos que você espera até 6 meses um veículo, por exemplo, que você compra e não tem assistência técnica no estado.

Então, que o consumidor seja informado no ato da compra que ele está comprando um produto, seja ele de qualquer natureza, mas que não tem assistência técnica em nosso estado, para evitar transtornos. Isso acontece muito com veículos de determinadas marcas, que não têm assistência técnica aqui, não tem uma peça, não tem nada disso e a pessoa fica esperando 6 meses, 5 meses, 3 meses. Estamos passando por isso hoje, inclusive, com alguns equipamentos adquiridos pelo estado.

Então, que seja avisado ao consumidor que a assistência técnica não existe no estado. É esse o objetivo do projeto.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – O deputado Gabriel Picanço para discutir a matéria.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Presidente, obrigado! Obrigado, deputada Aurelina Medeiros! Era só como uma colaboração. Eu não sei se já passou para fazer uma emenda de plenário, para que as empresas que não têm assistência técnica aqui, dessem um veículo de igual modelo até que chegassem as peças ou chegasse assistência, que aquela indústria fosse repor para o consumidor. Se couber uma emenda de plenário, gostaria de participar, deputada Aurelina, fazendo esse adendo a mais.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** - Não havendo mais quem queira discutir a matéria, coloco-a em votação. Votando "sim", os deputados aprovam a matéria; votando "não", rejeitam-na.

Solicito à abertura do painel para a votação.

Aproveito para registrar, aqui, a convite da deputada Catarina Guerra, Antônio Medeiros, presidente da Associação Roraimense dos Peritos Oficiais de Natureza Criminal (Arpo). Sejam todos bem-vindos. Há uma matéria de seu interesse, projeto de lei de autoria da deputada Catarina, que está na Ordem do Dia. Logo votaremos o projeto de interesse dos senhores. Sejam bem-vindos à esta Casa.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** - Senhor presidente, queria aproveitar, também, para cumprimentar e registrar, aqui, a presença do prefeito do Cantá, André Castro. Seja bem-vindo, prefeito, à Casa do Povo.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** - Faltam registrar o voto o deputado George Melo e o deputado Nilton Sindpol.

Dou por encerrada a votação. Por 16 votos "sim", nenhum voto "não", e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 233/2021, de autoria da deputada Aurelina Medeiros.

Projeto de Lei n. 305, de autoria da deputada Angela Águida Portela. Como a mesma não se encontra na Sessão, como é de costume, vou retirá-lo da Ordem do Dia.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** pede Questão de Ordem- Senhor Presidente, eu gostaria de pedir a inclusão, na Ordem do Dia, de um Pedido de Informação de minha autoria, sobre a energia renovável. Nós estamos querendo colher alguns dados da Roraima Energia. Eu havia solicitado a inclusão na Ordem do Dia, mas não foi feita. Então, como é votação simbólica, eu gostaria que Vossa Excelência incluísse esse Pedido de Informação.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** - Acato a questão de ordem. Solicito à Assessoria Legislativa que traga para a Ordem do Dia o requerimento de Pedido de Informação de autoria de Vossa Excelência.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do parecer e voto ao Projeto de Lei n. 311/2021, de autoria da deputada professora Lenir.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** - (Lido o parecer e voto ao Projeto de Lei n. 311/2021).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** - Coloco em discussão a matéria.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** - Senhor presidente, para discutir.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** - Para discutir, a deputada professora Lenir.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – No estado de Roraima temos o Centro de Tráfico de Pessoas aqui na Assembleia Legislativa. Um centro que já foi premiado, internacionalmente, que trabalha com prevenção, com o Projeto Educar é Prevenir, que já atingiu quase todas as escolas do estado de Roraima e com a presença da rede de enfrentamento, com o comitê de enfrentamento de tráfico de pessoas e exploração sexual, que faz um trabalho belíssimo aqui no estado. Então, esta nossa lei vem reforçar a campanha Coração Azul da ONU e que combate esse crime bárbaro, que é o tráfico humano, o terceiro maior crime do mundo. Eu peço

aos nobres pares a aprovação deste projeto para que possamos continuar com o trabalho educativo na sociedade contra esse crime bárbaro, que é o tráfico humano.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Algum deputado a mais que queira discutir a matéria? Parabenizo a deputada professora Lenir pela inciativa. Nós imaginamos que essa coisa do tráfico humano é algo ausente no nosso estado, imaginamos que só acontece em países africanos ou coisa parecida. Mas, diferente do que nós imaginamos, é uma coisa real, acontece, inclusive, no nosso próprio estado, no nosso País e precisa ser enfrentada. Parabéns, deputada professora Lenir.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Deputado, eu lembro que depois que o senhor assumiu, nós tivemos que fazer um projeto para a Assembleia regularizar os Programas Especiais da Assembleia, que, até aquela data, não tinha, não eram regularizados aqui na Casa, como projetos atípicos. Constatamos a luta da deputada Lenir por todos esses projetos, não foi só esse, que eram vinculados ao CHAME. Nós chegamos a criar outros projetos para atender a essas ações que têm uma importância imensa para o estado, visto que somos uma área de fronteira, com muitos casos identificados. Esse projeto tem uma importância imensa, mas não é só esse. Eu vou dizer aqui para não dizer depois: uma das coisas que eu mais lamento é a não eleição da deputada Lenir. Só isso que eu queria dizer.

O Senhor Deputado **Masamu Eda** – Quero parabenizar, também, a deputada professora Lenir. A deputada Aurelina tirou as palavras da minha boca. A deputada Lenir sabe que eu tenho um carinho muito grande por ela. Antes da deputada Lenir ser deputada estadual, nós trabalhávamos juntos. A deputada era secretária de educação, fez um grande trabalho na educação e, anos depois, a deputada professora Lenir veio a este Parlamento e vejo, realmente, o trabalho, o empenho da deputada Lenir. Realmente, acredito que quem perdeu muito foi o povo de Roraima nas eleições. Mas, a deputada Lenir é o que ela sempre me falou: ela estava deputada, é professora, é defensora e é uma pessoa extraordinária.

Esse projeto é de suma importância e relevância, uma vez que fazemos fronteira com dois países e Roraima tem sido uma rota muito grande. Então, parabéns, deputada Lenir, pela autoria do projeto.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** - Não havendo mais quem queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando "sim", os deputados aprovam a matéria; votando "não", os deputados rejeitam-na.

Solicito à abertura do painel, para a votação.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Senhor presidente, eu vou fazer uma declaração de voto para complementar, pois eu estou muito contente. Comunico aos demais pares e toda a sociedade que, durante os trabalhos de 2015 e depois, quando foi implantado, realmente, em 2016, o primeiro Núcleo, depois quando a deputada Aurelina fez todo esse trabalho, regulamentando os projetos desta Casa, passou-se a ser Centro de Tráfico de Pessoas. Nós, até hoje, conseguimos resgatar 12 casos. São mulheres, são adolescentes que já estavam em outro estado e que, em alguns casos, a própria Assembleia pagou a passagem para que a família, junto com a Polícia Federal, pudesse buscar essas vítimas em outro estado. Então, 12 casos, no nosso estado, que é tão pequeno, e que as pessoas acham que não tem isso aqui, mas é um número alarmante. Fora que em 2016 foram resgatadas, pela Polícia Federal, 9 mulheres de Manaus, que não contam para a nossa estatística, mas que foi feito um trabalho pela Socorro Santos, que coordena nosso centro, que elas estavam em cárcere privado, aqui no país vizinho.

Então, esse trabalho feito de formiguinha, como foi iniciado o trabalho também na Escola Aldébaro, no Bonfim, com palestras, mostrando para as crianças a prevenção. O trabalho da Polícia Rodoviária Federal aqui no estado é fantástico. Quando ainda éramos núcleo, ganhamos o prêmio de 500 mil reais, mas a Assembleia não pôde receber porque o CNPJ é governamental, tinha que ser não-governamental. Mas, nós ganhamos um prêmio muito maior. A Cartilha de Tráfico de Pessoas feita aqui pela Assembleia foi para a ONU, nos Estados Unidos, foi traduzida para 50 países do mundo como modelo cartilha de combate ao tráfico humano no mundo.

Então, isso é muito gratificante para o trabalho da Assembleia. Eu tenho gratidão aos senhores e às senhoras deputadas por apoiarem esse trabalho aqui na Assembleia, um trabalho reconhecido no Ministério da Justiça e reconhecido na ONU. Então, eu tenho a alma lavada de dizer que a nossa equipe da Assembleia Legislativa trabalha e presta serviço relevante para a sociedade de Roraima, para o Brasil e para o mundo. Se a cartilha da Assembleia foi traduzida para 50 países do mundo, nós estamos com esse trabalho formiguinha contribuindo para o mundo. Quantas crianças e adolescentes estão lendo nossa cartilha no mundo? É para cada servidor desta Casa, para cada parlamentar desta Casa bater no peito e dizer: "eu participo do órgão que trabalha, que contribui positivamente para melhorar a vida da sociedade". Era isso, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Parabéns, deputada professora Lenir. Ficamos orgulhosos pelo trabalho liderado por Vossa Excelência e esta Casa se sente maravilhada por Vossa Excelência ter desenvolvido esse e outros trabalhos de grande relevância para a nossa gente, em especial, a quem mais precisa.

Preciso encerrar a votação. Faltam votar o deputado Masamu Eda, a deputada Yonny Pedroso, deputado George Melo e deputado Nilton Sindpol.

Dou por encerrado a votação. Por 16 votos "sim", nenhum voto "não", e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 311/2021.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do parecer e voto ao Projeto de Lei n. 332/2021, de autoria do deputado Evangelista Siqueira.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** – (Lido o parecer e voto ao Projeto de Lei n. 332/2021).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão a matéria.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Presidente, o intuito desse Projeto de Lei é estimular a cultura no nosso estado. O que estamos visando com isso? Por exemplo, que os prédios, os muros da Secretária de Saúde do Estado possam se transformar num painel para os artistas locais fazerem suas pinturas, definidos com normas pela Secretária de Cultura e financiado pelo poder privado, ou seja, aquela empresa, aquele parceiro que queira patrocinar um artista a fazer uma grande obra em algum prédio público do estado de Roraima, ele financia sob a possibilidade, inclusive, de colocar lá, num pedacinho da pintura, lá embaixo, quem ajudou, quem patrocinou. O que nós queremos é transformar alguns espaços, prédios, muros e algumas repartições do poder público estadual como tela para os nossos artistas locais se expressarem. Nós temos artistas consagrados que se expressam através da pintura no Brasil e mundo afora. Nós temos artistas famosos e quem ganha com esse visual é o poder público, quem ganha é o povo do estado de Roraima. Lembrando que quem vai estabelecer essas regras, as normas, as proporções é a Secretaria de Cultura. O projeto é tão somente isso: transformar alguns acervos patrimoniais do estado, alguns prédios em tela para que nossos artistas roraimenses possam se manifestar. E por essa razão, por ser um incentivo a mais para a cultura do nosso estado, eu conclamo os nobres pares para votarem favorável ao projeto.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Não havendo mais ninguém que queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando "sim", os deputados aprovam a matéria; votando "não", rejeitam-na.

Solicito à abertura do painel, para a votação.

Falando em cultura, falando em arte, eu quero parabenizar os músicos pelo dia 22 de novembro, Dia Nacional do Músico e o Dia Estadual do Músico Militar. Não poderia deixar de fazer referência à nossa banda de música da Polícia Militar, que é parceira desta Casa, esteve várias vezes aqui, presente, prestigiando e nos brindando com sua arte e sua cultura. Então, quero homenagear a nossa banda de música da Polícia Militar, que é cultura e música de primeira qualidade. Uma lei de autoria do deputado Oleno Matos e também assinada por mim, coautor, estabelece o dia 22 de novembro como o Dia Estadual do Músico Militar.

Dou por encerrada a votação. Por 14 votos "sim", nenhum voto "não", e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 332/2021, de autoria do deputado Evangelista Siqueira.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do parecer e voto ao Projeto de Lei n. 182/2022, de autoria da deputada Catarina Guerra.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** – (Lido o parecer e voto ao Projeto de Lei n. 182/2022).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão a matéria.

A Senhora Deputada **Catarina Guerra** – O referido projeto institui o Dia Estadual da Perícia Oficial de Natureza Criminal no âmbito do estado de Roraima. Nós buscamos, através desse projeto de lei, acima de tudo, destacar a relevância do trabalho realizado por todos os peritos no nosso estado. Essa é uma forma de homenagem, de agradecimento pelo trabalho desempenhado em prol de garantir, acima de tudo, a transparência e um relato histórico liminar importantíssimo para a solução de diversos casos que envolvem a nossa justiça criminal e ação em volta da nossa sociedade.

Na oportunidade, quero agradecer ao Dr. Medeiros, que se faz presente. É o presidente da Associação de Perícia Roraimense e, em nome dele, cumprimentar todos os outros que estão aqui presentes. Nesses termos, conclamo os nobres pares para que possamos dar essa votação favorável e,

assim, ficar instituído no dia 17 de setembro a data da Perícia Estadual de Natureza Criminal aqui no nosso estado de Roraima.

Também aproveito a oportunidade para sensibilizar todos com relação a uma causa pendente que trata da restruturação salarial dos referidos peritos. Nós buscamos aqui, através de diálogos, debates, juntos com os demais deputados, sanar essa equiparação que está falha e que nós possamos garantir a eles o devido reconhecimento.

Aproveito para mencionar o deputado Marcelo Cabral, que é o presidente da Comissão de Orçamento, para que possa ter essa celeridade, essa sensibilidade e, assim, atender uma causa já solicitada por eles também. É isso, senhor presidente. Obrigada!

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** - Mais alguém que queira discutir a matéria? Deputada Lenir Rodrigues para discutir a matéria

A Senhora deputada **Lenir Rodrigues**- Desde 2015, eu coloco emendas na Polícia Civil para perícia. Eu tenho muito orgulho de dizer que a perícia criminal aqui de Roraima é considerada a segunda melhor perícia do País, principalmente na questão do DNA. Quando um cara estupra uma mulher aqui e essa mulher denuncia, ela vai lá e faz o exame certinho, a nossa Perícia é capaz, pelo DNA colhido na mulher, do esperma do cara, de identificar o sujeito e prendê-lo. Então, para vocês verem a importância da perícia aqui em Roraima. Então, peço aos demais pares que lembrem, também, de colocar emendas para a Perícia Criminal da Polícia Civil, porque na Polícia o delegado-geral é eficiente, todos os delegados-gerais que passaram de 2015 para cá, executam, realmente, compram os insumos necessários para conseguirmos continuar dando essa proteção às vítimas de estupro aqui no estado de Roraima. Parabéns, deputada Catarina, porque colocando esse dia não é uma coisa tão simples, é porque dá visibilidade a essa função importantíssima no nosso estado. Então, eu acredito que isso é muito importante para que possamos valorizar essa categoria profissional

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** - Não havendo mais quem queira discutir, coloco em votação a matéria. A votação será nominal e eletrônica. Votando "sim", os deputados aprovam a matéria; votando "não", rejeitam-na.

Solicito à abertura do painel, para a votação.

Aproveitando a presença dos senhores deputados, queremos, de acordo com aval de Vossas Excelências, fazer uma Sessão Solene de entrega de comendas Orgulho de Roraima. Temos várias comendas que foram aprovadas durante o ano e não conseguimos entregar, em especial, durante o segundo semestre, até em virtude do processo eleitoral. Então, queria pedir a Vossas Excelências que procurassem nosso cerimonial, acordassem quantas comendas têm de cada deputado, aprovadas, para fazermos essa convocação dos homenageados. E, fazer essa Sessão Solene, de preferência, no final do mês, no dia 30, o mais tardar na primeira semana de dezembro. Mas, dependo muito de Vossas Excelências fazerem com que possamos mobilizar os homenageados e fazermos a entrega das referidas comendas. Então, quero pedir ao Cerimonial da nossa Casa, juntamente com a colaboração de cada deputado, de cada gabinete, que identifiquem os homenageados para fazermos essa Sessão Solene, ainda neste ano, antes do recesso.

Faltam registrar o voto o deputado Dhiego Coelho, deputado Marcelo Cabral, deputado Nilton Sindpol e deputada Yonny Pedroso.

Dou por encerrada a votação. Por 14 votos "sim", nenhum voto "não", e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 182 /2022, de autoria da deputada Catarina Guerra.

Solicito ao senhor primeiro-secretário proceder à leitura do Pedido de Informação n. 08/2022, de autoria do deputado Evangelista Siqueira.

O Senhor Primeiro-Secretário **Chico Mozart** - (Lido o Pedido de Informação n. 008/2022).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio -** Coloco o requerimento em discussão. Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação. A votação será simbólica: os deputados que concordam permaneçam como estão.

Dou por aprovado, por unanimidade, o Requerimento de Pedido de Informação n. 08/2022 de autoria do deputado Evangelista Siqueira.

Dando por encerrada a Ordem do Dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais. Não havendo nenhum deputado para fazer uso do Expediente de Explicações Pessoais, dou por encerrada a presente Sessão, agradecendo a presença dos senhores deputados, assim como a colaboração dos servidores desta Casa e aqueles que também acompanharam a Sessão de maneira presencial ou através dos nossos meios de comunicação, Rádio Assembleia, TV Assembleia e redes sociais.

Lembrando aos senhores que baixamos uma norma regulamentando o horário de funcionamento desta Casa, assim como os demais poderes, durante o jogo da seleção brasileira. Como bons brasileiros, bons torcedores, queremos estar na frente da televisão torcendo pela nossa Seleção Brasileira. Dou por encerrada a Sessão. Convoco outra para o dia vinte e três de novembro, à hora regimental.

Registraram presença no painel as senhoras deputadas e os senhores deputados: **Aurelina Medeiros, Catarina Guerra, Chico Mozart, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Eder Lourinho, Evangelista Siqueira, Gabriel Picanço, George Melo, Lenir Rodrigues, J. Lopes, Marcelo Cabral, Masamu Eda, Nilton Sindpol, Odilon Filho, Renato Silva, Soldado Sampaio, Tayla Peres e Yonny Pedroso.**

ATA DA 39ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, EM 23 DE NOVEMBRO DE 2022
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO SOLDADO SAMPAIO

Às dez horas e quarenta minutos do dia vinte e três de novembro de dois mil e vinte e dois, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a trigésima nona Sessão Ordinária da quarta Sessão Legislativa da oitava legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio -** Convido os senhores deputados Evangelista Siqueira e Aurelina Medeiros para atuarem como 1º e 2º secretários *ad hoc,* respectivamente.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Evangelista Siqueira** – Há quórum, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito à senhora segunda-secretária que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

A Senhora Primeira-Secretária **Aurelina Medeiros** – (Lida a Ata).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os deputados que concordam permaneçam como estão. Dou por aprovada a Ata da Sessão Anterior.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Evangelista Siqueira** – Senhor presidente, o Expediente consta do seguinte: **RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:** Proposta de Emenda à Constituição n. 09/2022, de autoria de vários deputados, que acrescenta o parágrafo 3º ao artigo 4º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual de Roraima; Projeto de Decreto Legislativo n. 042/2022, de autoria do deputado Gabriel Picanço, que concede a comenda Orgulho de Roraima ao Sr. Gilberto Musto; Projeto de Decreto Legislativo n. 043/2022, de autoria do deputado Gabriel Picanço, que concede a comenda Orgulho de Roraima ao Sr. Josué Jesus Paneque Matos; Requerimento n. 084/2022, de autoria da Comissão Especial Externa criada nos termos do Ato da Presidência n. 011/2021, requerendo a prorrogação de prazo por igual período dessa Comissão Especial Externa; Memorando n. 088/2022, de autoria da deputada Angela Águida, justificando sua ausência à Sessão Plenária do dia 22 de novembro do corrente ano; Indicação n. 860/2022, de autoria do deputado Masamu Eda.

Senhor presidente, era o que constava do Expediente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Solicito ao primeiro-secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Evangelista Siqueira** – Senhor presidente, nós temos apenas uma oradora inscrita para o Grande Expediente: a deputada Catarina Guerra.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Com a palavra, a deputada Catarina Guerra, por até 60 minutos.

A Senhora Deputada **Catarina Guerra –** Bom dia a todos! Quero cumprimentar os deputados presentes, a nossa TV Assembleia, as pessoas que têm nos acompanhado pelas redes sociais, nosso presidente. Hoje quero fazer uso da Tribuna para falarmos sobre o mês de novembro, que, com maior amplitude, é conhecido como "Novembro Azul".

Mas, também, existe uma causa subliminar muito importante e interessante para que possamos trabalhar, atuar e agir nesta Casa, que é relacionado ao mês da prematuridade, que foi comemorado no último dia 17, para que possamos implementar, incentivar e estimular o conhecimento dessas causas nobres, que precisamos tratar no nosso Estado. Existe um alto índice, um grande aumento de casos de prematuridade inseridos na nossa relação. São considerados bebês prematuros aqueles que nascem antes da 37ª semana de gestação. Mais de trezentos mil bebês prematuros nascem anualmente no Brasil. O nosso Estado tem um alto índice. Conseguimos

dados por meio dos nascimentos ocorridos até 31 de outubro de 2022: nasceram 756 bebês, dentre eles mais de 50% precisaram de atendimento da UTI, de algum atendimento neonatal, sendo considerados prematuros, totalizando um número por volta de 375 bebês. Faço uso desta Tribuna para que nós possamos ter essa sensibilidade, essa atuação, essa visibilidade a essas causas. O nosso Estado desempenha diversas ações voltadas a esse tema. Desenvolve ações implementando o *falow up,* um programa que faz com que tenhamos um atendimento posterior, estimulando o atendimento após aquele bebê ter alta. É um apoio que aquelas mães precisam ter e elas assim acolhem. Temos atendimentos neurológicos, pediátricos, fonoaudiológicos, psicológicos e odontológicos, necessários todos na área da pediatria para garantir uma inserção e uma evolução na saúde daquele bebê prematuro. Ontem foi protocolado uma PEC de minha autoria, que eu agradeço, aqui, a alguns deputados que se prontificaram a assiná-la junto comigo, para que nós possamos conhecer ainda mais a realidade e, após essa vivência, essa necessidade. Conseguimos perceber a dificuldade do enfrentamento entre o marco da licença, sendo iniciada, pois a alta da criança prematura, às vezes, perdura por mais de duas semanas, algumas delas, infelizmente, duram meses internadas numa UTI e esse marco precisa ser, talvez, alterado e é o que temos proposto. Existe uma decisão do STF concedendo, de forma liminar e definitiva, também, para que essas mães possam ter contado como marco temporal a licença, iniciada após a alta dos seus bebês. É o que propomos aqui. Vai ter uma tramitação, já deixo essa sensibilidade aqui na causa, para aqueles casos de internação, onde a mãe com o seu bebê dura mais que duas semanas, e o marco da sua licença comece a iniciar após a alta hospitalar. Sabemos os reflexos e as dificuldades que as empresas podem não gostar, pode ter algum questionamento por acreditar que a licença vai ter um período muito maior do que está estabelecido. Mas, estamos falando de vida, de ação de estímulo, porque a maior necessidade de inserção daquele bebê prematuro acontece dentro de casa, após a alta hospitalar. Então, eu quero só deixar aqui registrado neste mês de novembro e que nós possamos, também, buscar alternativas para garantir, ainda, mais ações como essa realizada no *falow up,* no Centro de Referência da Mulher. Na oportunidade, eu parabenizo todos os envolvidos que desempenham esse brilhante papel. E em nome de uma mãe de prematuro, da Janine, quero deixar, aqui, minha homenagem a todas as mães que já sofreram e que nos sirva de consciência para estimular a prevenção, para que não aconteça esse nascimento prematuro. E, quando acontecer, tenhamos condições de diminuir esses dados e dar um atendimento eficaz e capaz de garantir a saúde desses bebês. É apenas isso, senhor presidente. Muito obrigado e bom dia a todos!

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Não havendo mais nenhum deputado inscrito para uso do Grande Expediente, vamos adentrar à Ordem do Dia, com discussão e votação, em turno único, das seguintes proposições: **Projeto de Lei n. 183/2019**, de autoria da deputada Aurelina Medeiros, que "institui o banco virtual de cadeiras de rodas e afins no Estado de Roraima"; **Projeto de Lei n. 174/2021**, de autoria da deputada Yonny Pedroso, que "dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação da presença ou ausência de glúten, lactose e proteína do leite nos cardápios de bares, hotéis, restaurantes, fast-foods e similares no âmbito do Estado de Roraima e dá outras providências"; **Projeto de Lei n. 242/2021**, de autoria da deputada Aurelina Medeiros, que "obriga o registro do Grupo Sanguíneo e Fator RH nos uniformes de todos os alunos matriculados na rede pública e privada do Estado de Roraima"; **Projeto de Lei n. 044/2022**, de autoria do deputado Evangelista Siqueira, que "dispõe sobre a política estadual de incentivo à iniciação da pesquisa científica nas escolas públicas da rede estadual de ensino do Estado de Roraima"; **Projeto de Lei n. 093/2022**, de autoria do deputado Evangelista Siqueira, que "institui o selo Empresa Amiga da Juventude do Estado de Roraima". Em bloco: **Projeto de Decreto Legislativo n. 015/2022**, de autoria do deputado Gabriel Picanço, que "concede a comenda Orgulho de Roraima ao senhor Antônio Pereira Carramilo Neto"; **Projeto de Decreto Legislativo n. 016/2022**, de autoria do deputado Gabriel Picanço, que "concede a comenda Orgulho de Roraima ao senhor Edvan Alves Chagas"; **Moção de Pesar n. 047/2022**, em solidariedade aos familiares da senhora Merlyn Coromoto Castro da Silva, de autoria do deputado Soldado Sampaio.

Solicito ao primeiro-secretário a verificação de quórum para deliberarmos as matérias da Ordem do Dia.

O Senhor Primeiro- Secretário **Evangelista Siqueira** – Há quórum, presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Havendo quórum, partimos para a Ordem do Dia.

Projeto de Lei n. 113/2019, de autoria do deputado Chico Mozart. Como o mesmo não se encontra presente, retiro-o de pauta.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do parecer e voto ao Projeto de Lei n. 183/2019, de autoria da deputada Aurelina Medeiros.

O Senhor Primeiro- Secretário **Evangelista Siqueira** – (Lido o parecer e voto ao Projeto de Lei n. 183/2019).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão a matéria.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Como foi lido, é um projeto de 2019 e que nós não retiramos de pauta naquele momento porque atendia uma demanda muito grande, porque nós estamos aqui e sabemos que cada vez mais tem uma pessoa carente que necessita ficar em uma cadeira de rodas, 15 dias, 30 dias, e vem sempre na Assembleia, como se aqui pudéssemos comprar ou interferir nas ações das secretarias. Na verdade, nós não retiramos o projeto, apesar de ser um projeto de 2019, porque persiste, ainda hoje, o problema: as pessoas carentes necessitam de uma cadeira de rodas por 1 mês, 15 dias, por 2 meses. E esse banco de dados disponibilizaria uma quantidade para atender a essa demanda. Seria um atendimento virtual, mas teria cadeira de rodas para atender e a pessoa devolver para fazer o rodízio do atendimento a outra pessoa. É esse o objetivo do projeto e eu peço apoio dos colegas.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Queria, primeiro, presidente, cumprimentar todos e dizer à deputada Aurelina que quero me juntar a Vossa Excelência nesse projeto pois, do mesmo jeito que a senhora recebe, acho que todos os colegas deputados recebem essa reclamação da população, esse pedido da população para que nós possamos socorrê-la, principalmente, naqueles dias que estão com muita dificuldade para se locomover. Então, deputada, pode contar com o nosso apoio, conte com o meu apoio. E queria reforçar o seu pedido para que os colegas também viessem apoiar esse projeto. Só o Estado que pode resolver esse problema, então, estamos aqui, juntos, unidos, para levar benefício à população. Obrigado, presidente!

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio –** Mais algum deputado que queira discutir a matéria? O projeto de lei é com emenda. Tem um parecer da Procuradoria pela inconstitucionalidade, mas acredito que deve ter sanado o vício do projeto de lei com essa emenda.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Foi sanada através da emenda.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Não havendo mais quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando "sim", os deputados aprovam a matéria; votando "não", rejeitam-na.

Solicito à abertura do painel para a votação.

Faltam votar os deputados: Diego Coelho, Jânio Xingu e George Melo.

Dou por encerrada a votação. Por 15 votos "sim", nenhum voto "não", e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 183/2019, de autoria da deputada Aurelina Medeiros.

Solicito ao senhor primeiro-secretário proceder à leitura da emenda, parecer e voto ao Projeto de Lei n. 174/2021, de autoria da deputada Yonny Pedroso.

O Senhor Primeiro- Secretário **Evangelista Siqueira** – (Lida a emenda, parecer e voto ao Projeto de Lei n. 174/2021).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão a matéria.

A Senhora Deputada **Yonny Pedroso** – Senhores deputados, esse projeto, eu entendo que seja de muita relevância, tendo em vista que alguns alimentos trazem, tanto alergia quanto inflamações e tem aumentado muito a questão das disfunções no organismo. Então, é importante que os bares e os restaurantes identifiquem no cardápio como é produzido o alimento. No Brasil, o leite da vaca e o trigo, que é a principal fonte do glúten, estão entre os alimentos com maior incidência de alergia e intolerância, devendo o poder público ampliar informações sobre a presença desses alimentos, também, em restaurantes e similares. Por essa razão é importante a aprovação desse projeto de lei para bares, restaurantes, lanchonetes, estabelecimentos que forneçam comida prontas, informarem nos cardápios a presença de glúten, lactose e proteína do leite nos alimentos, permitindo ao consumidor evitar alimentos que sejam contraindicados na sua dieta. Por isso, peço aprovação dos nobres pares. Obrigada!

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Mais algum deputado que queira discutir a matéria? Não havendo, seguimos para a votação. Votando "sim", os deputados aprovam a matéria; votando "não", rejeitam-na.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – faltam registrar os votos dos deputados: Dhiego Coelho, Jânio Xingu, Masamu Eda e George Melo. Convido os senhores deputados a registrarem os votos de Vossas Excelências.

Dou por encerrada a votação. Por 14 votos "sim", nenhum voto "não", e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 174/21, de autoria da deputada Yonny Pedroso.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do parecer e voto ao Projeto de Lei n. 242/2021, de autoria da deputada Aurelina Medeiros.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – (Lido o parecer e voto ao Projeto de Lei n. 242/2021).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão a matéria.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Para discutir a deputada Aurelina Medeiros.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Senhor presidente, parece até sem importância esse projeto, mas, senhores deputados, por ocasião da cirurgia de coluna que fiz este ano na Beneficência Portuguesa, em São Paulo, me aconteceu um fato. Eu era tida como grupo sanguíneo A, fator Rh negativo. Eu, na gravidez que tive, tomei uma vacina Anti-Rh, porque, como eu era negativo e se o filho for positivo, o feto tem problemas. Eu cheguei na minha cirurgia, estava na UTI, quando me apresentaram para tomar sangue A^+. Eu me apavorei, eu estava meio grogue na UTI e não aceitei tomar o sangue, porque eu era fator Rh negativo. Eu tenho um filho de quase 50 anos e tomei vacina esse tempo todo. E, com a minha negativa em não tomar sangue, foi feita uma nova análise e, na verdade, eu sou fator Rh positivo. Quer dizer, se eu chego em alguma instituição doente, alguém olha de alguma forma meus documentos, eu poderia ter morrido por uma identificação errônea do grupo sanguíneo, fator RH, se eu tivesse tomado um sangue negativo eu sendo positivo.

Então, parece que a gente já fez um projeto anterior, que possa constar na identidade, é importante ter isso, que pode tirar uma vida por um erro, ou a pessoa chegar de repente em uma emergência, no hospital, e precisa tomar sangue e pode ter um erro no tipo sanguíneo e fator Rh da pessoa. E eu passei por isso. Foi uma situação que me deixou até estarrecida. Daí a importância desse projeto para a vida de cada uma dessas pessoas e peço apoio dos colegas. Obrigada!

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Para discutir, a senhora deputada Catarina Guerra.

A Senhora Deputa **Catarina Guerra** – Quero só me somar à fala da deputada Aurelina, que bem fez a defesa de seu projeto, e dizer que o uniforme identifica os alunos em diversos ambientes. Eu já ouvi relatos, deputada, de acidentes que ocorreram, onde o aluno, por estar com a farda, conseguiu ser identificado, ser salvo e ter algum atendimento diferenciado.

Então, quando houver mais essa identificação, em caso de acidente, pode salvar vidas. Sou fator Rh negativo e tomei essa injeção que a senhora fez referência. Eu me identifico e vejo a importância e a necessidade. Sou negativo e minha filha foi positivo e tive que tomar. Então, quero me somar e dizer que eu voto "sim" no projeto de Vossa Excelência.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Não havendo mais quem queira discutir a matéria, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando "sim", os deputados aprovam a matéria; votando "não", rejeitam-na.

Solicito à abertura do painel para a votação.

Faltam registrar os votos de Suas Excelências, os deputados: Dhiego Coelho, Jânio Xingu e George Melo para encerrar a votação.

Dou por encerrada a votação. Por 15 votos "sim", nenhum voto "não", e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 242/2021, de autoria da deputada Aurelina Medeiros.

Projeto de Lei n. 305/2021, de autoria da deputada Angela Águida. Como a mesma não se encontra presente, retiro-o de pauta.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do parecer e voto ao Projeto de Lei n. 044/2022, de autoria do deputado Evangelista Siqueira.

O Senhor Primeiro-Secretário **Evangelista Siqueira** – (Lido o parecer e voto ao Projeto de Lei n. 044/2022).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco a matéria em discussão. Não havendo quem queira discuti-la, passamos para votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando "sim", os senhores deputados aprovam a matéria; votando "não", rejeitam-na.

Solicito à abertura do painel para a votação.

Dou por encerrada a votação. Por 15 votos "sim", nenhum voto "não", e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 044/2022, de autoria do deputado Evangelista Siqueira.

Solicito ao senhor primeiro-secretário proceder à leitura do parecer e voto ao Projeto de Lei n. 093/2022, de autoria do deputado Evangelista Siqueira.

O Senhor Primeiro-Secretário **Evangelista Siqueira** – (Lido o parecer e voto ao Projeto de Lei n. 093/2022).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão a matéria. Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será nominal e eletrônica. Votando "sim", os senhores deputados aprovam a matéria; votando "não", rejeitam-na.

Solicito à abertura do painel para a votação.

Dou por encerrada a votação. Por 15 votos "sim", nenhum "não", e nenhuma abstenção, dou por aprovado o Projeto de Lei n. 093/2022, de autoria do deputado Evangelista Siqueira.

Com autorização dos senhores deputados, temos dois Projetos de Decreto Legislativo, de autoria do deputado Gabriel Picanço: o Projeto de Decreto Legislativo n. 015/2022 e o Projeto de Decreto Legislativo n. 016/2022, ambos concedendo a Comenda Orgulho de Roraima às pessoas indicadas. Então, para agilizar a nossa Ordem do Dia, vou solicitar a leitura e colocar, ambos, em votação de maneira simbólica.

Não havendo nenhuma objeção, solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura dos dois Projetos de Decreto Legislativo para discussão e votação.

O Senhor Primeiro-Secretário **Evangelista Siqueira** – (Lido o parecer e voto aos Projetos de Decreto Legislativo n. 015/2022 e n. 016/2022).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão as matérias. Não havendo quem queira discuti-las, coloco-as em votação. A votação será simbólica. Os deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovado os Projetos de Decreto Legislativo n. 015/2022 e n. 016/2022, de autoria do deputado Gabriel Picanço.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do parecer e voto à Moção de Pesar n. 045/2022, de autoria do deputado Soldado Sampaio.

O Senhor Primeiro-Secretário **Evangelista Siqueira** – (Lido o parecer e voto à Moção de Pesar n. 045/2022).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Coloco em discussão a matéria. Não havendo quem queira discuti-la, passamos para votação. A votação será simbólica. Os deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Moção de Pesar n. 045/2022, de autoria do deputado Soldado Sampaio.

Damos por encerrada a Ordem do Dia. Passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

Não havendo nenhum deputado que queira fazer uso do Expediente de Explicações Pessoais, agradeço a presença de todos os senhores deputados, assim como a colaboração de todos os servidores, também, daqueles que participam da Sessão aqui, no nosso Plenário e daqueles que acompanham através das redes sociais, televisão e rádio. E, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a Sessão e convoco outra para o dia vinte e quatro de novembro, à hora regimental.

Registraram presença, no painel, as senhoras deputadas e os senhores deputados: Aurelina Medeiros, Catarina Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Eder Lourinho, Evangelista Siqueira, Gabriel Picanço, George Melo, J. Lopes, Jânio Xingu, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Masamu Eda, Odilon, Renato Silva, Soldado Sampaio, Tayla Peres e Yonny Pedroso.

ATA DA 40ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4 ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, EM 29 DE NOVEMBRO DE 2022 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICO MOZART (Em exercício)

Às dez horas e dez minutos do dia vinte e nove de novembro de dois mil e vinte e dois, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a quadragésima Sessão Ordinária da quarta Sessão Legislativa da oitava legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Convido o senhor deputado Renan para atuar como primeiro-secretário *ad hoc,* ao qual solicito a verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Renan** – Há quórum, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito à senhora segunda-secretária que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

A Senhora Primeira-Secretária **Lenir Rodrigues**– (Lida a Ata).

O Senhor Presidente **Chico Mozart –** Em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os deputados que concordam permaneçam como estão. Aprovada.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Renan** – O Expediente conta do seguinte, senhor presidente: **RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO**: Mensagem Governamental n. 58/2022, encaminhando as razões do veto total ao Projeto de Lei n. 013/2020, que "dispõe sobre a Carteira de Identificação Estudantil do Estado de Roraima – CIERR e dá outras providências"; Mensagem Governamental n. 59/2022, encaminhando as razões de veto total ao Projeto de Lei n. 315/2021, que "dispõe sobre a obrigatoriedade de todos os flutuantes instalados no Estado de Roraima, na circunscrição de Municípios com mais de 20.000 (vinte mil) habitantes, manterem estação de tratamento de esgoto (ETE). **RECEBIDOS DOS DEPUTADOS**: Projeto de Decreto Legislativo n. 044/2022, de autoria do deputado J Lopes, que "concede a comenda Orgulho de Roraima ao empresário Aniceto Campanha Wanderley Neto e dá outras providências"; Projeto de Decreto Legislativo n. 045/2022, de autoria do deputado J Lopes, que "concede a Comenda Orgulho de Roraima ao empresário Marcos Antônio Defanti e dá outras providências"; Projeto de Decreto Legislativo n. 046/2022, de autoria do deputado Gabriel Picanço, que "concede a comenda Orgulho de Roraima ao Subtenente Richardison Anderson Souza Aguiar"; Projeto de Decreto Legislativo n. 047/2022, de autoria do deputado Gabriel Picanço, que "concede a comenda Orgulho de Roraima ao tenente-coronel Joseney dos Santos Freitas"; Projeto de Decreto Legislativo n. 048/2022, de autoria do deputado Gabriel Picanço, que "concede a comenda Orgulho de Roraima ao major Orlando Vagno de Jesus Santos"; Memorando n. 089/2022, de autoria da deputada Angela Águida, justificando sua ausência à Sessão Plenária do dia 23 de novembro do corrente ano; Memorando n. 074/2022, de autoria do deputado Chico Mozart, justificando sua ausência à Sessão Plenária do dia 24 de novembro do corrente ano; Memorando n. 147/2022, de autoria do deputado Jorge Everton, justificando sua ausência às sessões plenárias dos dias 22, 23 e 24 de novembro do corrente ano; Indicação n. 861/2022, de autoria do deputado Evangelista Siqueira.

Era o que constava do Expediente, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Renan** – Senhor Presidente, só há uma oradora inscrito para o Grande Expediente, a deputada Catarina Guerra.

A Senhora Deputada **Catarina Guerra** – Bom dia a todos! Agradeço a oportunidade e cumprimento meus nobres colegas deputados, os presentes, os que nos acompanham pela TV Assembleia e pelas redes sociais. O motivo que me traz, hoje, aqui tem uma mistura de sentimento entre uma mulher deputada, uma mulher ser humano, uma mãe, uma esposa, uma filha. Uma mistura de sentimentos, onde todos nós, talvez, já incluímos nas nossas rotinas, talvez muitos já estejam cansados. Não falo somente em relação ao estado de Roraima, mas é uma questão do Brasil. O fato de uma mulher sofrer violência já está ficando corriqueiro nas nossas rotinas. O fato de uma mulher ficar calada ao ser ameaçada, ser assediada, ser agredida, já está ficando monótono no nosso discurso, monótono no nosso dia a dia. Mas, a gente não pode se calar, a gente não pode, jamais, deixar que isso, sim, vire rotina e que isso, sim, se torne normal. Como deputada, preciso solicitar dos deputados aqui presentes nossa atuação mais fervorosa, nossa preocupação com essas mulheres que sofrem assédios e violências todos os dias. Não me refiro apenas à física, é importante dauqeuela física, lembrar da violência emocional, psicológica, dentre outras. Existem aqui no nosso estado ações para atender mulheres, para dar suporte e é esse clamor que eu venho trazer, pois só dizer: "mulher não se cale, mulher denuncie" e deixá-la solta, é muito perigoso, e é o que faz com que ela mantenha o silêncio por muitas vezes. A gente tem aqui e eu quero cumprimentar a deputada Lenir, que, por anos, implementou o Chame e cuidou com muito carinho e muito cuidado de algo que é realizado e ativo, até hoje. A Assembleia exerce o seu papel à frente do Chame, do Zapchame, à frente de outras ações que a gente precisa sim, não deixar que sejam silenciadas. O Chame não pode esfriar, deputada Lenir, porque muitas ações dele estão sendo esfriadas e muitas mulheres estão ficando ausentes de receber essa atitude e receber esse acolhimento. A gente tem, no estado de Roraima, a Casa da Mulher Brasileira, que funciona ali no São Vicente. Temos a Delegacia Especializada da Mulher para que nós, mulheres, possamos dizer às outras que existe sim uma rede de apoio, na qual elas podem buscar. Mais do que isso, como mulher, nós possamos dizer a muitas outras mulheres: "eu estou aqui e eu não vou deixar você se calar". É o que eu vim fazer aqui, hoje, como mulher, não só como deputada, e dizer: "Carol, não se cale. Você não está sozinha"; "Maria, não se cale. Você não está sozinha"; "Ana, Luana, Beatriz, Suelens, quantas de nós mulheres..." A violência está do meu lado. Ela pode estar aqui neste ambiente, ela pode estar na minha casa, na casa de qualquer um de nós e a gente não deve silenciar. É por isso que eu estou aqui, por nós, mulheres, para que essa rotina não acabe, para que a nossas vozes não sejam caladas e que a gente possa, de alguma forma, estender o ombro, a mão e, mais do que isso, a nossa voz por todas nós, mulheres. Não nos calaremos e fim da violência contra a mulher. Muito obrigada!

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Não havendo mais nenhum orador inscrito para o Grande Expediente, passaremos à Ordem do Dia.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à verificação de quórum para deliberação das matérias.

O Senhor Primeiro-Secretário **Renan** – Senhor presidente, não há quórum para deliberar as matérias.

O Senhor Presidente **Chico Mozart** – Não havendo quórum para Ordem do Dia, passaremos ao Expediente de Explicações Pessoais.

Não havendo quem queira usar do Expediente, e não havendo mais nada a tratar, às dez horas e vinte e seis minutos, dou por encerrada a Sessão e convoco outra para o dia 30, à hora regimental.

Estiveram presentes os senhores deputados: **Angela Á Portella, Aurelina Medeiros, Catarina Guerra, Chico Mozart, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Eder Lourinho, Evangelista Siqueira, Gabriel Picanço, J. Lopes, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Nilton Sindpol, Odilon, Renan, Renato Silva, Tayla Peres e Yonny Pedroso.**

ATA DA 41ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4 ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, EM 30 DE NOVEMBRO DE 2022 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO SOLDADO SAMPAIO

Às nove horas e cinquenta e seis minutos do dia trinta de novembro de dois mil e vinte e dois, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a quadragésima primeira Sessão Ordinária da quarta Sessão Legislativa da oitava legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Convido o senhor deputado Eder Lourinho para atuar como primeiro-secretário *ad hoc,* ao qual solicito a verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário **Eder Lourinho** – Há quórum, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao senhor segundo-secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo-Secretário **Marcelo Cabral** – (Lida a Ata).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio –** Em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo quem queira discutir, coloco-a em votação.

A votação será simbólica: os deputados que concordam permaneçam como estão. Aprovada.

Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Eder Lourinho** – O Expediente conta do seguinte, senhor presidente: **RECEBIDOS DOS DEPUTADOS**: Projeto de Lei n. 397/2022, de autoria do deputado Nilton Sindpol, que "institui o Dia do Deputado Estadual no âmbito do Estado de Roraima"; Requerimento n. 085/2022, de autoria da Comissão Especial Interna criada nos termos do Ato da Presidência n. 027/2022, para apreciação das Propostas de Emenda à Constituição n. 004/2022 e 005/2022, requerendo prorrogação de prazo por igual período para esta Comissão Especial; Requerimento n. 086/2022, de autoria do deputado Evangelista Siqueira, requerendo a retirada de tramitação do Projeto de Lei n. 20/2022, de sua autoria; Memorado n. 102/2022, de autoria do deputado Renato Silva, justificando sua ausência à Sessão Ordinária do dia 24 de novembro do corrente ano.

Era o que constava do Expediente, senhor presidente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Solicito ao senhor primeiro-secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário **Eder Lourinho** – Senhor presidente, não há orador inscrito para o Grande Expediente.

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Não havendo nenhum orador inscrito para o Grande Expediente, passaremos à Ordem do Dia.

Conforme conversamos com os deputados, nós vamos suspender a Sessão e fazer uma reunião com a Comissão de Orçamento para tratar da questão orçamentária. Então, está suspensa a Sessão pelo tempo necessário.

Convido os deputados para participarem da reunião aqui ao lado, com o secretário de Planejamento do Governo do Estado, onde fará uma breve explanação do orçamento aos membros da Comissão de Orçamento.

(Suspensa a Sessão).

O Senhor Presidente **Soldado Sampaio** – Dou por reaberta a presente Sessão. Transfiro a pauta prevista na Ordem do Dia para a próxima Sessão.

Passaremos agora ao Expediente de Explicações Pessoais.

Não havendo quem queira usar do Expediente e não havendo mais nada a tratar, às doze horas e quarenta e dois minutos, dou por encerrada a Sessão e convoco outra para o dia 1º de dezembro, à hora regimental.

Estiveram presentes os senhores deputados: **Aurelina Medeiros, Catarina Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Eder Lourinho, Evangelista Siqueira, J. Lopes, Jânio Xingu, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Odilon Filho, Renan, Renato Silva, Soldado Sampaio, Tayla Peres e Yonny Pedroso.**

ATA DA REUNIÃO DE COMISSÃO DE VIAÇÃO, TRANSPORTES E OBRAS, REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2021

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um, às quinze horas e dez minutos, na sala de Reuniões da Mesa Diretora, nesta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, 202, realizou-se, extraordinariamente, a reunião da Comissão de Viação, Transportes e Obras, sob a Presidência do Senhor Deputado **Renato Silva**. Estavam presentes na reunião os Senhores Deputados, Membros Titulares, **Catarina Guerra** e **Coronel Chagas**. Ausentes, os Senhores Deputados G**abriel Picanço** e **Ângela Águida**.**I ABERTURA DA REUNIÃO:** O Senhor Presidente, **Deputado Renato Silva:** Boa tarde, Senhores e Senhoras. Solicito ao secretário desta Comissão que proceda à verificação de quórum regimental. Havendo quórum regimental, invocando a proteção de Deus, declaro abertos os trabalhos desta Comissão. Solicito ao secretário desta Comissão que faça a leitura da ata da reunião anterior. **II LEITURA DA ATA:** A Senhora **Deputada Catarina Guerra:** Senhor Presidente, gostaria de solicitar a dispensa da leitura da ata, que é de conhecimento de todos os Deputados Membros desta Comissão, mesmo os que participam de forma on-line. **III EXPEDIENTE: Não houve**.O Senhor Presidente, **Deputado Renato Silva:** Comunico aos Senhores Membros que esta reunião foi convocada para discutir diversos assuntos do interesse da Comissão. Assuntos: Eu queria trazer em pauta aqui, Deputados, a construção da nova maternidade, que é a reforma e ampliação geral do Hospital Materno-Infantil Nossa Senhora de Nazaré, a única maternidade do Estado, que deve custar em torno de mais de vinte milhões aos cofres públicos (isso informado pelo próprio governo). Eu queria pedir informação, solicitar que esta Comissão colocasse em votação, que a gente pudesse buscar o prazo de entrega, a empresa ganhadora do Certame e informações gerais sobre tanto do certame do processo licitatório quanto da obra em execução e o prazo de entrega. Coloco em votação. Votação: se todos permanecerem como estão, será aprovado. **Deputado Coronel Chagas:** Senhor Presidente, esse requerimento é para requisitar documentos referentes à que obra, o senhor falou? Da maternidade é? **Deputado Renato Silva:** Deputado, da Maternidade Nossa Senhora de Nazaré. Qual é a dúvida, desculpa? **Deputado Coronel Chagas:** Eu queria saber se é justamente isso. A qual obra que… É o requerimento de pedido de informações sobre o início da obra? Teto da obra? Qual foi a empresa contratada? **Deputado Renato Silva:** Isso! Sobre o processo licitatório, início da obra, prazo de entrega da obra, valor final da obra. **Deputado Coronel Chagas:** O Senhor quer não só informações; vai requisitar, vai solicitar cópia do processo licitatório? **Deputado Renato Silva:** Isso. **Deputado Coronel Chagas:** Ok, entendido. **Deputado Renato Silva:** Eu coloco em votação. Se não querem mais discutir, eu coloco em votação. Aprovado. O senhor Presidente, **Deputado Renato Silva:** eu queria também solicitar um requerimento sobre o HGR, o Bloco E. Nós tivemos, do Bloco E, alguns prazos de entrega que foram prorrogados devido à pandemia (isso que o Secretário justificou algumas vezes), mas teve uma nova licitação porque, no projeto básico, não tinha instalação elétrica completa, não tinha rampa, então foi feito um novo processo de licitação, e a sociedade cobra da gente um prazo de entrega desse Bloco E, que é tão importante e tão esperado pelo Estado de Roraima. Então eu quero aqui fazer um requerimento que coloque em votação: o prazo de entrega, valor total da obra, origem do recurso e a empresa ganhadora no certame, no último certame (que foi a rampa, a instalação elétrica o que faltava ser feito de serviço), e informações gerais sobre o Bloco E do HGR. Alguém quer discutir? Vou colocar em votação. Uma votação Simbólica. Aprovado. **Deputada Catarina Guerra:** Presidente, constam esses dois requerimentos na questão de informação. Algum outro mais?O Senhor Presidente, **Deputado Renato Silva:** Eu quero também fazer um requerimento sobre a questão das estradas vicinais. Quantos quilômetros de estradas vicinais está sendo feito, porque teve algumas delas que foram paralisadas, principalmente no Sul do Estado, por questão do inverno. Então eu quero: quantos quilômetros de estrada vicinais nós estamos recuperando em todo Estado de Roraima, qual é o prazo de entrega de todas essas obras de estradas vicinais e qual o valor investido em todas as estradas vicinais no Estado de Roraima, tanto Sul, Norte, Leste e Oeste do Estado, todos os municípios que estão tendo recursos Estaduais para fazer reforma e revitalização das estradas, pontes, galerias. E essa informação eu quero buscar também; botar em votação esse requerimento. Alguém que queira discutir? **Deputada Catarina Guerra:** Senhor Presidente, eu acho que seria uma solicitação de informação realmente do planejamento da execução. Acredito que talvez, para a gente ter celeridade na resposta, deveríamos dividir: as estradas e vicinais serem uma modalidade de requerimento, e os requerimentos quanto a pontes serem outra, pois aconteceram de forma paralela, pois eles não têm relações licitatórias nem informações emergenciais, eles estão caminhando de forma paralela. Só para que a gente tenha uma resposta mais célere de um em constância com outro, só para não misturar as informações, e talvez elas possam até vir misturadas, e a gente não tenha retorno quanto às estradas e vicinais que o senhor mesmo mencionou que a gente já tem notícias da suspensão em razão do inverno rigoroso. Talvez não estamos sofrendo esse mesmo impasse na questão da ponte; só para que seja outro requerimento diferenciado. **Deputado Renato Silva:** Alguma objeção sobre a ideia da Deputada Catarina, Deputado Chagas? **Deputado Coronel Chagas**: Nenhuma objeção, Senhor Presidente. Concordo com a Deputada. **Deputado Renato Silva:** Eu também concordo. Vamos colocar em votação: uma informação de quantos quilômetros para a estrada e também uma informação do recurso investido nas pontes e galerias. Fica assim o requerimento. Coloco em votação simbólica. Quem concordar, permaneça como está. Aprovado. Aproveitando a reunião, comunico aos Senhores Deputados que consta no expediente proposição para designar relator. **Projeto de Lei nº159/2019,** dispõe sobre adesivagem obrigatória de mensagem socioeducativa "Se beber não dirija" em veículos TÁXIS e nos pontos de táxis no Estado de Roraima e dá outras providências, de autoria da Deputada Aurelina. Vou solicitar que a Deputada Catarina faça a leitura do parecer e do voto. **Deputada Catarina Guerra:** O presente projeto de lei tem o intuito de disciplinar sobre a obrigatoriedade da adesivagem de mensagem socioeducativa "Se beber não dirija" em veículos TÁXIS e nos pontos de táxis no âmbito do Estado de Roraima. Na reunião da Comissão de Constituição e Justiça, foi deliberado pelo Deputado Jorge Everton, que obteve aprovação, seguindo para esta Comissão de Obras, na qual recaiu à minha relatoria. Essa propositura tem, além do objetivo, cumprir também a obrigação legal e proteger, contribuindo com campanha de conscientização permanente e auxiliando assim na diminuição de mortes, porque a gente tem realmente dados muito bem questionados pela autora do projeto, Deputada Aurelina, dados altíssimos nos anos de 2018 e 2019, então a gente pode conseguir talvez, através desse Projeto de Lei, propor essa conscientização e assim diminuir vítimas fatais no trânsito. Meu voto é pela provação da presente propositura, sem nenhuma emenda apresentada quanto ao relatório, acompanhando também o parecer da Procuradoria desta Casa. É o Parecer, senhor Deputado. **Deputado Renato Silva:** Coloco o parecer em discussão. Não havendo ninguém que queira discutir, coloco o Parecer em votação. O Parecer será votado nominalmente. Como vota a Deputada Catarina Guerra? **Deputada Catarina Guerra:** Sim. **Deputado Renato Silva:** Como vota o Deputado Coronel Chagas? **Deputado Coronel Chagas**: Sim. **Deputado Renato Silva:** O Parecer da senhora Relatora foi aprovado. Tem mais um projeto para designar relator: **Projeto de Lei Nº 184/2020**, que concede dois assentos gratuitos a policiais civis, policiais e bombeiros militares devidamente fardados nos transportes coletivos intermunicipais, de autoria do Deputado Renato Silva. Designo como Relatora a Deputada Catarina Guerra. O projeto foi designado para a Deputada Catarina. Na próxima reunião da Comissão, ela ira trazer seu parecer. Esse é o relatório final. **IV ENCERRAMENTO:** E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Deputados e encerrou a reunião às quinze horas e trinta minutos. Para constar, eu, Othon Luz, secretariei e lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Renato Silva
Presidente da Comissão

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE VIAÇÃO, TRANSPORTES E OBRAS, REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2021.

Aos vinte dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, às quinze horas e dez minutos, na sala de Reuniões da Mesa Diretora, nesta Casa Legislativa, sito à Praça do Centro Cívico, 202, realizou-se, extraordinariamente, a reunião da Comissão de Viação, Transportes e Obras, sob a Presidência do Senhor Deputado **Renato Silva**. Estavam presentes na reunião os Senhores Deputados, Membros Titulares, **Catarina Guerra**, **Coronel Chagas e** G**abriel Picanço**. Ausente, a Senhora Deputada **Ângela Águida,** que justificou sua ausência via Memo nº. 59/2021. **ABERTURA DA REUNIÃO:** O Senhor Presidente, **Deputado Renato Silva:** Boa tarde, a todos! Vamos dar início a esta reunião, sou o presidente da Comissão de Viação de Obras e estamos aqui com o senhor **Marcelo**

Geber, Superintendente Regional do DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes) **no Estado de Roraima**. Estamos aqui com o Deputado Gabriel Picanço. E para dar início à reunião e, já de início quero esclarecer que foi um pedido, uma solicitação por Requerimento do Deputado Gabriel Picanço, aprovado por todos os membros da comissão e, fizemos esse convite para que o senhor possa esclarecer algumas dúvidas, prestar esclarecimentos da situação das estradas que é de competência do DNIT. **II LEITURA DA ATA:** Não houve. **III EXPEDIENTE:** Não houve. O Senhor Presidente, **Deputado Renato Silva:** Então eu passo a palavra para o Deputado Gabriel Picanço, para tirar suas dúvidas. No uso da palavra, o Senhor **Deputado Gabriel Picanço:** Obrigada, Presidente! Boa tarde, Marcelo! Parabéns, pelo cargo em Roraima, é um cargo de suma importância para o Brasil e, para nós aqui em Roraima, que somos brasileiros também. E, cumprimentar a todos nesse momento que convidamos a Vossa Senhoria para que viesse aqui na Assembleia Legislativa para que desse esclarecimentos, explicasse para nós – para levarmos ao povo de Roraima – as demandas em relevância na BR-174, só para você entender, a gente por ser um Estado pequeno é muito próximo do povo e, eu que sou oriundo daquela região, da região sul do Estado, então a gente é cobrado, sabendo que não é da nossa competência, não é da competência do Estado a BR-174 nem a BR-210, mas a população assim não entende, então por isso eu gostaria que o senhor explicasse, digamos assim, a respeito das demandas de recuperação, revitalização da BR-174, sabendo que – acho que você tem conhecimento – que lá causa quase que diariamente problemas com caminhões, com carros pequenos levando com os acidentes, com as demandas, prejuízos de materiais para os transeuntes da rodovia e, até alguns casos de óbitos que aconteceu por causa da má conservação da BR-174. Então, gostaríamos de saber, que você explicasse direitinho e, isto está sendo gravado e repetido tanto pela TV Assembleia, quanto pela Rádio Assembleia, fique à vontade para explicar como está a demanda da conservação, principalmente, de Boa Vista a Manaus, sabendo que de Boa Vista a Pacaraima as obras estão andando, nós temos conhecimento disso e, também para complementar – essa é a segunda parte – que você responda , o que você tem a falar sobre a 210 (BR), entre o Baliza e o Caroebe, tivemos lá agora final de semana e, Baliza e Caroebe também já tem grandes problemas com buracos daqueles borrachudos na estrada e as pontes também, são 5 (cinco) pontes na 210 (BR) que há mais de um ano foi feito desvios delas e, não sabemos - segundo a última informação que tivemos, é que a 210 (BR) também, aquelas pontes iam ser feitas de concreto – a ponte do Rio São Francisco, do Areal, do São Luizinho, do Rio Baliza e do Rio Taboca chegando no Caroebe, o senhor fique à vontade para responder, tem todo tempo para responder em detalhes, para que a gente possa levar ao conhecimento da população. Em atenção aos questionamentos, fez os seguintes esclarecimentos, o Senhor **Superintendente Regional do DNIT/RR, Marcelo Geber:** Boa tarde, a todos! É uma honra estar aqui na casa do povo! É uma honra ser convidado para prestar esclarecimentos para a população de Roraima e seus representantes – que são os Deputados estaduais. Vou fazer um resumo, é um resumo grande, porque nós temos muitos contratos, temos quase 1800 (um mil e oitocentos) quilômetros (KM) de BR no Estado de Roraima, onde nós temos BR's que estão pavimentas e BR's que não estão pavimentadas – elas estão com o revestimento primário – como é o caso, inclusive como o senhor citou, do Rio Jatapú até Caroebe, nós temos ali 45 km (quarenta e cinco quilômetros) de revestimento primário, nós temos a BR-433 também, que são dois lotes, também em revestimento primário, a BR-431, a BR-210 Perimetral Norte – é aquela que a gente indo para Caracaraí, do lado direito. Inicialmente, como a gente foi demandado para falar sobre a manutenção e conservação da BR-174, eu vou começar pela 174 (BR), toda a malha federal das rodovias federais no Estado de Roraima – ela foi dividida em 17 (dezessete) lotes de manutenção e conservação. Na BR-174 nós temos 07 (sete) lotes, sendo 05 (cinco) ao sul de Boa Vista e 02 (dois) ao norte de Boa Vista. Então nós temos o lote 1.1, que a gente chama de lote 1.1, que é ali da divisa Amazonas/Roraima até o km 102 (cento e dois), que a gente justamente dividiu assim: que é do km 00 (zero) – divisa Amazonas/Roraima – até o km 102 (cento e dois) que é até ali no Igarapé Arruda, que inclusive a população já deve ter verificado que nós estamos iniciando uma obra ali, que nós vamos recuperar aquela ponte depois de tantos anos que a ponte cedeu, ela será recuperada agora nesse verão, então a gente vai entregar para população aquela ponte recuperada nesse verão. A empresa inclusive já está construindo ali o canteiro, todo mundo que passa hoje pelo local verifica que tem um canteiro em construção, a gente vai entregar essa obra. Hoje, nesse lote 1.1, do km 00 (zero) ao quilômetro 102 (cento e dois), não temos contrato de manutenção e conservação, esse contrato está em licitação e a abertura da proposta vai ser dia 1° (primeiro) de outubro de 2021, às 10 horas. Então, a partir de 1° de outubro, a gente vai abrir as propostas, vai analisar as propostas daí contratar a empresa. Mas a população também verificou, que nós deixamos aquele lote com excelente trafegabilidade, a partir de maio, nós inclusive, fizemos todos os remendos profundos, tapa-buracos, fizemos reciclagem, nós fizemos a sinalização horizontal, quem entra na BR a noite, verifica que ela tá muito bem sinalizada nesse trecho. Só que a reclamação maior da população é a parte que fica no Estado do Amazonas, na Reserva do Estado do Amazonas, apesar de haver uma reclamação também no Estado de Roraima, mas ela foi entregue, o contrato de manutenção acabou em agosto, por isso que nós estamos licitando um novo contrato, como eu disse será aberta a licitação dia 1º de outubro de 2021, às 10h da manhã, essa é a previsão, a partir daí, a gente vai analisar a proposta, contratar a empresa, vai emitir a ordem de serviço. Provavelmente, isso deve acontecer, essa ordem de serviço, a partir de novembro e a empresa vai entrar lá a partir de novembro/dezembro, para resolver os problemas pontuais que tiverem, inclusive: reciclagens pontuais, tapa-buraco, remendo profundo, limpeza de dispositivo de drenagem e outros que são correlatos ao nosso Plano Anual de Trabalho e Orçamento/PATO de cada lote desse... Então, naquele lote também existe no DNIT/Sede, tá sendo elaborado no DNIT/Sede, o CREMA, o que é o CREMA? É o contrato de restauração e manutenção. Aquela BR então vai passar por uma nova restauração, a partir do momento que esse CREMA, esse contrato de restauração e manutenção, chegar pra gente e, a gente fizer a licitação, nós vamos praticamente renovar toda aquela BR. Só que esse CREMA ainda está em Brasília. Quando ele chegar pra gente, a gente vai fazer a licitação, esse seria o lote 1.1. Podemos passar para o lote 1.2? Todo mundo entendeu então do km 00 (zero) até o km 102 (cento e dois)? Diante o exposto e com a palavra, o Senhor **Deputado Renato Silva:** o que eu entendi foi que ainda vai ser licitado? Tá sendo licitado? É um processo. O Senhor **Superintendente, Marcelo Geber:** É... A abertura das propostas será no dia 1º de outubro. O Senhor Presidente, **Deputado Renato Silva:** Não tem serviço nenhum de manutenção, então nessa estrada do quilômetro 01 ao 102... O Senhor **Superintendente-Geral Marcelo Geber:** Do quilômetro 01 (um) ao 102 (cento e dois), ela foi feita manutenção até agosto, quando acabou o contrato. Foram realizadas as manutenções até agosto, quando acabou o contrato. Aí não tinha mais como fazer a renovação desse contrato. Então, a gente teve que fazer uma nova licitação, que será aberta agora em 1º de outubro. O Senhor Presidente, **Deputado Renato Silva:** Agosto, mas desse ano? O Senhor **Superintendente-Geral Marcelo Geber:** Esse ano, inclusive a pintura de toda sinalização horizontal. O Senhor Presidente, **Deputado Renato Silva:** Ela vai de onde até onde?O Senhor, **Superintendente-Geral Marcelo Geber:** Do km 00 (zero) – da divisa de Roraima com o Amazonas – até o km 102, que é no Igarapé Arruda. O Senhor Presidente, **Deputado Renato Silva:** entendi, porque ali no Equador... O Senhor **Superintendente, Marcelo Geber:** inclusive essa ponte da depressão nós falamos aqui, ela será feita, será realizado os reparos ainda esse ano até o final do verão. O Senhor Presidente, **Deputado Renato Silva:** inclusive essa ponte já teve muitas pessoas que sofreram acidentes que chegou a morrer, então assim, teve até uma médica de Rorainópolis que ela chegou a morrer, que ela passou naquela ponte direto, quem não conhece passa. Hoje ainda tem uma sinalização mais reforçada. Então, o que acontece e, foi no final de 2019, Marcelo! Então, provavelmente já tinha esse contrato, então porque não foi feito antes? A sinalização dessa ponte, acho que tem uns quinze anos que ela é daquele jeito ali, não é isso Deputado Chagas?! Então, porque não foi feito antes? Porque teve um contrato de manutenção. O contrato de manutenção não abrangia a ponte? O Senhor **Superintendente, Marcelo Geber**: não, nenhum contrato de manutenção e conservação você trabalha com obras de artes especiais, você não trabalha com pontes nesses contratos, esses contratos são específicos, nós fizemos um regime diferenciado de contratação na época. A empresa que ganhou ela tinha que entregar os projetos – que só com a aprovação dos projetos – é que você ia mexer na ponte, então, os projetos foram aprovados agora, os projetos foram aprovados esse ano, por isso está começando a execução da ponte, já começou inclusive o canteiro já está lá, a partir desse ano. O Senhor Presidente, **Deputado Renato Silva:** mas, esse ano conclui? O Senhor **Superintendente Marcelo Geber** o cronograma apresentado pela empresa são 08 (oito) meses, se ele tá começando agora, provavelmente vai concluir até maio do ano que vem. O Senhor Presidente, **Deputado Renato Silva:** esse outro lote que você vai falar qual é? O Senhor **Superintendente Marcelo Geber** então aí, podemos partir pro outro lote? O Senhor Presidente, **Deputado Renato Silva:** pode, se for o lote de Rorainópolis pra cá, eu queria botar uma observação. O Senhor **Superintendente Marcelo Geber** então posso partir para o próximo lote, então? Vamos na sequência? O Senhor Presidente, **Deputado Renato Silva:** pode, vamos. O Senhor **Superintendente Marcelo Geber:** nós temos o próximo lote, que é o lote 102 (cento e dois), que é justamente ali do Igarapé Arruda até o km 182 (cento e oitenta e dois) que é justamente até o Seada, então é do Igarapé Arruda até o Seada, tem o contrato vigente lá

– que é o contrato nº 713/2020 – foi assinado ano passado, a empresa já executou tapa-buraco, remendo profundo no local, vai voltar executar – teve o inverno – agora outros reparos, lá será feito um micro revestimento asfáltico, o quê que é isso? É uma revitalização do pavimento – de alguns quilômetros. Tem também naquele local , o Termo de Compromisso nº 863/2009 que é com o Estado de Roraima, esse Termo de Compromisso, o Estado de Roraima esse ano 2020/2021, ele executou ali acostamento, pavimentação de acostamento, recuperação de alguns quilômetros de dispositivos de drenagem, fez ponto de ônibus. E esse Termo de Compromisso o Estado terminou – ele concluiu as obras – tá faltando agora, nós estamos na fase de prestação de contas , então esse Termo tá com a validade até 31/12/2021, até o final desse ano, mas ele já foi concluída suas obras e nós vamos entrar na fase de prestação de contas, certo! Esse é o lote 1.2, então lá tem um contrato de manutenção e está em andamento. Pode ocorrer de abrir buraco? Pode! Mas, daí a empresa tem que resolver, porque existe um contrato de manutenção e conservação. Tudo, bem! Podemos passar para o lote 1.3, acho que é o que interessa ao senhor. O lote 1.3 é do km 182 (cento e oitenta e dois) até o km 281(duzentos e oitenta e um), que é o Igarapé Caleffi. Então, esse lote é aquele que passa de Rorainópolis, a sede de Rorainópolis está dentro deste lote, então nós tínhamos um contrato, que nós fizemos o ano passado com a empresa, que é o contrato nº 55/2020, infelizmente, a empresa não cumpriu a sua parte, por ausência de produção, nós estamos punindo essa empresa, estamos abrindo um Procedimento de Apuração de Responsabilidade em desfavor dessa empresa, porque ela não produziu o que estava no cronograma e o que estava acordado. Hoje, existe um novo PATO, o que é PATO? Plano Anual de Trabalho e Orçamento, que está em licitação também a abertura da proposta prevista para agora 29 de setembro, então esse mês será aberta a proposta para esse novo PATO. Então, a partir dessa contratação, nós teremos aí pelo mês de novembro, o início desses serviços. Mas, lá também tem um Termo de Compromisso com o Estado de Roraima, que é o Termo de Compromisso nº 864/2009 – esse Termo de Compromisso ele ficou durante algum tempo sem ser utilizado, porque nós estávamos fazendo uma revisão no projeto em fase de obras, essa revisão em projetos em fase de obras foi concluída, os serviços foram iniciados. A população que está passando nesse local, passei lá nesta semana, passei lá na quinta-feira – eu passei quinta e sexta-feira no sul do estado – a obra já está iniciada, nós vamos fazer ali: galerias, nós vamos fazer levantamento de grade, macadame hidráulico e pavimentação de 1km ali, que está a seis anos naquela situação complicada e difícil. E, agora nós conseguimos aprovar e iniciamos os serviços. Então, a previsão pra concluir aquele trecho ruim é até dezembro deste ano. Isso aquele que a água passou por cima, saiu no jornal, ficou paralisada durante um dia, a obra começou agora e nosso planejamento que até 31 (trinta e um) de dezembro esteja tudo concluído, na verdade o planejamento é anterior, mas a gente está dando uma data que todo aquele local será concluído e será pavimentado. O Senhor **Deputado Gabriel Picanço:** só um esclarecimento, o que é Termo de Compromisso com o governo do Estado, qual a responsabilidade do Estado nesse Termo de Compromisso? O Senhor **Superintendente Marcelo Geber:** Termo de Compromisso é um convênio, só que com outro nome, mas os ajustes são parecidos, que é feito entre o Estado e o DNIT. O DNIT repassa o recurso para o Estado e, o Estado faz o que está previsto no plano de trabalho. Então, esse Termo de Compromisso ficou paralisado porque faltava apresentação da RPFO (Revisão de Projeto em Fase de Obras) e, faltava a sua aprovação – então, hoje já está aprovado – por isso, a obra iniciou – e, nós vamos concluir essa obra até dezembro de 2021. Mais alguma informação sobre esse trecho? O senhor queria falar sobre ele. O Senhor Presidente, **Deputado Renato Silva:** Marcelo, o que estou vendo aqui é que na verdade, porque esses trechos foram citados, que vai começar fazer, são trechos que já tem problemas já tem muito tempo nas estradas, por exemplo, esse trecho que o Senhor citou que água passou por cima, esse trecho já está daquele jeito há muitos anos, então assim, por que os contratos antigos... Tá, tudo bem, estão fazendo um novo, reajustando, licitando... Mas, por que antes não foi reajustado? O DNIT não tem um programa de verificar que aquele setor pode trazer um problema? Por exemplo, nós temos um trecho ali de Colina até Rorainópolis – que morreu até o vereador (vereador Serginho – que era presidente da Câmara de Rorainópolis – que é perigosíssimo é na curva, é um buraco que entra praticamente o carro todo, então você pra desviar – é obrigado a desviar – se vier do carro na outra mão, acontece o que aconteceu com o Serginho e são... Estou citando alguns fatos de pessoas – que a gente soube – que sofreram acidentes lá, alguns vieram a óbito, morreram no acidente – mas, são casos... são trechos que já estão há muitos anos... não estou te trazendo aqui fatos novos – você está falando assim: não, não tinha... o contrato de antes não fez, esse aqui fez, estamos penalizando a empresa, vamos abrir um processo, quanto essa burocracia vem fazendo, vocês não tem um planejamento para prevenir? Porque, o seguinte, por exemplo, a situação dessa curva é algo que não tem como tu esperar, vai morrer mais quantas pessoas naquela curva ali pra para o DNIT arrumar? Você entende? Por exemplo, quando alagou, resolveram o problema daquela estrada. Aterraram, em dois dias resolveram. Mas, estava quanto tempo daquele jeito! Então, o plano de ação do DNIT é muito ruim, é muito fraco! É péssimo! É perigoso, não tem resultado! Então é fácil vocês dizerem: ah, o contrato não atendeu! A empresa não fez! A culpa é da empresa! Não, não existe! A responsabilidade é do DNIT. Então, vocês se esperam chegar no extremo para resolver o problema, então assim, nós estamos perdendo vidas, está perigosíssima essa estrada de Colina pra cá – para Boa Vista – está perigosíssima, era uma estrada nova, que se tivesse manutenção, não precisava gastar o absurdo que vai ser gasto agora. Então assim, como a aquela ponte que está aí há quinze anos ou mais, cada vez ficando mais funda. Então são trechos gravíssimos, gravíssimos, que a gente não ver a ação do DNIT, não vemos. Eu vou ser sincero pra você, eu já cheguei a pegar essa estrada e ver equipe do DNIT tapando buraco com barro, aquilo ali não dura dois dias. Eu tenho certeza que o recurso que vem pro DNIT é para botar asfalto, aí tampa com barro, o buraco! Então assim, são coisas que a gente está vendo, Marcelo, que a gente tá tentando aqui de uma forma cobrar pra trazer resultado para sociedade, porque a sociedade cobra da gente, a sociedade cobra dos Deputados – nós somos a voz da população – então, eu quero que você me traga algo: vamos resolver assim, vai ser resolvido assim, nós vamos ter prazo para isso, para aquilo, agora aí não: "não tem agora, está fazendo!" "Tem que esperar, não sei quando começar!" E, enquanto isso vai morrendo gente, vai ficando do jeito que está, ficando pior! E vai gastar mais dinheiro, porque na hora que acabar essa licitação, era dois, aí já tem dez buracos! Porque, vai ficando pior e, é passando caminhão, é passando carreta, é passando carro! E, vai ficando pior o buraco! A empresa realmente não vai conseguir fazer! Eu queria algo mais concreto da tua parte, como Superintendente do DNIT, para gente poder trazer uma resposta para sociedade sobre isso aí. O Senhor, **Superintendente Marcelo Geber:** é, mas o mais concreto é o que está acontecendo em campo hoje, se o senhor for lá no lote 1.3, o senhor vai verificar que a obra está sendo feita e vai ser concluída até 31/12 (31 de dezembro), como eu falei aqui. Agora eu não sei realmente, o quê que é o concreto que o senhor tá querendo! A obra já iniciou, nós estamos fazendo a obra, ela estava parada durante muito tempo, porque não tinha projeto para revisão em fase de obra que o Estado não apresentou, a partir do momento que o Estado apresentou a revisão de projeto de fase obra, o DNIT analisou, foram feitas várias análises, voltou e retornou várias vezes, até que agora foi aprovado e a obra iniciou. Sobre o plano de manutenção, nós temos um plano de manutenção, de toda a malha, nós temos que fazer licitação, a cada um contrato desse de manutenção e conservação, ele dura três anos e a gente pode depois prorrogar por mais depois, ou seja, no máximo cinco anos. A licitação é normal, ela vai ocorrer sempre. Agora o que não é planejado, é quando a gente faz uma licitação e uma empresa ganha e essa empresa não produz o que é esperado, aí você tem que abrir um procedimento administrativo, tem de punir a empresa e reabrir nova licitação – que aconteceu nesse lote. Então, existe um planejamento, o planejamento é bem feito. Então, vamos falar um pouquinho sobre 2020, quando eu entrei no DNIT, o DNIT tinha dos 17 (dezessete) lotes, só tinham 05 (cinco) lotes, que estavam com contrato de manutenção e conservação, 05 (cinco)! Hoje nós temos 14 lotes com contratos de manutenção e conservação, então nós fizemos, sim, muito! Durante um ano, eu estou há um ano no DNIT – Um ano e seis meses – fizemos muito, porque nós só tínhamos 05 (cinco) e, hoje, nós temos 14 (quatorze) e temos 03 (três) já para licitar agora, um já está licitado – está na fase de análise de proposta – e 02 (dois) que vão já ser aberto e nós vamos cobrir toda a malha de Roraima, 17 (dezessete) lotes serão cobertos. O Senhor **Deputado Gabriel Picanço:** Marcelo, deixa só eu fazer uma ponderação, Presidente com a sua licença. O Senhor Presidente, **Deputado Renato Silva:** pode falar Deputado. O Senhor **Deputado Gabriel Picanço –** aqui no estado de Roraima, Marcelo, Acre, Roraima e Rondônia são os Estados mais longe do país, aonde o custo das obras é muito diferente do resto Brasil. Você há de concordar comigo! Qual é a minha ponderação? Claro que você vai ter que obedecer, não depende de você, é o preço mais baixo do DNIT, mas eu acho que tem que escolher as empresas que tenham condições de fazer o serviço, aquela 210 (BR), só para te dar um exemplo, porque é obra federal também, na 210 (BR), passou três empresas para terminarem a obra, eles foram desistindo, então essas empresas não podem virem para Roraima se elas não tiverem condições, se não tiverem lastro financeiro para executarem a obra, eu acho que deveria ter... Até você poderia sugerir dentro do Órgão, dentro do DNIT, que as empresas para assinarem o contrato com DNIT, principalmente para tomar conta da BR-174, é a única via de acesso que nós temos para o resto do Brasil, você há de convir comigo se a BR-174 parar, dá fome em Roraima, dá fome em Roraima, porque é transportado tudo por

ela, então os contratos da BR-174, principalmente, que é de extrema de necessidade, deveria ser empresas que tivessem lastro financeiro para executar as obras que a gente sabe que o governo Federal, isso é da própria estrutura organizacional, é da própria exigência dos órgãos de controle, não é do dia para noite, não é isso? Então, as empresas tinham pelo menos, elas tinham que ter pelo menos coerência, ter seriedade, vocês como operadores do DNIT, como representante tinham que ter essa ponderação, não adianta nós assinarmos, quando eu digo nós, eu digo o Brasil, vocês assinarem um contrato com uma empresa que ela não tenha o mínimo de condições para fazer um trabalho desse, está entendendo! Isso prejudica a nós, prejudica o Brasil, prejudica a população. E dar inúmeros e inúmeros prejuízos materiais para os caminhoneiros, para os donos de ônibus, para as empresas e para os usuários que usam essa.. *Trecho inaudível*. Então era só uma ponderação, para que se refletisse, e ter essa cobrança também das empresas que não adianta nós assinarmos o contrato hoje e, daqui a seis meses eles desistirem, que não aguentaram fazer, não tinham condições. Então era essa a minha contribuição nesse momento. O Senhor, **Superintendente, Marcelo Geber:** toda licitação – todo processo licitatório – tem a habilitação técnica, habilitação econômica e a fase de propostas. Para a empresa assinar com o DNIT, ela passou por todo processo licitatório e foi aprovada. Agora a gente só consegue verificar a parte documental, nós vamos verificar se a empresa presta ou não presta – como o senhor acabou de falar – se ela tem lastro financeiro ou não tem, quando ela começa a execução do contrato, então se ela não consegue produzir, o DNIT tem que punir, porque o DNIT punindo essa empresa não volta mais a trabalhar com o DNIT – é isso que nós estamos fazendo, empresa que não produz será punida. Agora eu não posso em uma licitação falar eu quero a empresa "x", "y" ou "z", porque seria um crime, o que eu faço é o seguinte: verifico a habilitação da empresa – não sou eu quem faz, é o pregoeiro quem faz – verificou a habilitação (passou); verificou a parte técnica – que é a parte de engenharia (passou), que é a parte de engenharia (passou); verificou a proposta (ok!), a gente assina contrato e emite a ordem de serviço, é isso que a gente faz. Nós não vamos criar procedimentos que não estão previstos na lei, que não estão previstos nos órgãos de controle, a gente não pode em nenhum momento criar nenhum tipo restrição, o que a gente tem que fazer é aplicar a lei na hora da licitação, quando essa empresa ganhar a obra, assinar o contrato, a gente tem que acompanhar a produção e se não fizer, a gente tem que punir. Isso é o que nos resta, nós somos servidores públicos não podemos fugir disso. Esse seria um ponto do lote 1.3 que é um ponto mais complicado. Como eu falei para o deputado e falei pra todo mundo aqui antes, ali tinha um problema de quase 01 km (um quilômetro) sem pavimento, onde a água passava por cima inclusive, nós conseguimos resolver agora, nós conseguimos aprovar essa RPFO, fizemos uma força tarefa e aprovamos e será resolvido. Agora é logico que outros problemas irão surgir, nós temos uma malha de 1800 km (mil e oitocentos) de BR, pode surgir problema em qualquer lugar, não é tão simples assim! O Senhor Presidente, **Deputado Renato Silva:** *Trecho inaudível.* Acho que o Deputado Coronel Chagas também quer usar a palavra. Naquela época que a água subiu, eles mandaram todo maquinário lá para aterrar e fazer aquele serviço e voltar a funcionar a estrada, qual recurso foi usado? O Senhor, **Superintendente, Marcelo Geber:** não houve aplicação de recursos do DNIT naquele local. O que a gente conversou, que foi conversado, é que essa empresa estava... Que tem um convênio com o Estado, essa empresa foi contratada pelo Estado pelo convênio e, ela sabe que tinha uma RPFO, ela sabe que vai mexer no trecho, então o que ela fez, ela colocou o maquinário lá pra dar trafegabilidade. Não houve nenhum pagamento da parte do DNIT. O senhor falou anteriormente: "O DNIT tapa buraco e remendo profundo com barro". Não isso não é verdade, o que a gente faz é o seguinte... É verdade do ponto de vista do usuário, o que a gente faz é o seguinte: A empresa quando ela tem condições de fazer um remendo profundo, fazer o serviço com a qualidade que tem que ser feita, com o grau de compactação que tem que ser feita, com o CBR que tem que ser feito. O que a empresa faz, ela fala: "olha, eu vou dar trafegabilidade, vou jogar o material lá para melhorar a trafegabilidade." Mas, ela não recebe nada por isso. A empresa só recebe o serviço depois que ela faz tudo dentro da qualidade técnica e ela coloca a massa asfáltica. Antes disso, ela não recebe nada. Ela dá trafegabilidade porque ela tem que manter a trafegabilidade da rodovia. Agora quando a empresa não quer fazer isso que é complicado. O Senhor Presidente, Deputado Renato Silva: senhor Marcelo todos os fatos que nós estamos trazendo aqui, nós estamos falando com responsabilidade pra poder não colocar em risco e não denegrir ninguém, tudo que falei sobre fatos da Comissão de Obras, sobre relações obras do Estado, onde tenho acompanhado desde o início do meu mandato, eu sou presidente da Comissão, fui nos primeiros dois anos e, estou sendo agora. Então a gente acompanha bastante isso, eu vou dizer que não, a gente não interfere tanto na questão da competência federal, mas no âmbito estadual a gente sempre está acompanhando mais, de como está a estrada hoje é impossível a gente não poder participar e como Presidente da Comissão não acompanhar, então o que estou lhe trazendo aqui, quando eu falei da questão da tapa-buraco, é porque eu já acompanhei e já vi. A empresa, realmente... agora se a empresa está usando o DNIT, as vezes tem até equipamentos, coisas lá, que a pessoa ainda fala... já cheguei a passar lá e, parar... de perguntar: a empresa está a serviço do DNIT? Não é estado, não é recurso do estado. Então assim, esses trechos perigosos como essa curva, como essa ponte – que já está sendo resolvido o caso da ponte, como essa curva lá de Colina – podia ter uma atenção como quando ficou intrafegável lá na água, quando ficou coberta a estrada pela água, é esse senso que eu quero passar para o senhor aqui nessa reunião, que o senhor possa ter... Olha lá já teve muito acidentes graves está na curva, vamos fazer a mesma coisa que fez lá, vamos mandar alguém que tenha um contrato aqui ou que faça outro lote – que é de outro setor, pede para alguém passar lá – são alguns buracos ali que resolve num dia, agora resolver na prática ali, resolver na prática, porque... O senhor é roraimense, o senhor é daqui do Estado? O Senhor **Superintendente, Marcelo Geber:** se eu sou roraimense? Não, sou cearense. O Senhor Presidente, **Deputado Renato Silva**: o senhor é cearense, mas o senhor mora aqui... O Senhor **Superintendente, Marcelo Geber:** eu moro aqui, eu cheguei aqui pela primeira vez pelo 6º BEC, em 2000, fiquei aqui 2000, 2001 e, 2002 fui para salvador, depois voltei pra Manaus, fiz concurso para CGU, sou da Controladoria- Geral da União, estou no DNIT, como superintendente do DNIT. E desde 2008, eu estou em Roraima, em Boa Vista, então de 2008 até hoje estou aqui. O Senhor Presidente, **Deputado Renato Silva**: então senhor Marcelo, eu nasci aqui nesse Estado, conheço cada estrada dessa, cada ponto desse Estado eu conheço, sou daqui, todos os Deputados caminha muito aqui, em todos os municípios, então o que eu estou falando aqui são trechos mesmo importantes, que precisavam dessa atenção do DNIT. Se o senhor pudesse dar uma resposta rápida, não esperasse que terminasse a licitação, usasse algum instrumento que o senhor tenha lá dentro do DNIT, para poder resolver esses pontos onde causam muitos acidentes, pelo menos pra dar uma resposta rápida pra sociedade seria muito bom! Agora eu queria passar a palavra para o Deputado Chagas. Concedo a palavra, Deputado. O Senhor, **Deputado Coronel Chagas –** Presidente, boa tarde! Quero cumprimentar o Deputado Gabriel, Deputada Catarina, ao representante do DNIT e a todos que, eventualmente, estão nos assistindo. Quero parabenizar o Deputado Gabriel pelo Requerimento, de convocar o representante do DNIT e o Plenário desta Casa, por ter aprovado o Requerimento. Dizer que a BR-174, realmente, provoca muitos prejuízos ao cidadão roraimense, eu nunca vi – eu tenho 32 (trinta e dois anos) de Roraima – depois que ela foi asfaltada, eu nuca vi ela nesse estado. A gente como parlamentar anda muito – de norte a sul desse Estado – e, de norte a sul, é a BR-174 que nos permite transitar e, doutor, realmente, a situação tá muito feia! Se o senhor pegar, vou pegar só essa parte de Caracaraí até Iracema... até Mucajaí, eu nunca vi essa estrada assim! Ontem, eu vim de Caracaraí – fui sábado, voltei ontem – não tem como transitar em alguns trechos lá acima de 20, 30 km/h, porque se não, você vai sofrer um acidente. E, a gente tem relatos que aqui pra Pacaraima também está terrível – tem um trecho em recuperação – e tem esses lotes lá em baixo que meus colegas acabaram de falar. Eu não sei qual o plano de contingencia do DNIT, mas, sinceramente, ele não está dando certo. Não está dando certo, porque, realmente, a situação está muito difícil. Deputado Gabriel quando fez esse Requerimento, todos os Deputados saudaram a iniciativa dele, então não sei que de forma é feito, mas vocês têm que ter uma patrulha, vocês têm que ter um contrato, uma licitação, um contrato para ir atendendo essas coisas imediatamente. Não pode esperar acontecer um problema para abrir uma licitação, um processo que é demorado, um certame público demorado, com muitas empresas competindo, atrasando e, depois, às vezes ganha uma empresa que não tem lastro, vocês tem que ter uma patrulha mecanizada, gente! Deu problema lá no quilômetro tal, vão lá e fecha o buraco! Tem que ser feito assim, o Estado age assim, nós temos patrulhas mecanizadas. As prefeituras agem assim. O senhor é da Controladoria-Geral da União sabe que tem contratos dessa espécie. Por que não faz assim no DNIT? Olha essa BR, ela foi muito boa! Mas, de 02 (dois) anos pra cá, não houve – parece – que uma manutenção. Eu vi agora, de Mucajaí pra cá, estão tapando os buracos ali, estão fazendo a correção. Mas, a estrada toda tá assim, me desculpe, mas vai chegar um ponto que esta Assembleia legislativa vai ter que fazer uma manifestação coletiva ao Ministério dos Transportes expondo a situação. A gente vê em outros países... o Governo Federal trabalhando, fazendo rodovias e aqui parece que foi esquecido, então realmente é um desabafo, quero encerrar aqui mais uma vez parabenizando o Deputado Gabriel, o senhor sempre atento às questões do nosso povo e essa BR é nossa artéria principal. E, eu peço ao senhor que está à frente do DNIT, pra que dê uma solução rápida, porque vai chegar num ponto, onde a população bate primeiro? Aonde eles

vão atrás? É na Câmara dos Vereadores – com os vereadores reclamar – é para os prefeitos, é na Assembleia Legislativa, vão ao Governo do Estado e, nós aqui temos que tomar providências, porque se não, vão dizer que a gente não tá ouvindo os problemas, não estamos levando a demanda do povo. Então, fica aí o registro da minha participação. O Senhor, **Superintendente, Marcelo Geber:** certo. Então, a gente estava no Lote 1.3... O Senhor Presidente, **Deputado Renato Silva**: Marcelo, você queria responder o questionamento do Deputado Chagas? O Senhor, **Superintendente, Marcelo Geber:** Nós vamos chegar lá! Para gente seguir uma ordem! O Senhor **Deputado Gabriel Picanço:** Marcelo para contribuir para a tua resposta para o Deputado Chagas, ele foi muito feliz quando disse – Deputada Catarina – que seria uma ideia você (senhor Marcelo Geber) provocar isso dentro do DNIT, ter uma patrulha do DNIT, exclusivamente, nas suas ordens aqui – no seu comando – abrisse um problema lá em Caracaraí, ia para lá... outra coisa, só... já para te liberar, a partir do final do mês entra mais 90 (noventa) carretas extras em Roraima por dia, você sabe disso, não sabe? O Senhor **Superintendente, Marcelo Geber:** sei sim, senhor. O Senhor **Deputado Gabriel –** Mais 90 carretas extras por dia. O Senhor **Superintendente, Marcelo Geber:** com gás. O Senhor **Deputado Gabriel –** vão ser mais 90 problemas que vão acontecer em Roraima... É com gás! Aqueles rejeitos asfálticos, que fresam as estradas não seriam uma solução para tapar emergencial, ao invés de botar o barro? Para ir colocando nesses buracos até a empresa chegar nesses trechos para recuperar, só como ideia, pra você responder depois e analisar, tá bom! O Senhor **Superintendente, Marcelo Geber:** o senhor perguntou se não tinha um plano ali no lote 1.3 para resolver o problema da curva. Como a empresa, infelizmente, não produziu, não fez o que foi solicitado diversas vezes, por isso ela vai teoricamente ser punida, nós pedimos ao estado – mediante ao convênio que existia – que ele fizesse as reciclagens pontuais nesses trechos e fizesse esse de forma emergencial, o estado apresentou para gente um orçamento. Esse orçamento está em análise, e assim a gente já vai mandar fazer, provavelmente, esse orçamento vai ser analisado essa semana e nós vamos pedir pro estado e fazer reciclagem nesses pontos. Inclusive a empresa já tá preparada para isso, foi bom o senhor tocar no assunto, o que falta é só análise do orçamento e mandar entrar. Aí vai resolver aqueles problemas que o senhor falou, vai ser feito aqui, primeiro, a gente faz aqui, depois, a gente manda para Brasília. Será feita via estado, com um convênio que existe com o estado, mas a gente solicitou que o estado pedisse para a empresa a orçamentação desses itens, para colocar reciclagens pontuais nesses trechos para dar trafegabilidade, com pavimento, reciclagem, e tudo. E, o estado apresentou orçamento semana passada, nós passamos esse orçamento para uma empresa supervisora para fazer análise, ela vai passar para gente e o estado vai entrar, vai ser resolvido, provavelmente, até o mês de outubro, final de outubro, vai ser resolvido esses pontos, que o senhor falou da parte de reciclagens. Subindo aqui no lote, nós temos o lote 1.4, que ele é do quilômetro 281 (duzentos e oitenta e um) até o quilômetro 367 (trezentos e sessenta e sete) – do Igarapé Caleffi até Caracaraí. Nós temos um contrato de manutenção lá, lá foram feitos vários serviços de tapa-buracos, remendo profundo, está bom lá, o que está faltando lá, é o quê? Acostamento, naquele trecho não tem acostamento. O Senhor Presidente, **Deputado Renato Silva:** Têm sinalizações de... O Senhor **Superintendente, Marcelo Geber:** sinalização horizontal? O Senhor Presidente, **Deputado Renato Silva:** é aqueles olhos de gato também, porque quando dá aquele horário 06h:30m (de seis horas e trinta minutos da noite), você não enxerga mais nada. O Senhor **Superintendente, Marcelo Geber:** Certo. Esse programa de sinalização. É um programa que a gente chama de BR legal, então quando a gente recupera a rodovia, não adianta você fazer a sinalização, se não vai acabar, recuperou, terminou! Olha, a gente fez o revestimento a frio, que vai ser o revestimento asfáltico aqui nesse trecho, em alguma parte dele. Olha, agora entra com a sinalização, então é uma outra empresa, pelo programa BR Legal, que ela faz essa sinalização. Então lá existe um contrato que vai ser feito todo acostamento naquele trecho que está faltando, que é justamente do Caracaraí até o Igarapé Callefi (até o Caracaraí) ali existe para fazer o acostamento. Porque que não foi feito nada ainda nesse contrato? Porque a gente não tem Autorização de Supressão Vegetal. Essa Autorização de Supressão Vegetal quem dá é o IBAMA, o processo já está no IBAMA com e, o IBAMA assim que ele liberar vegetal, nós vamos entrar e vamos fazer o acostamento naquele local e, aquela parte – única parte que não tem acostamento da BR 174, de Boa Vista até o Amazonas – ela vai ter acostamento, só falta esse trecho, que falta acostamento. Chegando no lote 1.5, que é onde o Deputado Coronel Chagas falou sobre os problemas. O lote 1.5, ele é do quilômetro 367 (trezentos e sessenta e sete), do Caracaraí até Boa Vista e mais o Contorno Oeste. Temos um contrato em andamento lá – a empresa inclusive está lá trabalhando – eu fui lá quinta e sexta, estive na BR quinta e sexta, a empresa está trabalhando lá, ela tá fazendo o quê? Reciclagem. Agora eu vou fazer uma explicação técnica... *Trecho inaudível.* É porque não tinha contrato, doutor! Deputado! Esse contrato é de 2020, do final de 2020. A gente precisava da LOA (Lei Orçamentária Anual) para colocar recurso no contrato, a LOA só foi aprovada em abril, nós só começamos a ter recurso para esse contrato a partir do mês de maio/junho de 2021, não têm como fazer nada sem recurso, a LOA demorou a ser aprovada, todos sabem, a LOA foi aprovada no dia 22 de abril de 2021, depois vai ser distribuída entre os ministérios, esse recurso vai chegar no Ministério de Transportes em maio, vai chegar para Superintendência, a LOA... ah, só pode começar a empenhar agora, porque não vem pra cá o recurso, o recurso fica em Brasília. Você pode começar a empenhar isso a partir de junho e, como é que uma empresa entra e faz obra em junho, no inverno? Todos sabemos que não dá para fazer. O que poderia ter sido feito! Ah! Serviço tapa-buraco e remendo profundo, mas nós fizemos a conta e chegou à conclusão que a gente tinha que fazer a reciclagem, uma conta simples financeira, se eu fizer isso aqui vou gastar tanto, se eu fizer reciclagem vou gostar tanto, nós partimos para a solução de reciclagem, fizemos o aditivo e a empresa começou, hoje a empresa está trabalhando fazendo a reciclagem dos trechos. *Trecho Inaudível.* Essa empresa vai fazer a reciclagem de todos os trechos críticos, vai fazer tapa-buracos, remendo profundo, vai fazer inclusive o micro revestimento asfáltico desse lote. Não será feito micro revestimento no lote inteiro, mas em alguns pontos dos lotes pontuais, então será feito isso aí ainda esse ano, aí nesse contrato existe uma previsão de um CREMA, que Brasília está fazendo esse CREMA, assim que esse projeto de CREMA liberar para gente, nós vamos licitar – ou Brasília vai licitar – e, nós vamos começar a obra de restauração do local. O que acontece senhores, é porque todos os projetos de restauração aí... O Deputado falou o seguinte: "ah, que de dois anos pra cá ela deu uma piorada!" Não foi isso Deputado, que o senhor (referindo-se ao Deputado Coronel Chagas) disse? Todos os contratos, nossos de restauração e projetos de restauração são de 2008/ 2009, sabe o que significa isso? Quando a gente faz o projeto de restauração – o pavimento vai durar dez anos – então, a maioria desses projetos já atingiu a sua vida útil, por isso, que vai ser feito um contrato de restauração e manutenção naquele lote, porque já atingiu a vida útil dele. Então, quando você atinge a vida útil do seu pavimento, você tem duas formas de trabalhar ou você faz um novo projeto de restauração ou você faz reciclagens pontuais nos trechos críticos, que é o que nós estamos fazendo, que a população tem que ser beneficiada, é isso que nós estamos fazendo nesse lote. Então, ficará pronta essa parte de reciclagem e tapa-buracos, tudo até o final desse ano, previsão inclusive até antes e, depois nós vamos entrar com micro revestimento asfáltico, isso até Boa Vista, ok! Mas, alguma demanda em relação a essa parte sul? *Trecho inaudível.* A patrulha? Então, o ano passado quando eu entrei, quando eu assumi o DNIT/Roraima como Superintendente, quê que nós fizemos? Nós mandamos um ofício pra Brasília e fizemos essa pergunta: "e esses CREMAS (esses contratos de restauração, manutenção), que estão sendo realizado em Brasília, está prevendo essa demanda?" A resposta foi: "sim, está prevendo." Então, provavelmente quando o contrato chegar e, a gente fizer licitação por Brasília, executar a obra, já está prevendo essa demanda. O Senhor **Deputado Gabriel Picanço –** Para complementar, senhor Presidente! É aquela a ideia que eu falei ao invés de a empresa – não tem muitos trechos que vão ser fresados na BR para tirar aquele asfalto podre? O Senhor **Superintendente, Marcelo Geber:** alguns trechos vão ser fresados. **Deputado Gabriel Picanço:** esse asfalto que eu perguntei, que eu acho que deveria, que talvez vocês usassem e chamassem as empresas: gente, esse asfalto que vocês vão tirar – esse fresado – ao invés de jogarem fora, colocarem para fora ou trazer, transportar para outro local, porque não vai dá tempo de fazer essa BR tirar os estado crítico nesse verão, não dá, está complicada, vão começar tarde os serviços, pelo menos ao invés de colocar barro colocava esse rejeito asfáltico naqueles buracos profundos, que pelo menos aguenta mais uns dias, uns meses, até chegar o trabalho asfáltico lá, é só uma ideia. O Senhor **Superintendente, Marcelo Geber:** com certeza, mas essa ideia, a gente já faz assim. O Senhor **Deputado Gabriel Picanço:** Já estão fazendo! O Senhor **Superintendente, Marcelo Geber:** quando a gente tem essa fresa, esse asfalto que foi retirado na fresagem e tem sobrando, a gente coloca – isso de forma paliativa, isso não é pago. A gente já faz assim, mas só que tem hora que ele acaba. Acho que a população percebeu que tem alguns tapa-buracos e remendos profundos que colocamos esse tipo material só que ele acabou. A gente começou a colocar material solo provisoriamente, paliativamente, nós fizemos isso! *Trecho inaudível.* Justamente, o que se precisa é, realmente, um projeto novo. É o que se precisa, certo! E, está sendo realizado! Vamos aqui passar pro norte, então. Alguma coisa mais sobre o sul? Vamos passar pro norte. O norte, nós temos aqui o lote 2.1, ele vai aqui do quilômetro 503 (quinhentos e três) – que é aqui dentro de Boa Vista – até o quilômetro 629 (seiscentos e vinte e nove – que é até ali na entrada Pedra Pintada – nós temos um

contrato vigente, que é o contrato nº 281 e nós temos também o Termo de Compromisso – um convênio com o estado, que é o Termo de Compromisso nº 970/2010. O que foi definido junto com o estado? Olha, o DNIT tem um recurso para te passar, para você chegar até a ponte do Uraricuera, então o DNIT passou o recurso para o estado, pro estado chegar até a ponte do Uraricuera, que é até o quilômetro 581.2 (quinhentos e oitenta e um, ponto dois). Então, tirando essa duplicação aqui, que têm não o recurso pra ela depois do Rio Cauamé – mais ou menos uns três a quatro quilômetros de duplicação – a partir dali, o estado vai entregar para população, porque ele tá com o recurso em conta e a previsão do estado entregar é até fevereiro do ano que vem. Então, ele vai entregar até o quilômetro 581 (quinhentos e oitenta e um), o estado vai entregar, até o Uraricuera, inclusive com todo pavimento novo e com acostamento. Hoje, para quem anda naquele trecho, nós já fizemos ali 50 (cinquenta) quilômetros, nós já estamos com pavimento novo, não deu 50 (cinquenta), mas quase 50 (cinquenta), nós já estamos com pavimento novo até o quilômetro 545 (quinhentos e quarenta e cinco), para quem vai para aquele trecho, isso agora a gente fez agora no último verão, fizemos agora. Então aquele trecho está indo, lá no lote 2.2 – que é a partir da Pedra Pintada – é uma obra gigantesca, é uma obra que antes de 2020 (Ano) não tinha sido feito uma contenção, então a população tem que entender que nós fizemos lá 80% (oitenta por cento) das contenções previstas no contrato, nós fizemos mais de R$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) de contenção e, aquele local é tão emergencial que o pavimento, o pavimento do trecho de quase 01 (um) quilômetro, ele cedeu 50 cm (cinquenta centímetros), ele poderia ter cedido 10m (dez metros), poderia ter acontecido a ruptura da BR, poderia ter acontecido, graças a Deus não aconteceu e nós estamos trabalhando e, sabe porque não aconteceu? Porque o DNIT trabalhou lá, porque o DNIT investiu mais de R$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) lá. Porque, o DNIT fez várias contenções lá de 2020 (ano) para 2021 (ano), se o DNIT não tivesse feito isso aquela estrada não existia, já tinha sido rompido, ainda mais com esse inverno que nós tivemos, então nós fizemos um trabalho muito grande e, está sendo feito! E, a previsão é concluir toda aquela obra, toda aquela obra, até maio de 2022, pra conclusão daquela obra faltam recursos, como faltam recursos aqui para a conclusão do 2.1 – que falta recurso para duplicação, em torno de R$15 a R$20.000.000,00 (quinze a 20 milhões de reais) – como faltam recursos para depois do Uraricuera – que seriam mais R$100.000.000,00 (cem milhões de reais) – a gente tá colocando, todo ano na LOA vem recurso, a gente está trabalhando pra isso, pra terminar, mas essa obra do 2.1 deve terminar em 2023 (ano), de qualquer forma o trecho tá com boa trafegabilidade e, o 2.2 - as pessoas podem falar assim: mas, na serra não tem mais pavimento. Claro que não tem mais pavimento, nós tivemos, nós primeiro destruímos para construir, nós fizemos várias contenções e a ideia é que se conclua tudo até maio de 2022, entregar pra população, faltam apenas R$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), nós já temos um grande recurso separado, faltam R$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) pra concluir. Pode ser que esse recurso venha na LOA de 2022 e a gente conclua sem problema até maio de 2022, pode ser que não, o interessante, o interessante é que esse recurso chegue antes pra gente concluir essa obra. Então isso seria a parte da BR- 174. Alguém tem mais alguma coisa sobre a BR-174? O que podem perguntar também seria a parte técnica. O Senhor **Deputado Gabriel Picanço:** eu só queria saber... não, eu acho que essa parte técnica para nós ela não é tão interessante, interessante é o povo, a parte técnica vai ficar com vocês. Gostaria que quando terminasse aqui, o senhor gravasse, em nome do DNIT, se comprometendo, dizendo tudo que tá dizendo para nós, para nós repassarmos, para depois o povo não estar cobrando de nós. E a respeito da 210 (BR) agora, que é principalmente de Baliza a Caroebe que é rodovia federal também, essa parte técnica acho que não é tão importante pra nós nem para o povo não. O Senhor **Superintendente, Marcelo Geber:** tá certo, sobre... O Senhor Presidente, **Deputado Renato Silva:** Marcelo, o que eu tenho para questionar na questão dessas rodovias, dessas estradas, foi o que o Deputado Chagas falou, é um planejamento para gente se prevenir, porque às vezes começa um problema na estrada com um buraquinho, um buraco só, só que aí como tem... Como o senhor Gabriel falou também, a patrulha mecanizada, se tivesse, fechou, apareceu um problema, vai lá e resolve! Porque, toda vez que for esperar o problema ficar grande para resolver, licitar, é... fazer todo esse procedimento, podendo gastar vamos supor R$10.000.000,00 (dez milhões de reais), vai gastar R$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), R$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), porque o problema ficou muito maior, então se o senhor tivesse um acompanhamento, vocês não tem uma equipe que fiscaliza toda a estrada, que anda nas estradas? O Senhor **Superintendente, Marcelo Geber:** temos. O Senhor Presidente, **Deputado Renato Silva:** que previna: olha ali já saiu um defeito ali na estrada, vamos resolver o problema para não ficar um problema maior, para não trazer acidentes e nem trazer um prejuízo maior pro DNIT, para os cofres públicos, porque o que o senhor está mexendo lá no DNIT é dinheiro público, é dinheiro da população, é dinheiro nosso, dinheiro de todos nós cidadãos que paga imposto. E, se poder fazer uma forma que economize mais recurso, então se você fizesse a manutenção, se tivesse a equipe: olha, saiu um trecho na estrada, no quilômetro tal, curva tal, vai ocasionar acidente, ainda é só um buraco vamos resolver o problema, mas, não fica dois anos, três anos, quatro anos... O Senhor, **Deputado Coronel Chagas:** Presidente me permita contribuir. O Senhor Presidente, **Deputado Renato Silva:** Passo a palavra pro Deputado Coronel Chagas. O Senhor**, Deputado Coronel Chagas:** é... esses aplicativos de, de... que dá o caminho, o mapa, o GPS, Waze, tem lá uns recursos que vão informando onde tá congestionado, são os próprios motoristas que vão alimentando. A Senhora, **Deputada Catarina:** ele informa onde tem buracos também. O Senhor, **Deputado Coronel Chagas:** os buracos também. Então, não sei se o DNIT poderia incentivar, acho que seria uma forma de eles terem um banco de dados incrível das rodovias brasileiras e, de Roraima então – que é só a BR aqui, mais a 401 e a 210, um pedaço do pedaço lá, então vocês teriam uma forma de... Cria um programa ou bote um número de ligação do DNIT para que os caminhoneiros, principalmente – que passam diariamente, se há cinco anos, nós tínhamos 30 (trinta) carretas indo e vindo de Boa Vista para Manaus era muito, diariamente, hoje tem mais de 100 (cem) e com sobrecarga. Então se vocês fizerem isso, irem nas cooperativas e dizer: olha, vão identificando. Mas, não adianta fazer agora porque tá cheio de buraco. Vocês vão ter a rodovia toda mapeada, mas assim que fizer a recuperação aqui de Caracaraí a Boa Vista, já vai ter assim referências, eu passei ontem aqui, antes daquele posto de gasolina que está fechado de Mucajaí, está arrumadinho, está tudo tapadinho, mas já vi uns buraquinhos pequenos que daqui um mês... Por que que já não fez? São pequenos detalhes, mas a ideia é que eu – pedi um aparte aqui da sua fala - incentive, crie uma linha direta de contato, principalmente com os profissionais do volante, com certeza o DNIT vai crescer perante a opinião pública e, procura dar uma resposta, procura fazer uma licitação, um contrato como nós falamos aqui, seja o nome que for patrulha mecanizada que for, ou volante, ou como a CERR (Companhia Energética de Roraima) tinha aqui antigamente, a linha viva. Caia um poste de luz duma vicinal, lá na comunidade, na mesma hora saía daqui uma equipe da linha viva. Tem que ter uma linha assim. E, você vai crescer, o DNIT vai crescer e quem vai ganhar com isso é a sociedade. O Senhor Presidente, **Deputado Renato Silva:** e nós temos aqui deputado, a estrada de Pacaraima, por exemplo, da região Norte aqui, essa estrada não tem 10 (dez) anos que ela foi feita, não tem 10 (dez) anos, essa qualidade do asfalto – como você falou aqui – que tem que durar 10 (dez) anos mais ou menos. O Senhor **Superintendente, Marcelo Geber:** Projeto de restauração é para 10 (dez) anos. O Senhor Presidente, **Deputado Renato Silva:** para 10 (dez) anos... Como fica se o asfalto durar menos que o prazo de vencimento, se aparecer buraco, a empresa não tem obrigação de ir lá refazer, como fica isso? O Senhor **Superintendente, Marcelo Geber:** tem obrigação. O Senhor Presidente, **Deputado Renato Silva:** Essas estradas têm muitos anos que foi feita, de Boa Vista, de Mucajaí, Caracaraí, essa realmente tem muito tempo que ela foi feita, na época até do Governo Anchieta, acho que foi no Governo Anchieta que foi feita essa estrada. *Trecho Inaudível.* O Senhor **Deputado Chagas:** quando o Luciano de Castro foi o Chefe Nacional do DNIT... Secretário Nacional dos Transportes, Roraima recebeu muitos recursos. *Trecho Inaudível*. O Senhor Presidente, **Deputado Renato Silva:** Pois é, o que acontece é que tem que ver a qualidade do serviço dessa empresa, você tem um prazo de qualidade do asfalto que deve estar no contrato com certeza e que tem que ser respeitado e tem que ser cobrado dessas empresas e tem que penalizar, que penalizando uma, penalizando outra... e, divulgar: essa empresa aqui fez o asfalto, entregou, recebeu, mas o asfalto durou 03 (três) anos, durou 02 (dois) anos. Acho que tem que ter uma fiscalização mais acirrada nisso, cobrar dos fiscais. O Senhor **Superintendente, Marcelo Geber:** isso depende de todos os dados de projeto, são dados técnicos (são dados de VMD) que a gente precisa levantar para fazer projeto de restauração. A BR-174/Sul – quando falo sul só falo a parte de Roraima, não estou falando da parte do Amazonas – na parte de Roraima, da divisa até Boa Vista, toda ela o pavimento é 10 cm, 15 sub-base, 15 de base, varia de trecho pra trecho e 05 *Trecho Inaudível...* e 05 de capa, toda ela 10 cm no pavimento. O Norte não, só são 05 cm, quando esses projetos foram feitos – são projetos antigos – não existia crise na Venezuela, pelo contrário não tinha esse transporte todo de produtos pra lá, era o contrário, vinha de lá pra cá, a gente que ia lá buscar naquela época, então o que acontece? Pode ser que o pavimento dure um pouco menos, porque o projeto é antigo e baseado no VMD da época, certo! Mas, o que nós estamos fazendo como DNIT, o projeto de restauração está pronto, depois que a empresa entregar, receber, prestar conta, a gente já entra com uma equipe de manutenção e, quando o problema estrutural a empresa tem que resolver, quando o problema não é estrutural, é só superficial quem

resolve é o com o contrato de manutenção é isso que nós fazemos. Esse que é o certo, todas as empresas são obrigadas a ter laboratório – todas as empresas de construção tem que ter laboratório – e as empresas de supervisão – que nós temos a empresa de supervisão para toda a malha – que são esses 17 (dezessete) lotes que estou falando – elas também são obrigadas a ter laboratório, tem que fazer os ensaios. O que estou falando para os senhores, para a senhora, para todos os presentes, é que nós temos um projeto, esse projeto foi seguido, esse projeto tem 10 (dez) anos, entendeu! A partir daí nós temos que fazer novos projetos de restauração. Sobre recursos que foram alocados no estado, anteriormente, porque foram alocados tantos recursos? Porque a BR precisou fazer a restauração dela inteira e nós fizemos a restauração, na época, do lote 1.1, 1.2, 1.3 e 1.4 com o Governo do Estado, com os Termos de Compromisso com o Estado. O lote 1.5 com o Governo do Estado, 210 (BR) com o Governo do Estado, então tudo foi convênio entre DNIT e Governo do Estado. A partir desse momento... não existia DNIT em Roraima, não sei se os senhores e a senhora sabe disso, não existia, era tudo Amazonas, então por isso, o Estado (Governo de Roraima) tinha que participar mais efetivamente. A partir de agora não, nós estamos com maior participação – a gente está participando efetivamente das decisões. As decisões, elas não só econômicas/financeiras, elas também são técnicas e, a parte técnica que é muito importante, nós não podemos esquecer disso. Posso passar pra 210 (BR), então? A Senhora **Deputada Catarina Guerra:** são 17 lotes? Trecho inaudível. O Senhor **Superintendente, Marcelo Geber:** 17 (lotes), nós falamos só de 07 (lotes) até agora. A Senhora **Deputada Catarina Guerra:** *trecho inaudível.* O Senhor **Superintendente, Marcelo Geber:** nós temos 14 que já estão com contratos de manutenção e conservação, 02 (dois) em licitação, 01 (um) vai ser aberto esse mês no dia 29 e outro dia 1º de outubro e 01 (um) está na análise da proposta, então vai ser antes para finalizar os 17. A Senhora **Deputada Catarina Guerra**: *trecho inaudível.* O Senhor **Superintendente, Marcelo Geber:** é isso, são os processos só de manutenção e conservação. Além, desses processos de manutenção e conservação, ainda tem o quê? Processo de restauração, processo de construção. Então a BR-210, a BR-210 a gente divide em 03 (três) lotes sempre, que é o lote 01 (um) – que a gente fala que é do quilômetro 45 (quarenta e cinco) até o quilômetro 113 (cento e treze), o quilômetro 45 é lá no Rio Jatapú. O 113 (quilômetro), que é (quilômetro) 118 (cento e dezoito) a depender do SNV (Sistema Nacional de Viação) – ele é ali em São João da Baliza, tá certo! Tem 01 (um) contrato lá inclusive esse contrato foi o maior prejudicado pela LOA, esse contrato daquele local do Sul do Estado, ele foi assinado agora em 2021 (ano) e, a gente não tinha como colocar recurso pra ele, porque a LOA não estava aprovada, ou seja, nós perdemos o verão inteiro. Então, se a LOA atrasar, o estado mais prejudicado é Roraima de todos do país, porque se ela atrasar certamente a LOA vai ser aprovada quando aqui começa o inverno, então o quê que você vai poder fazer no inverno que começou? Por isso a LOA não pode atrasar, porque se ela atrasa nós somos prejudicados, o estado de Roraima é prejudicado em todos os termos, não só na parte do Ministério dos Transportes, todos os ministérios, a gente não consegue mexer com obra no inverno. Então, esse contrato foi muito prejudicado, só que agora tem uma equipe lá, eu fui lá agora sexta-feira, a equipe já fez de 45 (quarenta e cinco) quilômetros – ela já terminou 15 (quinze) – do revestimento primário, ela vai terminar esse revestimento primário, já vai começar... O bueiro que se rompeu, já vai iniciar a obra do bueiro, tem um... O que o senhor falou que é de Caroebe a São João da Baliza, que está muito ruim – então, ali é um pavimento muito antigo, ali é um pavimento que o Estado fez há muitos anos atrás, aquele pavimento o DNIT já fez tapa-buraco, remendo profundo, faz aqui, abre aqui, faz aqui, abre aqui! Por quê? Porque precisa de um projeto de restauração. O que nós vamos fazer? Nós vamos reciclar grande parte aquele trecho. Por que a gente não começa essa reciclagem agora, imediatamente? Porque, a pedreira de Rorainópolis, ela não está funcionando e a previsão dela começar a funcionar é a partir de outubro, então ela vai demandar o que ela começou, a fabricação vai ser lá em novembro/dezembro. Então, a gente vai entrar pra fazer reciclagem nesse trecho praticamente muita coisa vai deixar ali com excelente trafegabilidade a partir de dezembro/janeiro. Infelizmente, a pedreira não está funcionando e, é a pedreira de projeto. Ah, por que a gente não pega a brita de Boa Vista? Podia, só que aí o custo vai encarecer demais e não vai ter aditivo que suporte isso, no contrato. Não vai ter aditivo ao contrato e, como é que a gente vai fazer um aditivo superior a 25% (vinte e cinco por cento)? Nós temos ali o lote 02 (dois) – que é do quilômetro 113 até o entroncamento ali com a BR-432, BR-210 e BR-174 – nesse lote 02, temos um contrato vigente que também vai fazer – assim que a pedreira voltar a funcionar – vai fazer vários serviços de reciclagem, tapa-buraco, remendo profundo, trocas de bueiros, etc. Serviço de drenagem, obra de arte corrente, inclusive micro revestimento asfáltico e, nós temos também ali um convênio – que acabou – com o Governo do Estado, ali tinha um convênio que acabou agora no dia 30 de junho de 2021, que o Estado entregou o convênio e, já tem muito trecho que tá aberto e, a gente está resolvendo essa questão com o Estado, a ideia nossa é receber essa obra, verificar quais são as demandas que temos que fazer e, em conjunto, chegar a uma solução com o Estado, tá certo! E temos o lote 03 (três), que esse aí é aqui na Perimetral Norte, que eu falo 210 (BR), em Caracaraí, que está já analisando proposta, já foi feita a licitação, já tá na fase de proposta, que esses é um dos que faltam, que a senhora (Deputada Catarina) perguntou. Sobre a 210 (BR), tudo ok? O senhor falou Deputado (Gabriel Picanço), que o senhor depois queria isso aqui gravado ou impresso, eu vou fazer um ofício para Assembleia, pode ser assim? O Senhor **Deputado Gabriel Picanço:** pode. Só para complementar e talvez ajudar você, faltou responder das pontes da 210 (BR) que eu perguntei. Agora, deixa eu dizer uma coisa, Presidente. Eu acho que o senhor como dirigente, como responsável pelo DNIT, deveria fazer um esforço junto ao Ministério para nós levar brita daqui de Mucajaí pra lá, principalmente para a 210 (BR), é tão pequeno aquele trecho de São João da Baliza a Caroebe, tenho certeza que talvez não vá 100 (cem) carradas de brita, talvez não vai 100 (cem) carradas de brita, para o senhor é muito dinheiro, pra mim é muito dinheiro, mas pra nação brasileira não é não! É chorando que se ganha, é pedir ao Ministério: Gente, olha, lá nós vamos atender 04 (quatro) municípios, 03 (três) munícipios vamos atender, é um trecho pequeno de 23 (vinte e três) quilômetros e vamos fazer o sacrifício para a gente levar brita de Mucajaí para lá, porque se nós formos esperar até outubro/novembro para gente levar brita, ou dezembro, talvez quantos acidentes nós não vamos evitar de acontecer ali, então é um pedido que eu estou fazendo para o senhor analisar e fazer esse pedido, pode usar nós e, dizer: olha, foi um pedido da Assembleia Legislativa, vamos analisar com carinho para ver se a gente contempla essa empresa, pra custear o transporte de Mucajaí para lá, para esse trecho da 210 (BR) que é muito pequeno para o tamanho do Brasil. Então, era isso mais ou menos... Quando eu disse que queria que o senhor gravasse era que quando o repórter for entrevistar o senhor, o senhor dizer: olha, eu como representante do DNIT já dei as demandas para os deputados aqui e o compromisso nosso, compromisso do DNIT, a nossa responsabilidade está começando, nós estamos assinando os contratos, nós estamos terminando a licitação e vamos começar, porque quando o povo não ver você falar, não escuta, não acredita, então eles têm que escutar o dirigente – no caso você – como dirigente do DNIT, falando e fazendo compromisso com a população pelo DNIT. O Senhor **Superintendente, Marcelo Geber:** sem problemas. A BR-401, eu sei que não houve pergunta, sobre as pontes, então. Aqui eu tenho uma relação de obras prioritárias e obras de projetos prioritários, sobre as prioridades do DNIT, tem várias obras que daqui a pouco eu falo, vamos falar sobre as pontes então, nós temos aqui a implantação e a pavimentação da BR-401 – que é ali do quilômetro 106.9 (cento e seis, ponto, nove) – aquele acesso para Bonfim até Normandia, esse projeto já foi licitado, não foi licitado porque não foi assinado o contrato ainda, mas já tá na fase de análise de proposta, o projeto para pavimentação do quilômetro 107 (cento e sete) até Normandia, uma BR que já tem ali 50 (cinquenta) anos e nunca foi pavimentada e, vai ser pavimentada agora, o projeto está aí, vamos fazer o projeto. O Senhor Presidente, **Deputado Renato Silva:** Marcelo, essa estrada de Normandia, eu queria tirar uma dúvida com você, no plano do Estado, já teve algum recurso que veio para asfaltar aquela estrada? O Senhor **Superintendente, Marcelo Geber:** nunca. O Senhor Presidente, **Deputado Renato Silva:** Nunca, chegou a vir. O Senhor **Superintendente, Marcelo Geber:** isso aí é muito fácil conferir, qualquer cidadão pode entrar no site do DNIT, verificar que lá tem o SNV, que lá tem o DNIT GEO, que ele vai informar que não é pavimentado, não tem pavimento, tem uma lenda aí que já chegou recurso pro Estado pavimentar e começam a falar várias situações que não são... Que não vou repetir aqui, mas não tem, nunca foi pavimentada, foi pavimentado só um trecho ali, que são 07 (sete) quilômetros antes de chegar ali em Normandia, ali realmente tem pavimento, inclusive nós fizemos agora, nós fizemos em maio a reciclagem de todo aquele trecho dentro do município de Normandia, fizemos a reciclagem, um pedaço, e nós vamos a revitalizar aquele pavimento todo com micro revestimento asfáltico, aquele pavimento que falta. Só que aquela pavimentação o projeto tá em licitação, as propostas estão sendo analisadas, assim que a empresa ganhar a gente vai começar a cobrar a produção do projeto, o projeto sendo aprovado, tudo ok, a gente faz a licitação. *Trecho inaudível.* Não, não tem como, porque o projeto é um período de ano e meio, então se a licitação, se a gente conseguisse contratar, se a licitação agora em outubro, por exemplo, *trecho inaudível.* Não, primeiro precisa do projeto, se a população precisa saber que tá na fase de projeto, não está na fase de construção. *Trecho inaudível.* De projeto, daí esse projeto tem um prazo de 540 (quinhentos e quarenta dias) ou 520 (quinhentos e vinte dias), um ano e meio mais ou menos para que a empresa entregue o projeto, quando a empresa entregar o projeto e o DNIT aprovar

esse projeto, aí a gente faz a licitação da obra, previsão que nós estamos imaginando se tudo der certo, se a empresa for realmente competente entregar o projeto certinho e, a gente começar a licitar essa obra a partir de 2023 (ano), essa é a nossa previsão, 2022 (ano) está aí e, 2023 (ano) iniciar se tudo der certo no projeto, entregar e licitar essa obra, ou seja, nós precisamos de recursos para fazer essa implantação e pavimentação. Por que nós precisamos desses recursos? Porque ali é uma obra de R$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), O DNIT/Roraima não recebe nem 1/3 (um terço) disso. Então, precisa de recurso, precisa de emenda parlamentar para gente concluir, isso lá partir 2023, a gente tem esse recurso para começar obra e pavimentar aquele local e a população de Normandia ser beneficiada e, isso é nossa prioridade número 01 (um), tá aqui, a prioridade do DNIT número um é aquela pavimentação até Normandia. A prioridade número 02 (dois) seria a pavimentação da BR-210, lá do Rio Jatapú até o quilômetro 89,5 (oitenta e nove vírgula cinco). Infelizmente, o EVTEA (que é o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental), a parte técnica e econômica não passou para se pavimentar aquele local, ou seja, teoricamente teria que manter o revestimento primário, o governador do estado de Roraima sabedor disso, ele solicitou alienação daquele trecho, então pode ser que essa alienação seja concedida ao estado e o estado faça a pavimentação daquele trecho, assim só receber a alienação. Hoje em que fase está isso, nós mandamos ofício para o estado sexta-feira ou foi segunda, se eu não me engano, que eu assinei esse ofício, foi sexta à noite ou foi sábado, solicitando que o Estado apresentasse uma equipe para fazer o levantamento do inventário e publicasse no Diário do Estado, um equipe para fazer o levantamento do inventário, e o DNIT também vai publicar, para a gente, em conjunto, levantar, fazer o inventário daquela BR e passar para o estado. O estado vai pavimentar esse trecho do quilômetro 45 (quarenta e cinco) até o quilômetro 89 (oitenta e nove), isso inclusive o Governador Antônio Denarium, já solicitou essa alienação para fazer essa pavimentação, certo! Então essa é uma boa notícia para o pessoal do Sul do Estado. Sobre as pontes da BR-210, que é nossa prioridade aqui – na verdade, é tudo prioridade – mas, está aqui no nosso terceiro ponto, nós temos o contrato nº 237, é um contrato de 2018 (ano), que agora que foi aprovado o projeto básico, agora que vão iniciar o projeto executivo, então existe a previsão de entregar isso ano que vem, entregando esse projeto ano que vem a gente faz a licitação, ali vai mais ou menos uns R$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) para fazer todas as pontes de concreto, *trecho inaudível...* 05 (cinco) pontes de concreto, também é uma obra que pode ter emenda parlamentar da bancada federal. Depois, temos as pontes da 432 (BR), que esse Termo de Referência tá sendo realizado em Brasília, a previsão para entregar esse Termo é até o final desse ano pro início do ano que vem, a partir daí a gente vai licitar o projeto, a partir daí a gente vai fazer, mas vai demorar um pouco. Nós temos o projeto do CREMA que eu falei anteriormente que é aquele lote 1.1 e 1.5 chegando aqui e, nós temos aqui na Superintendência, a gente vai criar um procedimento, que o senhor fala de plano, que a gente está planejando fazer uma restauração de um trecho da 210 (BR), que não é esse trecho que o senhor citou, porque tem esse do pavimentado e o que o senhor citou que tá ruim, pra gente fazer lá uma restauração completa inclusive com acostamento que lá não tem acostamento, estamos colocando no nosso plano. A BR-401, a parte que não está no projeto de pavimentação, essa parte dos 07 (sete) quilômetros, também para seguir o projeto que foi dado, ou seja, se precisar de acostamento nós vamos colocar acostamento ali também. E, a BR-432 aqui nessa parte quando você sai da BR-401 e vai até o quilômetro 119 (cento e dezenove), ali a gente também está querendo fazer a parte de restauração e acostamento que não tem, isso está num plano futuro. Essas são as prioridades de projeto. Então, vamos voltar lá onde a gente estava antes dessas perguntas na 401. A BR-401 são 02 (dois) lotes, um que vai daqui até o quilômetro 106 (cento e seis) e mais um acesso que vai para o Bonfim. O que falta nesse lote para terminar? Ali tem um contrato de restauração, o quê que falta? A duplicação aqui da ponte dos Macuxis, a partir da ponte. Nós fizemos, a gente iniciou esse ano, a população viu, a gente iniciou só que, infelizmente, o inverno chegou, e a gente não conseguiu concluir e nós já vamos voltar a iniciar, já começaram, a previsão é entregar essa duplicação até março de 2022, podendo ser antes, essa é a nossa previsão, então a população também mais uma vez do Cantá e todo o Estado vai ser beneficiado com essa duplicação. 431 (BR), alguém sabe onde é a BR 431? Lá no Jundiá, naquela que entra pra direita. A BR-431 também tem 01 (um) contrato vigente, lá inclusive está boa a trafegabilidade, mas nós já estamos planejando para entrar e fazer um novo revestimento primário. 432 (BR) são 02 (dois) lotes, que vem do quilômetro 00 (zero) – que é do entroncamento da 210 (BR), 432 (BR) e BR-174 – que vem até aqui a Vila Félix Pinto, esse lote, ele tem um serviço, tem uma empresa de manutenção lá que tá executando tapa-buracos, remendo profundo, não é um lote que tá com muito problema, porque também tem uma parte de construção. Ali do km 00 (zero) até o quilômetro 36 (trinta e seis), tem um contrato de construção ali, a empresa entregou pra gente um cronograma que ela ia produzir 12 (doze) quilômetros no verão e, ela não conseguiu produzir não por incompetência dela, mas pelo clima de Roraima, nós não tivemos verão de 2020 (ano) para 2021 (ano), por isso também a situação das BR's também ficaram mais deterioradas, nós não tivemos verão, não tinha como trabalhar e a LOA atrasou, então todos esses problemas foram somados, não foi um problema da noite pro dia, não foi uma ausência de planejamento, não a gente estava tudo planejado, tudo! Só que infelizmente, o inverno foi muito rigoroso, dizem que foi o pior dos últimos anos, o pessoal de Normandia falou que nunca viu tanta água na vida, quando você pega a BR-433 e você conversa com todo mundo ali, todo mundo fala: nunca na minha vida, moro aqui há 40 anos, eu nunca vi tanta água. Então, lá normalmente – na BR-433 – alagava 01 (um) ponto ou 02 (dois), esse ano alagou 18 (dezoito), 18 (dezoito) pontos da BR alagado. Na BR-401 alagava 01 (um) ponto, esse ano foram 04 (quatro), (01) um levou pavimento, a gente teve até que colar uma ponte Bailey, que o exército colocou lá em menos de 24 horas, graças a Deus têm o exército para fazer isso, o 6° (sexto) BEC (Batalhão de Engenharia e Construção). A ponte tá lá até hoje, nós agora construímos do lado um acesso, o pessoal já está usando o acesso, estamos testando e já vamos tirar... *Trecho inaudível.* E ali não tinha contrato, quando começou o problema, como o senhor falou o problema é pequeno, que o ex-Deputado Federal Remídio, ele me falou: olha, tem um vídeo aqui que demonstra que o bueiro está oco, a parte do bueiro, imediatamente, a gente não tinha contrato, a gente solicitou o 6º BEC, foi lá e resolveu o problema, porque não tinha contrato. Nós fizemos o contrato, quando nós fizemos o contrato, não tinha LOA, esse foi o problema ali, não tinha LOA, aí o quê que aconteceu, veio o inverno e rompeu. Já tinha contrato? Tinha, mas a solução ali teria que ser uma ponte móvel e a solução ali teria que ser o 6º BEC e, o 6º BEC resolveu o problema e a população não ficou ilhada. Então, tudo isso aí está sendo feito, só que muita coisa aconteceu por questões que não são de planejamento do DNIT, questões que não são nem financeiras, financeiras só a parte da LOA, porque tinha obras que tinham parte orçamentária para trabalhar e produzir, tipo essa do lote 01, só que ele não conseguiu produzir por causa do inverno. Aí nós vamos para a 433 (BR) que também são 02 (dois) lotes, que lá nós vamos fazer toda obra de... nós vamos fazer todo o revestimento primário de novo, nós já fizemos no verão passado, deixamos ali com excelente trafegabilidade, só que esses 18 (dezoito) pontos que a água passou por cima, nós vamos elevar o graide, que a população pode pensar assim: mas, vocês vão elevar o graide... Mas nunca passa, passou! É um custo necessário, tem que ser realizado, vamos elevar o graide ali, vamos colocar obras de artes correntes e, vamos concluir isso tudo até nesse verão. Então, nós estamos com a demanda gigantesca pra fazer nesse verão, o quê que a gente espera? O DNIT espera? Primeiro que toda a malha esteja coberta, hoje só faltam 03 (três) lotes. Isso é o número 01 (um), toda a malha tem que está coberta, certo, nós vamos conseguir! A gente espera que o verão seja como a gente sempre teve, um verão duradouro, pelo menos aí de 06 (seis)... *trecho inaudível,* se Deus quiser! A gente espera, porque a gente não teve verão de 2020 (ano) para 2021 (ano), eu não estou falando nada que o povo não saiba, todo mundo sabe disso: não houve verão no Estado de Roraima de 2020 (ano) para 2021 (ano). Por que... quê que é um verão para gente trabalhar com BR? É um verão assim: de 07 (sete) dias a 10 (dez) dias sem chover. Não é que hoje ficou sem chover, ficou 02 (dois) dias sem chover, não adianta que o material está úmido. Então, qualquer engenheiro, ele sabe disso, ele não vai conseguir trabalhar, não adianta chover hoje e fazer 02 (dois) dias de sol, você não consegue produzir. Talvez você consiga executar um remendo profundo, tapa-buracos, mas você não consegue fazer uma produção em massa, tá! O DNIT está à disposição da população. Eu posso falar um pouquinho sobre as obras prioritárias nossa? O Senhor Presidente, **Deputado Renato Silva:** pode, Marcelo! O Senhor **Superintendente, Marcelo Geber:** as obras prioritárias nossas são: o lote da 401 (BR), que é a duplicação, ela prioridade pra gente, ela vai ser concluída até março. O lote 2.1 aqui, que a gente tem prioridade, faltam R$ 20.000.000,00 (vinte milhões) pra fazer a duplicação depois do Cauamé e mais R$ 40.000.000,00 (quarenta milhões) depois da ponte do Uraricuera e mais R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões) pra terminar a obra. O lote 2.2 que faltam R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) pra gente concluir a parte de pavimentação lá na serra. Porque nós temos recurso hoje, para fazer todas as contenções e para concluir 10 (dez) quilômetros e, faltam 20 (vinte), então faltariam R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) para concluir o restante. O lote 01 da 432 (BR), que é a parte de construção, que faltam ainda, nós temos mais ou menos 18 (dezoito) quilômetros de pavimentação que faltam daquele trecho, e faltam também R$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) e a gente pretende terminar isso aí até maio se tiver recurso e o TED do Exército - que todo mundo sabe que tem o TED do

Exército, ali do quilômetro 168 (cento e sessenta e oito) até o quilômetro 180 (cento e oitenta) – que são 12,7 (doze quilômetros e setecentos metros) quilômetros, chegando na ponte do Cachorro, desses 12,7 quilômetros chegando na ponte do Cachorro o Exército terminou ano passado 05 (cinco) quilômetros, nós fizemos aprovação – nem tinha projeto – nós conseguimos fazer essa aprovação do projeto em tempo *recorde* e como a gente conseguiu fazer... eu entrei no DNIT em fevereiro – de fevereiro até maio, conseguimos entregar esses 05 quilômetros e aprovar o projeto e tudo– fizemos aprovação desses 7.7 (sete quilômetros e setecentos metros) que está faltando e o exército deve entregar essa obra, fevereiro mais 05 quilômetros até fevereiro e, o restante é maio os 7,7 e, concluir a parte de Exército. Então, tem muita coisa pro DNIT fazer nesse período de verão. O Senhor Presidente, **Deputado Renato Silva:** Marcelo, quero aqui agradecer todo esclarecimento, acho que a população agradece, parabenizar o Deputado Gabriel Picanço, que isso era um sentimento acho que de todo cidadão aqui do estado e o Deputado Gabriel teve essa iniciativa de convidá-lo a tirar algumas dúvidas e a gente poder cobrar, que esse é o nosso papel, Marcelo. Eu queria também fazer a última solicitação, que o senhor possa encaminhar todo esse relatório de programação – dessas obras que já tem essa programação de término – tanto das que já estão fazendo o trabalho nas estradas como, por exemplo, na Serra de Pacaraima. Março de 2022, por exemplo, nós temos a programação pra entregar lá... por escrito, para entregar aqui pra gente, você prometeu aqui também que até o final de outubro, esses buracos, principalmente, daquela curva perigosa lá da Colina, de toda aquela região ali vai tá pronta, que o senhor vai mandar revitalizar lá, então eu queria que o senhor pudesse mandar essa programação pra gente, por escrito, em documento, para essa Comissão, que vou fazer uma cópia desse documento e vou encaminhar para todos os Membros da Comissão, se possível, vou mandar para todos os 24 (vinte quatro deputados), para todos os restantes 23 (vinte e três), para que possamos acompanhar. Porque hoje, realmente, é uma das reclamações que a gente escuta muito é a questão das estradas. Então, a gente precisa mesmo ter essa programação em nossas mãos para gente poder ter como dar resposta para a população. Então, eu lhe peço e queria que o senhor se comprometesse aqui com essa Comissão, em trazer esse documento dessa programação – tanto de início das obras, que o senhor vai dar início, quanto o término de entrega de algumas obras que já estão em andamento, algum Deputado quer... O Senhor **Deputado Gabriel Picanço:** só para encerrar, Presidente, as considerações finais, lembrar o senhor, cobrar do senhor, nós temos que cobrar do senhor, não esqueça de se lembrar que nós pedimos a você, que peça ao DNIT uma suplementação para levar um pouco de brita de Mucajaí para lá, fazer aquele pedaço do Baliza, lá já morreu gente, muitas e muitas pessoas, não claro no seu mandato, mas muitos anos atrás, por causa de buracos, por causa de estrada ruim, então é tão pequeno o trecho, é tão pequeno o trecho, eu que acho que você consegue, sabendo pedir consegue um pouco de brita para nós tapar, fazer uma emergencial naquele trecho de Baliza para Caroebe e lá nós já vamos dizer não tem como dizer não, Catarina! As pontes para 2010... quero dizer 2020 é para daqui três ou quatro anos, não é isso? 2022, 2025, 2026, porque os projetos ainda vão ser aprovados, nós temos que dizer em alto e bom som: gente, não espere pelo DNIT a curto prazo de tempo que está sendo elaborado os projetos, está sendo licitado, porque a população pressiona nós, Marcelo! Eles pensam que a gente pode tudo e não pode. Nós temos limites, nosso limite é cobrar, é saber, se informar, então isso nós vamos ser bem claro e dizer. Agora só esse pedido, por favor, peça às empresas que vão fazer a manutenção da BR-174, nesses rejeitos que eles tiram de fresagem para tapar os buracos piores. Eu passei semana passada, uma carreta tombada, triste a gente ver aquilo, patrimônio estragado, patrimônio jogado fora, está entendendo? E, às vezes Marcelo, por falta de um pedido, de um bom entendimento, você não consegue muita coisa. Eu tenho certeza que você sabendo pedir, nós sabendo pedir a gente consegue resolver as coisas, que o estado de Roraima você tem que entender o seguinte: é o único estado da federação brasileira que só tem uma saída e se nós perdermos essa saída vira um caos, vira um problema para os empresários, para todos. Acho que você deveria ter, como disse muito bem o Deputado Chagas, uma aproximação com os caminhoneiros, tem que enfrentar isso, chamar: gente, nós estamos fazendo! Nós estamos resolvendo! O Governo é moroso? É moroso, mas eles ficam perdidos, digamos fazendo ideias diferentes que nem passam pela nossa cabeça, está entendendo? Então, os caminhoneiros eles tem que estar perto de vocês e vocês deles, que dependem exclusivamente de vocês. Então era isso, quero agradecer você por ter vindo, agradecer pelas suas explicações, infelizmente, não vai ser a explicação que o povo de Roraima queria, mas se é a que você pode dar é essa, nós infelizmente vamos ter que dizer a verdade a eles, não é isso! Então, obrigado e boa tarde! Superintendente: eu que agradeço o convite para prestar esses esclarecimentos. Eu fico até honrado que exista a fiscalização, os deputados tem que cobrar dos Órgãos que estão envolvidos, que podem fazer. A gente fez uma explanação aqui de tudo que a gente vai fazer e, é muita coisa, nesse verão. Não fizemos mais porque o inverno foi muito rigoroso e porque a LOA atrasou, tem que deixar isso bem claro e que quando a LOA atrasa o estado de Roraima, é o estado mais prejudicado da federação, se a nossa LOA for aprovada certinha nesse ano de 2021, nós não teremos problemas nenhum em 2022. Mas, se essa LOA for aprovada só em abril de 2022 vai acontecer de novo o atraso dos recursos e, sem recurso você não faz nada. Até porque, a empresa ela só pode trabalhar se ela tiver empenho, se ela não tiver empenho ela não pode trabalhar, então tem que ter empenho para trabalhar, esse é um fato que todos têm que ter consciência. A população do estado de Roraima tem acesso aberto, existem vários canais do DNIT – a Ouvidoria do DNIT, a Ouvidoria da própria CGU (Controladoria Geral da União), que ela passa tudo pro DNIT quando é necessário. Então a população pode fazer a devida reclamação, se achar que deve fazer, nesses canais que estão à disposição da população, inclusive vocês têm o canal aqui da Assembleia, que ela pode fazer e pronto. Sobre os caminhoneiros a gente tem contato direto com eles, inclusive eu peço pra vários: olha, se você ver alguma situação... alguma coisa estranha na BR, passe pra gente, pra gente poder resolver. Eu tenho uma fé que até maio/junho de 2022, a gente vai estar com essa BR com excelente trafegabilidade, é uma fé que eu tenho. É uma fé que eu tenho também, que nós vamos concluir a obra de Pacaraima, apesar de faltar R$ 30.000.000,00 eu tenho essa fé que isso vai ser concluído, que nós vamos receber esse recurso ainda esse ano. A gente espera não só da União, não só do Poder Executivo, mas que o Poder Legislativo esteja mais presente também no DNIT, que possam colocar as emendas parlamentares, que podem colocar os recursos pro DNIT terminar essas obras prioritárias que eu citei aqui, fora as outras que a gente pretende abrir, como essas restaurações, acostamentos das outras rodovias que são necessários para a segurança, inclusive, dos usuários. Fico feliz pelo convite, agradeço a forma como foram realizados esses esclarecimentos, vocês me deram suficiente para explicação, não houve falta de tempo para explicar o que eu precisava explicar e isso me deixa muito feliz, eu agradeço, muito obrigada! O Senhor Presidente, **Deputado Renato Silva**: só para finalizar, se compromete com a gente em mandar... O Senhor **Superintendente, Marcelo Geber:** não**,** eu me comprometo... Eu só vou anotar direitinho para quem mando isso tudo que está aqui e mais detalhado ainda. O Senhor Presidente, **Deputado Renato Silva:** eu queria que você colocasse bem claro para gente, Marcelo, essa de Pacaraima, por exemplo, que você quer entregar em maio, só essa programação... De uma projeção... *Trecho inaudível...* Todo contrato já tem o prazo de entrega da obra, tem o limite, nós sabemos disso, mas como teve esses atrasos, teve o inverno forte, então quero que o senhor mande para a Comissão de Obras, que a gente vai receber e encaminhar para os demais Deputados, colocando todas essas informações de prazo de entrega dessas obras que estão em andamento, esses trechos que causam acidentes, que tem esses buracos, que o senhor vai dar atenção maior, que o senhor disse que até final de outubro já ia estar recuperados e também, as obras que vão estar em andamento em processo de licitação, mais ou menos uma ideia de início dessas obras, sabemos que pode ser um pouquinho antes, um pouquinho depois, mas para gente ter um planejamento, para essa Comissão poder acompanhar: Marcelo, você lembra daquela programação? Estamos nessa data aqui, o que aconteceu? Ou então: Marcelo, você cumpriu a data, aconteceu! Parabéns pelo DNIT, está fazendo o seu papel! Então assim, para a gente acompanhar e se ajudar, porque é o nosso papel fiscalizar e o teu papel lá é executar, fazer um bom serviço, eu queria só essa programação para gente, tem como? O Senhor **Superintendente, Marcelo Geber:** com certeza, será enviado. **IV ENCERRAMENTO:** O Senhor Presidente, **Deputado Renato Silva**: Agradeço a presença do Superintendente Regional do DNIT/RR e dos Deputados. E, nada mais havendo a tratar, a Senhor Presidente encerrou a reunião às 16h e 35 min. Para constar, eu, Othon Luz, secretariei e lavrei a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Dep. Renato Silva
Presidente

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS REALIZADA NO DIA 04 DE MAIO DE 2021 .

Aos quatro dias do mês de maio de dois mil e vinte e um, às quinze horas e quarenta e quatro minutos, na Sala de Reunião da Mesa Diretora, nesta Casa Legislativa, sito a Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se, extraordinariamente, a Comissão de Tomada de Contas, sob a Presidência do Senhor Deputado Renan. Presentes os Senhores Deputados, Betânia Almeida, Chico Mozart e Odilon Filho. Ausente o Senhor Deputado: Jorge Everton. **Abertura**: Havendo "***quórum"*** regimental, o Senhor Presidente solicitou à Secretária desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião

anterior. O Senhor Deputado Chico Mozart requereu a dispensa da leitura da mesma, cujo teor já era do conhecimento dos Senhores Deputados, devido à distribuição de cópias com antecedência a todos os Membros da Comissão. Acatada a questão de ordem, a Ata foi submetida à discussão e como não houve nenhuma retificação por parte dos Membros, foi submetida à votação, sendo aprovado na Comissão. **Expediente:** Não houve. **Ordem do dia**: Constam na ordem do dia o Processo nº 003/2017 e Processo nº 004/2017 que tratam, respectivamente da Prestação de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Roraima – TCE e do Fundo de Modernização, exercício financeiro de 2016. O Senhor Presidente passou a palavra ao Relator dos Processos supracitados, Deputado Chico Mozart, que fez a leitura do Parecer, recomendando aos Membros da Comissão a aprovação da prestação de contas das Contas do Tribunal de Contas, bem como das Contas do Fundo de Modernização exercício 2016. Em seguida o Senhor Presidente colocou o parecer em discussão. Não havendo discussão, o parecer foi submetido à votação, sendo aprovado pelos Membros presentes na reunião. **Encerramento:** Às dezesseis horas, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, e para constar, eu, Andressa Cristina Barbosa Cardoso, secretariei e lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Renan
Presidente da Comissão

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, REALIZADA EM 17 DE NOVEMBRO DE 2021

Aos dezessete dias do mês de novembro de dois mil e vinte e um, às quinze horas e vinte e oito minutos, na sala de reunião da Mesa Diretora, nesta Casa Legislativa, sito à praça do centro cívico, 202, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, sob a presidência do senhor Deputado Eder Lourinho. Estavam presentes na reunião os senhores Deputados: Neto Loureiro(vice-presidente) e Betânia Almeida(membro). Ausente, os senhores Deputados Renato Silva e Chico Mozart. **ABERTURA:** o presidente solicitou a secretaria da comissão para verificação de Quórum regimental, havendo quórum regimental invocou a proteção divina declarou aberto os trabalhos da comissão, cumprimentou os presentes, Deputado Neto loureiro, vice-presidente e Deputada Betânia Almeida, os convidados senhor Glicério Marcos Fernandes Pereira, presidente da FEMARH, a Senhora Marta Cecília de Macedo, diretora de recursos hídricos, Mariana Alves de Lima, chefe da divisão de outorga, Ricardo Matos Galvão chefe da divisão de segurança de barragem, Rogeano Gonçalves de Carvalho Chefe da divisão de gestão e planejamento hídrico, Suellen Franco Franlob, assessora especial técnica em seguida solicitou a secretaria da Comissão que fizesse a leitura da ATA da reunião anterior, o Senhor Deputado Neto Loureiro solicitou a dispensa da leitura da Ata, visto que o teor era de conhecimento dos demais membros. O Senhor Presidente Deputado Eder Lourinho acatou o Requerimento verbal e, em seguida, colocou a Ata em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. A votação será simbólica, e aqueles que concordarem, permaneçam como estão. Aprovada. O presidente informou que a reunião tinha por objetivo ouvir o presidente da FEMARH senhor Glicério Marcos Fernandes Pereira, presidente interino da Fundação Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – FEMARH, que fará a apresentação da gestão de recursos hídricos e passou-lhe a palavra para ser feita a explanação do assunto. **Senhor Glicério Marcos Fernandes,** boa tarde a todos, é uma satisfação estarmos aqui nesta casa legislativa agradeço a Comissão em nome do deputado Eder Lourinho, deputado Neto Loureiro, deputada Betânia e aos nossos servidores da Fundação, em especial a Marta nossa diretora, Mariana, Rogeano e Ricardo, nossa colaboradora Suellen e nosso colaborador de informática Daniel, passo a informar que nossa vinda a esta Comissão basicamente para apresentar os aspectos legais das atividades da FEMARH através da diretoria de recursos hídricos referente as atividades feitas por nós que muitas vezes a sociedade até desconhece os serviços feitos, e a apresentação de slides posteriormente vai ser um fundamento para que esta Comissão tenha conhecimento do que a FEMARH realiza em função da proteção e da qualidade dos recursos hídricos do estado de Roraima e o principal ponto é a regularidade desses recursos hídricos que é feito através da outorga. A Fundação foi criada em mil novecentos e noventa e passou por alterações hoje chame-se FEMARH, a partir de dois mil e onze, a Fundação tem autonomia financeira e autonomia administrativa, obviamente a Fundação é do governo do estado mais temos a condição de poder realizar muitas atividades e muitas ações de cunho próprio, logicamente neste caso amparado pela política estadual de recursos hídricos e pela política nacional de recursos hídricos. O fundamento da lei de criação é o zero um, artigo quarenta e seis de mil novecentos e noventa e um que trata da Fundação, a diretoria de recursos hídricos tem um papel fundamental na gestão das águas do estado de Roraima e em parceria com a ANA – Agencia Nacional de Águas apresentam periodicamente relatórios das ações desenvolvidas pela Fundação estadual, na gestão de recursos hídricos essa construção de relatórios é feita através da diretoria e da divisão de gestão e planejamento de recursos hídricos, divisão de outorga e divisão de segurança e barragem, quero frisar aqui sobre a divisão de segurança e barragem e que ela foi criada a posterior a lei, criada em dois mil e vinte, e ela tem um papel fundamental de analisar, avaliar as barragem que foram feitas no estado de Roraima antes até mesmo da criação da Fundação e depois das outras barragem que não foram devidamente outorgadas pelo nosso estado, a gente promove além disso regularizar e também fiscalizar, ok?, essa é nossa estrutura do DRHI da FEMARH, mais nós temos aí, a Presidência, o DRHI, DSD, DO, DGPRH, são as três divisões que compõem a nossa diretoria, a composição é essa, o presidente é Glicério Fernandes, a diretoria Marta Cecília, a divisão de segurança de barragem Ricardo Galvão, divisão de outorga Maria Lima, divisão de gestão e planejamento de recursos hídricos Rogeano Carvalho, a divisão de segurança de barragens ela foi criada pela lei estadual mil trezentos e setenta e três de vinte e sete de janeiro de dois mil e vinte, anteriormente era designada como divisão de apoio a gestão do comitê de bacias e hoje ela tem a missão de cadastrar, monitorar, fiscalizar e implementar a política estadual de segurança de barragem do estado, me prendo a falar com maior propriedade sobre a segurança de barragem, é de conhecimento de vossos deputados que o nosso estado é o maior produtor de tambaqui através de barragem, especificamente no município de Amajari , em seguida nós vamos ter aqui quadros e gráficos estatísticos que demonstram essas barragem que são tanto monitoradas como fiscalizadas pela divisão e pelo nosso departamento, metas: metas é cadastrar, fiscalizar e monitorar barragens de acordo com a instrução normativa zero três de dois mil e dezessete, onde regula critérios e procedimentos classificação de barragem de acumulação de água, contenção de rejeitos e resíduos de domínio estadual, essa meta deputado puxando para que no futuro muito próximo e é uma discursão recorrente inclusive nesta casa legislativa em função da mineração e especificamente essa divisão vai tratar desses assuntos a posteriori, principalmente no quesito de fiscalização e existe hoje na fundação aproximadamente, requerimentos para regularização federal esses requerimentos eles fogem do rito da permissão da lava garimpeira por tanto estão sendo analisados pela fundação, desses requerimentos aqueles se utilizar de barragem será diretamente fiscalizado pelo departamento, serão monitorados, fiscalizados sistematicamente, a importância dessa gestão dos recursos naturais não só os recursos hídricos a fundação terá esse cuidado a princípio para que essa atividade que será pungente no nosso estado possa ser regulada de forma do que diz as leis brasileiras, porque se trata, quando se fala de mineração, abre-se o parêntese, a gente só enxerga irregularidade e a regularidade da mineração ela existe e está sendo tramitada dentro da fundação, as ações prioritárias, nós procuramos parcerias na conscientização e desmistificação da imagem punitiva da FEMARH junto aos produtores, porque muitas vezes o produtor hoje diz a FEMARH está na vicinal, a FEMARH está no município, eles tem a visão que ela está lá basicamente para fiscalizar de forma alguma é o sentido da Fundação, a FEMARH tem o caráter primeiro de ter a precaução, a prevenção e nos casos que couber atuação a FEMARH irá agir, em relação ao que se diz monitorar esses corpos hídricos esses que estão em reservatório a nossa diretoria tem um cuidado especial inclusive no que se diz cadastramento, não é isso Ricardo? Essas barragens e esses cadastramentos eles a posteriori falarão até com maior propriedade do que eu, é um desafio para nós hoje com poucos servidores, nós temos grandes desafios, mais eu quero fazer aqui uma menção muito grande a esse departamento que mesmo com esse quadro reduzido nós conseguimos atuar de norte a sul, de leste à oeste do nosso Estado. No início da nova gestão tínhamos só doze barragem cadastradas e após um trabalho sistemático, nós lançamos essas barragens no sistema nacional de informação sobre segurança de barragens, hoje chegamos a sessenta barragens cadastradas, noventa por cento voltada para atividade de piscicultura, anteriormente eu falei e citei inclusive o municípios de Amajari, e os dez por cento divididos entre regulação de vazão e abastecimento humano, a categoria de risco são oitenta e três por cento são de baixo risco, o resultado desse trabalho é dito e é comprovado porque nesses anos todos a gente não tem ocorrência de barragens rompidas, então isso demostra que o controle e a fiscalização feita pelo departamento tem surtido efeito positivo, dez por cento considerado médio e apenas sete por cento alto, e dando potencial associado são noventa por cento baixo, três por cento médio, sete por cento alto, conforme a IN, e ai Marta você poderia explicar de maior monta essas porcentagens que estão nesses slides. **Senhor Ricardo Galvão –** Bom, os parâmetros para classificação das barragens são de acordo com a lei federal doze mil, trezentos e trinta e

quatro de dois mil e dez que foi alterada em dois mil e vinte a lei quatorze zero meia, meia onde hoje nós temos trinta e nove barragens cadastradas no município de Amajari, onde é considerado a maior criação de peixe da região norte, onde nós buscamos uma parceria com empresários que é o dono dessas barragens e ele conseguiu chegar, a gente e ele, conscientizar os outros produtos a chegar na gente, pra gente poder fazer, pois a gente tinha uma visão punitiva, dessas fiscalização, cadastro e monitoramento, hoje no município de Amajari nós temos trinta e nove barragens cadastradas no sistema nacional de informação de segurança de barragens, Alto Alegre nós temos sete, Boa Vista, cinco, Mucajaí, quatro, Bonfim, duas barragens cadastradas, Cantá, duas barragens cadastradas, Rorainópolis, uma, esse dano potencial sociável categoria de risco é tudo de acordo com a nossa IN zero três, de dois mil e dezessete, que nem uma barragem nossa se enquadra na lei quatorze zero meia, meia, aí foi criada essa IN zero três que é justamente para termos essa classificação, classificação de risco e o dano potencial sociável. **Senhor Glicério Marcos Fernandes –** Perfeito, tem um dado muito importante, inclusive a nível de governo, casa civil, de gabinete do governador, solicitando da Fundação o monitoramento sistemático através de imagens satelitais, nós utilizamos lá hoje, trabalhamos com doze satélites e nós trabalhamos com redes de imagens, rede simex, são cruzamento de dados de várias imagens de vários satélites e nessa nova atuação da diretoria, nova que eu falo na implementação da diretoria e sinalizarmos ter mais servidores lá, nós vamos começar a fazer o monitoramento satelital identificando pequenas barragens para que nós possamos fazer a busca ativa, até esses produtores, até essas propriedades, para que eles sejam cadastrados, por que existe diversas dessas espalhadas em todo o estado que elas não são cadastradas ainda, mas não porque nós não conseguimos chegar ainda chegar até lá, é porque anteriormente padecíamos desse trabalho, os tamanhos das barragens a serem cadastradas são a partir de que que tamanho? **Senhor Ricardo Galvão –** Especificamente não tem o tamanho dela, a gente pega, suponhamos, a atividade dela, particularmente eu gostaria de cadastrar todas, infelizmente a gente não consegue até como o Glicério falou, a quantidade de funcionário é pequena, mais a gente trabalha de acordo com o que a gente consegue, **Senhor Glicério Marcos Fernandes-** Só o caixa de empréstimo feita nós últimos quinze a vinte anos, na imagem de satélite você consegue ver naturalmente, as caixas de empréstimos ficaram ao longo das rodovias que até produtores utilizam para bebedouro dos seus rebanhos, fora isso, teve aquele trabalho de cacimbas desde os anos noventa, a partir deste trabalho que vamos fazer com o monitoramento através de imagens, vamos identificar e fazer o devido procedimento legal, isso e extremamente importante para que nós conheçamos a nossa potencialidade das barragens no nosso estado. A divisão de outorga, a Mariana que é nossa chefe de divisão e detém uma responsabilidade singular na fundação que é outorgar o recurso hídrico do nosso estado, e hoje a produção da outorga da água, ela hoje, perpassa o licenciamento ambiental, mas em termos, tem bem menos burocracia, bem menos exigência documental, a outorga é realizada no nosso estado, eu gostaria Mariana que você fizesse um apanhado muito rápido da nossa produtividade da outorga dos últimos messes ou no último mês **Senhora Mariana Abes de Lima-** Vou falar um pouquinho do apanhado geral, hoje a gente cadastra no sistema nacional de recursos hídricos, que é através da agencia nacional de águas (ANA), o uso insignificante cadastrado no sistema, nós temos pra mais de cinco mil novecentos e oitenta e três cadastros outorgados através de portaria, nós temos oitocentos e setenta e três, de janeiro à trinta e um de outubro, nós temos setecentos e vinte seis cadastros no sistema em média por mês, nós produzimos sessenta cadastros, são cadastros de uso insignificantes de usuários que não ultrapassam, são os pequenos que as outorgas que são de grande porte em média quinze a vinte outorgas por mês, mesmo na pandemia, a nossa divisão nunca parou, pelo contrário, cada vez mais está se aumentando a demanda, de janeiro a outubro, nós já fizemos duzentas visitas, que são as portarias, os processos que dão entradas com outorga, então duzentas propriedades já foram visitadas este ano, em média, nossos analistas, são dois que vão, eles levam em média quinze processos para cada vistoria, então cada analista analisa sete a oito processos, **Senhor Glicério Marcos Fernandes –** Perfeito. **Marta Cecilia Mota de Macedo –** Quero fazer só um complemento, Boa tarde, meu nome é Marta, hoje os pedidos de outorga que chega na FEMARH, da entrada até a saída, é em média sessenta dias no máximo. Se o processo estiver redondo sem nenhum problema de documentação da entrada a saída da outorga dura em média, sessenta dias. Em relação aos outros estados do Brasil nossa média é excelente, pode-se até conversar com produtores que chegam aqui no estado de Roraima que ficam até assustado com esses dados porque em outros estados dura de seis a oito meses aqui está saindo em sessenta dias ou seja doze meses, **Senhor Glicério Marcos Fernandes –** Muitas das reunião com produtores que vieram de fora para cá, quando se trata de capacitação dos recursos através de poços tubulares, que é o subterrâneo, relataram produtores do Paraná, que leva até um ano e meio pra sair uma outorga, vocês viram aqui a demonstração da Marta, que nós temos um tempo hábil de até sessenta dias, esse gráfico é muito interessante dá para ver Deputada, nós temos basicamente quase a metade, cinquenta e três documentos utilizados com o suprimento de água superficial e quarenta e sete por cento de captação subterrâneas é isso? Mais embaixo, temos tipos de autorizações: superficial total, trezentos e oitenta e quatro ponto cinquenta e três, subterrânea total: superficial total trezentos e oitenta e quatro, subterrânea total trezentos e quarenta e três por cento, o que chama atenção Deputada é que o recurso hídrico subterrâneo está sendo utilizado com maior frequência, tem mais solicitações pra isso e nós ainda não temos, temos um projeto já feito pela própria Fundação para a partir do próximo ano a medir vazão dos poços, não é isso Marta ? Exato, para poder fazer essa medição dos poços que foram outorgado pela Fundação, para que a gente tenha compreensão maior e dados melhores em relação a estes recursos que é subterrâneo, o quê? Na divisão de outorga, finalidade de uso de autorização superficial, aquicultura em tanque setenta e seis, criação animal duzentos e cinquenta e nove, porque criação animal tem o número expressivo, porque a quantidade maior licenciada na Fundação, é para uso alternativo do solo, pecuária seja para integração a lavoura pecuária, então somente a pecuária, indústria um por cento irrigação tem alimentado nos últimos dois anos, nós temos trinta e seis e mineração como eu já havia falado antes, nós temos dois, vai ter um número muito expressivo da mineração partir de dois mil e vinte e dois, pela quantidades de alvarás para licenciar na fundação e hoje nós temos apenas três geólogos, e um dos geólogos está lotado no DRHI, ele faz o trabalho tanto de licenciamento quanto dos recursos hídricos, e dez por cento são outras finalidades, recursos humanos , hotéis, e sede de municípios, todos os poços da Caer são outorgado por nós, não é isso Marta? E a qualidade dessa água é feita por eles mesmos, o estudo feito para ditar a qualidade da água é feito pela própria Caer, logicamente que é uma solicitação nossa, feita pela Fundação através do DRHI. Divisão de outorga, termoelétrica, termoelétrica com finalidade de uso de autorização subterrânea, as termoelétricas nós temos seis, outra finalidade de consumo, são dezessete, irrigação vinte e um, indústria oito, criação de animal duzentos e setenta e três, consumo humano dez, aquicultura em tanque sete, poderia fazer um apanhado melhor Mariana, entre cadastros e portarias para que a comissão pudesse entender melhor **Mariana Alves de Lima –** O subterrâneo é porque eles cadastram a atividade principal, pelo que a gente pode observar a criação animal tem se destacado cada vez mais, isso não é em questão de evasões, se for em questão de evasões, basicamente vai ser aquicultura, porque um pequeno, ele pode cadastrar até cinco hectares de lâminas de água, então o que o que é mais cadastrado no momento o que mais eles declaram, é a questão da criação animal, das termos elétricas, são seis termo elétricas que foram cadastradas até o momento são através de captação de água subterrâneas essas águas são para limpeza para abastecimento do próprio uso e a questão da irrigação, a irrigação está tendo uma procura muito alta através de irrigação , através de pivô é uma preocupação da nossa divisão até por não ter muitos estudos a gente está procurando alternativas para melhorar esse cadastro essa finalidade. **Senhor Glicério Marcos Fernandes –** Essas são as imagens do serviço de campo nosso nós temos atuação inclusive em terras indígenas, é isso Mariana? Medidas de vazão rio maú, rio coutingo, é feita também? **Mariana Alves de Lima –** Vistoria de atividade de campo da outorga, a vistoria de campo da outorga tanto pode ser captação superficial como subterrânea também vai outorgar ou cadastrar as propriedades, **Senhor Glicério Marcos Fernandes –** Divisão de gestão de planejamento de recursos hídricos, metas: monitorar e ampliar os pontos de coletas entre dois mil e vinte dois e dois mil e vinte e três com o novo contrato da Qualiágua e pretende-se aumentar vinte pontos que já estão pré-definidos pela própria fundação, o Qualiágua é um programa da ANA(Agência Nacional das Águas) que ele faz o repasse de recurso para Fundação e a Fundação com esse, trabalha o monitoramento desses pontos de coletas, como é feita essas coletas? é feita através de plataformas, coletas de dados, hoje contamos com vinte e duas fixas, são isso mesmo Rogeano são fixas não é ? sendo três de competência da FEMARH, dessa forma teremos cobertura do regime pluviométrico e fluviométrico do estado, um que é os das chuvas, outro que é da vazão dos rios, criar um sistema de alerta pleno para Boa Vista temos uma resposta mais eficaz para os desastres climáticos, o último desastre climático em função aos recursos hídricos em Roraima foi em dois mil e onze, é isso Rogeano? Em dois mil e onze onde teve a cheia e assolou nosso estado e a capital Boa Vista. Hoje na fundação nós detemos todos esses dados, essa série histórica que podemos repassar em forma de relatoria para essa comissão, para ter o maior acompanhamento da assessoria desta comissão, dos Deputados, previsão para esse ano e para o próximo ano, não há previsão de cheias, não há previsão de uma possível cheia, principalmente

na calha do rio branco, está dentro da normalidade, o acompanhamento é diário, tanto de foco de calor, desmatamento e pluviosidade e fluviométrica que é feito pela nossa diretoria, eu queria falar exatamente isso ai, instalação de uma plataforma no rio maú e o maú nesse ponto exato, com certeza nas terras indígenas, é um trabalho que é feito em todo o estado, Rogeano você poderia fazer um apanhado maior em relação do que você consegue nessas aferições, quais os rios que tem a maior sensibilidade em vazão, pelo menos? **Rogeano Gonçalves de carvalho -** Hoje a fundação estatal de meio ambiente e recursos hídricos faz um monitoramento tanto pluviométrico quanto fluviométrico, vamos colocar em torno de noventa por cento dos nossos rios, os principais, rio branco, tacutú, uraricuera e assim vai, entre todos esses apanhados, o que é importante a gente destacar são as medições de vazão que isso dá um amparo para a divisão de outorga poder outorgar com mais firmeza e com mais autoridade , isso é super importante, então como nosso presidente falou, são em torno mais ou menos, de vinte e três plataformas que nós monitoramos, sendo que três em especial, elas são nossas, e o restante a gente monitora em parceria com a companhia de pesquisa e recursos minerais que é a CPIM, uma das outras ações que nós realizamos é o programa Qualiágua, ele é um programa super importante pro estado porque ele faz o monitoramento das nossas águas superficiais, isso ai tem uma importância muito grande você saber a qualidade da sua água, isso é interessante a gente relatar que a gente tem uma parceria com a CAER onde ele faz as nossas análises químicas e nesse apanhado todo, nós fazemos o monitoramento desde o maú ao baixo rio branco ao água boa do niviní, isso é super interessante onde nós fazemos o monitoramento com a sonda ex multiparamétrica que é uma sonda que vamos dizer assim que é a Ferrari do monitoramento hoje em dia, é o equipamento que os Estados Unidos utilizam para fazer o monitoramento deles é a mesma que nós utilizamos aqui através dessa parceria com a Agência Nacional das Águas, a ANA, isso tem nós embasado muito bem, porque nós chegamos lá colocamos a sonda na água nesse exato momento ela já nos dá seis parâmetros, ph, acidez, oxigênio dissolvido, oxigênio saturado, temperatura da água e do ar, e paralelo a isso nós fazemos a coleta da água ali, onde a gente faz em menos de vinte e quatro horas nós temos que entregar para CAER, onde a Caer através do seu laboratório faz as análise física e química da água, isso é super importante **Senhor Glicério Marcos Fernandes –** Perfeito, bom falar dos nossos conselho de cursos hídricos que é do amplo da fundação estadual do meio ambiente, o conselho, ele tem as atribuições normativas e deliberativas, normativas: quando há necessidade de nós regularmos alguma lei, algum decreto que já existe e nós por ventura queremos ter uma instrução normativa, uma resolução, nós vamos recorrer ao nosso conselho, bem como também a prestação de contas da FEMARH é muito importante, se no conselho a gente não consegue fazer, se nós não conseguirmos fazer a prestação de conta no conselho os recursos que são disponíveis pela Agencia Nacional de Águas eles não são disponibilizados para o ano subsequente, por isso da importância do conselho né Marta? Por isso a importância da participação do presidente, **Marta Cecília Mota de Macedo Henchen** Queria só passar uma informação, o conselho dos recursos hídricos ele além de fazer leis para normativas junto a FEMARH nós temos parcerias excelentes com o conselho e esse ano foi aprovado pelo conselho de recursos hídricos a definição de bacias hidrográficas de Roraima, uma importante vitória para o estado, porque até então, nós não tínhamos definido no estado, as bacias hidrográficas e esse ano foi definido, até o final do ano deve sair a resolução que vai ser usada para todo o estado, essas bacias elas foram feitas um estudo pela Seplan, são as mesmas bacias do mapa utilizados no (inaudível) **Senhor Glicério Marcos Fernandes –** PROGESTÃO é um programa também da ANA né?, o primeiro contrato foi assinado em 2014, definiu a certificação no período de 2014 à 2018, o estado recebeu letra "A" com a tipologia "A" de gestão, aprovou o quadro de metas, junto ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos e assinou o contrato de PROGESTÃO segundo cinco com a ANA em dezembro de 2019, definindo a certificação de 2019 à 2023, PROGESTÃO também dá condições desse departamento funcionar com autonomia, até porque tudo o que o PROGESTÃO determina é em tempo real, as mesmas informações que são compiladas na Fundação, no departamento, é repassada para um programa. Qualiágua é um outro programa que também definiu o certificado de 2014 à 2018 e que tem o mesmo período, nesse sentido Marta você tinha (inaudível)…. **Marta Cecília Mota de Macedo Henchen** Com relação ao PROGESTÃO, no período desse segundo ciclo que é de 2019 à 2023, esse recurso então é finito, então quer dizer, nós temos esse amparo orçamentário, começamos em 2019 o segundo ciclo e em 2023 vai ser encerrado, então assim, é um recurso que hoje a gente consegue realizar as ações da FEMARH, então vai encerrar esse recurso, nós estamos com um receio muito grande de não conseguir alcançar as nossas metas por falta desse recurso, nós estamos falando com o (inaudível) para tentar que esse programa pró gestão seja contínuo, pelo menos até a gente estabilizar nosso orçamento, de ter uma renda própria da FEMARH, através de taxas, ações, monitoramento, e a gente conseguir esses valores serem agregados a FRMARH, **Glicério Marcos Fernandes –** o Qualiágua **Marta Cecília Mota de Macedo Henchen –** o Qualiágua a gente tem até um orgulho de falar do Qualiágua que a gente foi o único estado do Brasil que conseguiu alcançar cem por cento das metas vinculado pelo programa, devido a pandemia todos os estados pararam e Roraima foi o único estado que não parou, deu continuidade, nós ganhamos um prêmio ano que vem nosso repasse no Qualiágua será no total não é Rogeano? Isso é uma grande vitória da equipe que foi à campo mesmo na pandemia e honrou todas as metas do Qualiágua. **Glicério Marcos Fernandes –** No quesito que a Marta falou em relação a continuidade dos recursos nós iremos fazer umas cartas consultas para a comissão aqui da Assembleia, nós temos recurso na DPF do paraná da Petrobrás oriundo da lava jato, sobre combate ao desmatamento e queimadas ilegais, nesse ponto de queimadas ilegais o recurso hídrico ele estritamente está nesse eixo, porque? Quando se fala em comando e controle, as estratégias de combate aos incêndios florestais estão ligadas e determinadamente aos corpos hídricos porque se utiliza também a água para fazer a INAUDÍVEL o fogo os resíduos florestais principalmente e o nosso desafio ao longo desses anos na FEMARH, nesses dois anos, vamos pro terceiro ano, é que ainda nós não, dentro do programa de controle FEMARH, Defesa Civil, Corpo de Bombeiro, nós não fizemos ainda o mapeamento de onde é a incidência maior de queimadas no estado, os corpos hídricos localizados para que nós façamos o devido uso desses recursos para controlar e combater os focos de incêndio, e assim Marta, nesse sentido acho que é importante a gente fazer uma consulta à Assembleia e podermos deixar assegurado um pouco de recursos que temos lá na ADPF Paraná, para que seja destinado a pelo menos, ampliar e dar porte à diretoria de recursos hídricos, nos dois programas, nas atividades que são INAUDÍVEL, são dois programas e isso é muito importante, viu deputado Eder?, eu gostaria muito do apoio dessa comissão para que nós possamos dentro do que foi determinado anteriormente a minha chegada na presidência que nós possamos ser avalizados pela comissão, que a comissão aprecie um pouco de recurso para o DRHI e também fazer a carta consulta ao Ministério Público Estadual, tá bom? Indicadores da qualidade de água, já? Isso. Rogeano, em relação a isso faça uma explanação sucinta, **Rogeano-** Hoje o Estado, ele pode se orgulhar por que hoje nós conseguimos né, fazer todo esse monitoramento como eu falei logo no começo, e hoje nós temos uma série histórica, isso nos dá embasamento para podermos realmente ter ideia se realmente está tendo alguma mudança nas nossas águas superficiais, o interessante e que; uma pequena historinha aqui por favor, em dois mil e dezenove, dois e dezessete quando começou realmente a ação que todo mundo pensava é garimpo, não é garimpo? Foi uma chuva grande e tal o parâmetro que nós embasou tecnicamente foi a turbidez do rio uraricuera, então o uraricuera no mês de janeiro a turbidez dele era um pouca a mais de doze, quatorze, e derrepente essa turbidez pulou para quarenta, tem alguma coisa errada foi quando nós montamos um relatório e na época, o chefe de fiscalização enviou esse relatório para polícia federal, passou esse relatório para o exército e outros órgãos competentes como o IBAMA, daí então começo a se montar alguma ação para realmente vê esse monitoramento, o que estava acontecendo e foi bem interessante, então como no começo a gente falou, fora tudo tem os parâmetros que a CAER monitora e graças ao nosso trabalho e da diretoria de recursos hídricos nós estamos aderindo ao Qualiágua dois, aonde conversando com a agência ja está tudo certo e mais ou menos em torno de dois, três meses nós estamos aderindo a Qualiágua dois, onde nós vamos aumentar o nosso monitoramento, pra mais rios e igarapés, onde vai nos dá mais embasamento técnico, **Deputada Betânia Almeida –** Senhor presidente eu gostaria de fazer uma pergunta já que estamos falando da qualidade da água do estado de Roraima e aqui o presidente da FEMARH nos falou que nós temos, nós recebemos prêmios do Qualiágua temos cem por cento de aprovação e eu gostaria de fazer uma pergunta a toda essa equipe que está aqui da FEMARH nessa tarde pra esclarecer a população que veio aqui juntamente com a comissão, pra esclarecer à população questões de suma importância e agora vindo da (inaudível) Roraima não teve realmente representatividade por parte do nosso governo estadual e eu vejo aqui um relatório tão bonito, eu gostaria de saber como membro dessa comissão e representante do povo, quem faz esses relatórios de onde são colhidos que nós temos cem por cento de aprovação dessa água, de agua limpa de água pura e a população do estado tem tanto receio de consumir essa água devido toda essa poluição que nós sabemos que está tendo a respeito do garimpo ilegal não é novidade para ninguém a questão do mercúrio e agora à tarde nessa reunião, nós estamos ao vivo para uma população que não é leiga, uma população que realmente está a fiscalizar o nosso trabalho e eu como representante do povo deputada Betânia Almeida, me pergunto de onde vem cem por cento de qualidade

dessas águas e se os senhores consomem com tanta tranquilidade como estão passando aqui para essa comissão, nessa tarde, essa pureza dessa água toda, porque é um anseio dessa população quem fiscaliza se é a CAER, se é um laboratório nacional, porque é preciso que se fale pra população com a linguagem que ela entenda, chegar aqui e trazer estes slides e explicar fica como a questão energética do nosso estado, a gente só reclama, então de onde vem essa água tão pura e eu presidente quero que seja constada em ata que eu preciso desses relatórios para estar prestando esclarecimentos a população do estado de Roraima com relação a qualidade da água sim, em muitos municípios a gente abre a torneira e é de conhecimento de todos, que essa água não tem esse cem por cento de pureza de água limpa fornecida à nossa população do estado, eu estou aqui, eu preciso de esclarecimentos e não só de gráficos e relatórios, eu preciso que a população entenda o que a gente tá falando essa tarde, porque o que nós devemos ter é clareza, eu venho de uma COP que o Brasil se mostrou muito tímido e assim como a FEMARH hoje à tarde, está com receito de não atender algumas metas a nível nacional imagina a nível mundial, estamos em um estado riquíssimo não é?, sem a Amazônia nada funciona, então minha preocupação com essa qualidade da água do estado de Roraima se eu e os demais moradores, a população desse estado pode consumir essa água e se caso a resposta seja sim, eu vi atentamente os slides estão com cada um dos senhores também transmitida ao vivo, eu preciso ir pra casa com essa paz de que nós temos uma água de qualidade, uma água que possa ser consumida, não ter que tá tomando ou comprando água mineral por dúvida de ter uma quantidade elevada de mercúrio, das nas nossas águas realmente não serem puras ou limpas como a gente está vendo essa explanação nessa tarde, obrigada **Glicério Marcos Fernandes –** Perfeito, perfeito Deputada e a interferência foi salutar importante para você delimitar o consumo humano da água e o estudo e o serviço que a fundação faz em relação aos recursos hídricos do estado de Roraima, Primeiro: a explanação ela tem que ser através de slides para poder vocês minimamente entender toda essa sequência de estudo lógico, de trabalho lógico para essa comissão, inclusive tantos relatórios, esse relatório já irá ficar na casa como solicitem de nós todos relatórios possíveis e inerentes ao meio ambiente, não só sobre a qualidade da água, outra coisa muito importante, esse trabalho que nós estabelecemos no estado ele é de uma envergadura que compõe uma política nacional, certo? O consumo de água para nós humanos seja na capital Boa Vista. Seja em todos os municípios, vilas e vilarejos do nosso estado ele é regulado pela nossa companhia de água e esgoto do estado de Roraima, ok? E a companhia, ela que detém esses estudos que fazem em relação a qualidade e relação física e química da água quem vende e disponibiliza a agua para o consumo humano para o estado de Roraima é a CAER, Não estou saindo pela tangente Deputada em momento algum da pergunta de vossa senhoria mais deixar claro que o nosso estudo é macro em relação aos principais rios do nosso estado, a qualidade da outorga da água, principalmente das águas subterrâneas que outorgada por nós é feito dentro dos parâmetros técnicos e a preocupação que nós temos a princípio Deputado Eder, não é só de outorgar, regular ou licenciar o uso do recurso hídricos do estado de Roraima para as demais atividades hora citadas no nosso relatório, mas sim de você ter essa compreensão maior de todo os estudos dos recursos hídricos no final dessa apresentação. Existe dois pontos muito importante Deputada que nós temos que fazer, é por isso que eu quero fazer essa consulta à essa comissão e é Deputado Neto, principalmente o estudo que nós vamos fazer das bacias hidrográficas do nosso estado, esse é um parâmetro importante que temos que fazer. **Deputado Eder lourinho –** Glicério eu gostaria que fosse o mais breve possível nas explanações de vocês as apresentações que logo em seguida vai vir mais perguntas dos Deputados **Glicério Marcos Fernandes –** tranquilo. **Deputado Neto Loureiro –** Presidente se possível eu tenho dois questionamento bem rápido a fazer e após isso eu não faço mais questionamentos e pode continuar com a apresentação, queria primeiramente agradecer por vocês terem vindo, agradecer ao Glicério presidente da FEMARH, Deputada Betânia, Deputado Eder, em nome do Daniel, cumprimentar os demais servidores da FEMARH, a gente sabe que é uma explanação vocês tem fazer, tem que demostrar agradeço por terem vindo, por estarem aqui explanando pra gente e aí teve um ponto que o senhor falou anteriormente sobre falta de mão de obra que tem uma dificuldade, aí eu aproveito esse momento que tem alguns diretores tem o presidente da FEMARH, para fazer um questionamento a vocês, eu não sei se já foi definido se é de conhecimento da FEMARH, ali no IACT tem dezesseis servidores concursados da FEMARH, e se tem uma possível proposta de diminuir o IACT, e criar a FAPER, e os próprios servidores do IACT que prestam serviço no IACT tem um questionamento, poxa eu fiz o concurso da FEMARH, mas hoje eu estou no IACT, se o IACT acabar eu vou para FEMARH ou eu vou para FAPER? Então eu não sei se já é algo que **Glicério Marcos Fernandes –** Está sendo debatido, mas eu acho que seria algo de talvez como meio de acrescentar mão de obra, são dezesseis servidores concursados, são da FEMARH mais estão prestando há muitos anos serviço no IACT, se eu não me engano a PROGE na época foi até contra essa cedência para o IACT, então seria uma formula de diminuir esse déficit de mão de obra, então queria perguntar realmente de vocês se tem alguma explanação, aliás se já tem alguma definição se esses servidores vão permanecer na FEMARH, se vão para FAPER ou se ainda está se construindo isso, e só para tirar uma dúvida, que foi dito que se tem duas ou três licenças de mineração correto? Ativas né, essas licenças ficam em qual município **Glicério Marcos Fernandes –** Uma no município do Amajari , vou responder logo a segunda pergunta certo deputado, no município de Amajari no leito do Carlos Sobral , é assim: foi liberada a licença que é pra permissão de lavra garimpeira, diamante e ouro, ouro foi feita depois a adição lá na PLG na agencia nacional , ela só está em fase de pesquisa mais ele tem a licença de operação para poder operar **Deputado Neto Loureiro –** Sim, no Amajari e a outra? **Glicério Marcos Fernandes –** E tem uma que é quartzito no município de Bonfim na BR 401, precisamente a cinquenta e quatro quilometro daqui , que é quartzito e ágata na verdade houve na hora da liberação foi identificado quartzito pelo empreendedor sendo que a produção maior é ágata, uma outra pedra diferente, uma outra pedra preciosa diferente, existe essa, só que essa a licença de operação foi suspensa e existe uma de ouro no município do Cantá na região do taboca que é através de extração de através de britador, usa esse nome, essa linguagem britador porque vai ser através da trituração das pedras, essa teve a atividade iniciada e depois paralisada, só para registrar que existe essas três que podem naturalmente trabalhar, estão devidamente licenciada pela fundação, e nessa esteira porque eu frisei a questão da mineração nesse escopo existem em termo de PLG 17 para ser analisadas, para serem licenciadas e existe de sete a dez requerimento na nossa fundação, está certo, muito bom Neto que você falou, hoje o nosso presidente do IACT respostou o meu pedido de cedência de quatro servidores efetivos, para compor o quadro de analistas ambientais, ora servidores efetivos do estado, oriundos da FEMARH e hoje no IACT, eu recebi a negativa do nosso presidente, negativa em função de que os próprios servidores não estão dispostos a ir para FEMARH, então eu vou provocar a PROGE para que nós possamos ter uma solução em relação a não só a tratamento a recursos hídricos mas principalmente a regularidade ambiental do estado, que compõem várias fases e várias naturezas de licenças na fundação e hoje foi negado, eu vou consegui deputada, apenas um servidor que é cargo comissionado que vai cuidar da recategorização da unidade de conservação no baixo rio branco, **Deputado Neto Loureiro** - Mas é algo que se pode construir né?, independente se os servidores são da FEMARH né?, **Glicério Marcos Fernandes – S**ão da FEMARH, **Deputado Neto Loureiro -** Estão no IACT hoje mais são originários do concurso da FEMARH **Glicério Marcos Fernandes –** Exato, **Deputado Neto Loureiro –** caso eles não sejam levados para FAPER acho que seria interessante o senhor bater nessa tecla pra trazer eles de volta pra FEMARH, **Glicério Marcos Fernandes –** Eu estou batendo na tecla e amanhã eu já vou oficializar novamente a ele, vou oficiar a casa civil e a PROGE, porque nós não podemos ficar de forma nenhuma deputado, amarrados, nós temos mão de obra que está em outro órgão do governo para que nós possamos ainda abrir um concurso para que daqui a um ano, um ano e meio tem novos servidores, inviabiliza a demanda reprimida que existe na FEMARH e aqui ainda vai chegar no da FEMARH **Deputada Betânia Almeida –** Senhor presidente, senhor presidente da FEMARH e parabenizar o deputado Neto pela observação e dizer que a deputada Betânia e a comissão de meio ambiente estão aqui para somar, não só para cobrar claro e eu gostaria que a FEMARH também provocasse essa casa, essa comissão porque quando se prestou o concurso público existia um edital que se torna lei, então se eu prestei um concurso público para FEMARH eu não tenho como me negar a trabalhar na FEMARH, então essa negativa que o senhor disse, que acabou de receber, porque os funcionários não querem vir trabalhar na FEMARH, eles não fizeram concurso para secretaria estadual de saúde, eles fizeram concurso eles prestaram concurso para FEMARH, então conte com o apoio dessa comissão para juntamente aos órgãos responsáveis embasar a sua solicitação e claro quatro servidores, eles têm que retornarem ao cargo para qual prestaram o concurso público, então ,nós estamos aqui justamente para somar, espero que a gente seja provocados e eu, deputado Neto Loureiro, deputado Eder Lourinho, falo também pelo deputado que não se encontra, os demais deputados que fazem parte dessa comissão que nós estamos aqui para somar e se existe desde o início das apresentações vocês estão falando aqui que precisa, que existe esse déficit de profissionais e esses profissionais que prestaram esse concurso público para esse órgão específico, nós vamos ter como reverter, juntamente com os órgãos competentes e vamos lutar, essa é uma batalha nossa contando que a gente venha realmente não sobrecarregar os que aqui estão, fazer um trabalho que seja desumano e os

demais não queiram voltar, a gente presta concurso, e um edital se torna lei e a gente tem que cumprir edital, então conte com o nosso apoio para melhoria, para um melhor desempenho da empresa e automaticamente do estado de Roraima, ja que esta questão da água é tão delicada essa questão, que a gente, eu falei no início que a minha outra fala foi de realmente pensando como população, como a população pensa e eu acho que é isso que a FEMARH quer, mostrar para população, transparência desse órgão, então, se a gente não fala a linguagem do nosso povo, eles vão continuar culpando vossas excelências e também e nós que fazemos parte da comissão de meio ambiente então hoje ficou claro aqui que quem realmente monitora essa questão de água, água que a gente consome não é a FEMARH, a FEMARH faz os estudos dos recursos hídricos, dos estudos mais aprofundados, a água que nós tomamos, a população do estado de Roraima, a gente tem que realmente consultar um outro órgão que também certamente não se negará a estar aqui na assembleia legislativa, assim como vossas excelências estão fazendo hoje à tarde uma parte importante, nós não vemos em outras comissões, realmente uma equipe assim não, hoje eu vou estar ao vivo na TV Assembleia para todo o estado de Roraima explicando qual o papel da FEMARH, porque a gente só fala eu vou na FEMARH, eu vou tentar resolver isso, a culpa é da FEMARH e hoje a gente traz essa transparência para a população, Deputado Eder Lourinho presidente dessa comissão, parabenizar a FEMARH e Assembleia Legislativa por proporcionar isso à nossa população, essa transparência, é disso que a gente precisa, é de união e de transparência para que a gente possa solucionar os problemas que o estado de Roraima vem enfrentando devido aos descasos anteriores, isso não é um problema do governo Denarium e não é um problema nosso, é um problema que vem se arrastando há mais de trinta anos e cabe a nós agora resolver, nós estamos aqui para somar com vocês, com todos que vierem para gente ter um estado de Roraima melhor, porque nós moramos aqui e nós vivemos aqui e comemos daqui desse estado, era isso obrigada **Glicério Marcos Fernandes –** Obrigada e reiterando deputado Eder, a comissão será informada, inclusive porque o IACT ele é todo registrado no sistema CEI e nós vamos repassar a demanda que houve e eu vou reiterar a solicitação e fazer as consultas necessárias porque não se pode ter na FEMARH a gente está na FEMARH tendo condições muito boa para colocações deputado Neto, podemos captar esses profissionais que são concursado do estado que possam estar atuando na fundação prestando um serviço de grande valia para a sociedade Roraimense, isso farei com muito prazer e digo mais a esteira é mesmo sentido que o governador pensa do estado, é o desenvolvimento, e esse desenvolvimento passa pelas pessoas, ela não passa só por instrumento, passa pelas pessoas, pela condição que tenhamos de oferecer um serviço que a sociedade almeja **Deputado Eder Lourinho –** Tu vai dar continuidade a apresentação? **Marta Cecilia Mota de Macedo –** Vamos só terminar aqui a apresentação com três slides, nós temos a cooperação técnica com três órgãos importantes que é a CAER, no ato das análises das amostras que nós coletamos, a UFRR a CPRM são órgãos que nós ajudam a fazer nossas ações, a realizar nossas ações, seria impossível essas ações, e determinar aqui as nossas necessidades, vou passar para o Glicério, **Glicério Marcos Fernandes –** As nossas necessidades principais, plano estadual de recursos hídricos, atualização da legislação vai passar por essa casa, podemos a quatro mãos, deputada Betânia trabalhar as iniciais a gente já trazer um produto que não cause tanto descontentamento no momento que vem pra casa, ou seja ja observando nas comissões implantar e normatizar, e a normatização da fiscalização dos recursos hídricos, nós temos, quando eu falo em implantar e a normatização da fiscalização que isso existe na lei maior da política nacional que já dita o formato de como fazer a fiscalização, mais especificamente dos recursos hídricos como falei anteriormente utilizar imagem de satélite e outros mecanismo, inclusive trabalhar, deputado Eder inteligência artificiais para que possamos trabalhar e conter deputada Betânia diversos crimes ambientais ocorridos no nosso estado, e o mais recorrente deles, abrir esse parêntese rápido, que é o em função da mineração ilegal, é um desafio do estado, e o desafio não é só dizer o garimpeiro está ilegal, tá tudo ilegal, há ilegalidade, mas o desafio do estado é buscarmos alternativa onde pode ser feito através da lei que são nas áreas que não são indígenas, que é autorizado pela normas legais a mineração; Rever valores das taxas do DRHI e nessa esteira deputada, nós que somos nordestinos, eu sou do Ceará, saí de lá há trinta anos, mas lá, a gente já cobrava os valores do uso da água. E aqui não há cobrança, não é isso Marcos? E nós fazemos isso. Tem um valor mínimo que a gente possa cobrar do que é autorizado pela FEMARH do que é licenciado pela FEMARH, é uma forma de sustentação das políticas nacionais, da política estadual com base na política nacional a estruturação da diretoria de recursos hídricos que vossa excelência falou com muita propriedade, vou até ousar não pedir mais quatro funcionários, mas sim, pedir pelo menos, a metade, oito na verdade, tem dezesseis, vamos pedir oito, qualificação maior do corpo técnico e o concurso público, o concurso público deputado Éder Lourinho, já está sinalizado pelo nosso governador, nós queremos ampliar a quantidade de vagas né?, desde o dia que eu assumi eu tenho conversado isso com a casa civil, com o próprio governador, de podermos ampliar, porque nós temos, quando a Marta citou aqui, normatização da fiscalização que é o controle ambiental , é um dos grandes gargalos nossos, hoje nós temos quatro servidores nossos lotados na fiscalização, os quatro servidores, aliás cinco servidores, dos cincos três operam na fiscalização porque os demais, dois tem idade avançada um vai se aposentar agora maio do próximo ano vamos ficar com quatro, temos praticamente três para trabalhar, a fiscalização em todo o estado, por isso nós recorremos sempre da polícia ambiental que é uma parceira recorrente da fundação tá bom?, então essas considerações do concurso público é fundamental e peço dessa casa que nos ajude. **Marta Cecilia Mota de Macedo –** Queria só registrar que a Brandina Amorim, gestora da PROGESTÃO de Brasília da Agencia Nacional de Águas, está nos assistindo neste momento ela é uma parceira nossa muito grande do estado, dos programas Qualiágua e PROGESTÃO, só fazer esse registro **Glicério Marcos Fernandes –** É aqui onde queremos chegar, autonomia financeira, nesse casso no recurso seria com a cobrança mínima da taxa do uso das outorgas, não é isso? E das outras atividades de serviço prestando, maior eficiência e celeridade nas ações, nós, com recepção do prédio novo que nós vamos mudar da sala, de situação que vai ser feita, vai ser construída para os recursos hídricos, nós teremos um pouco mais de modernidade para poder acelerar as ações, uma equipe técnica qualificada Aí eu me comprometo senhores deputados, em poder trabalhar isso viu Marta? poder através do próprio recurso da fundação, a gente poder qualificar a cada um dos servidores, seja eles efetivos ou cargos comissionados que tem o mesmo peso, o mesmo valor na nossa fundação, o monitoramento dos principais recursos hídricos, já é uma toada que eu venho tratando antes quando eu era diretor de monitoramento e controle ambiental, evitar crise hídrica que é um ponto, um inteiro principal de tudo que nós falamos em relação as mudanças climáticas, preservação de nascente, área de preservação, inclusive já temos propostas de projetos nesse sentido, então gostaríamos de sempre poder contar com essa casa e especialmente com essa comissão, são essas as minhas considerações e todo e qualquer informe e solicitação feita a nossa fundação está disponível a vossas excelências. **Deputado Eder Lourinho –** Passo a palavra a algum deputado queira fazer o uso da palavra, **Deputada Betânia Almeida –** Senhor presidente eu quero agradecer mais uma vez a presença de todos aqui, agora nas considerações finais o presidente da FEMARH falou sobre a questão do cuidado com o nosso meio ambiente e agora eu gostaria de ouvir com mais detalhes a questão do desmatamento, como é que está, como vocês estão tratando já que é uma das metas aí, além da autonomia financeira que eu concordo plenamente, tem meu apreço, claro que uma instituição dessa grandeza necessita caminhar sozinha, aprender a caminha sozinha, porque depender tudo de uma fonte só é complicado, e nada mais do que justo já que prestam um serviço à população nós vemos através da exposição de vocês que nós não temos tantas outorgas assim então essas pessoas que hoje usufrui é claro que passaram por todo um crivo é nada mais justo que depois dessa outorga que se passe a pagar realmente uma taxa para que a FEMARH realmente evolua cada vez mais e que todos tenham essa satisfação, mais o que eu tenho muita preocupação em relação ao desmatamento, como a FEMARH está tratando isso também, além dessa pauta que vocês vieram aqui falar de recursos hídricos, seria interessante explanar mais alguma coisa, em relação como a FEMARH hoje trata essa questão do desmatamento aqui no estado de Roraima, se possível. **Glicério Marcos Fernandes –** Vamos lá, as taxas de desmatamento, a tendência é ela aumentar, mais é a taxa de desmatamento legal, correto? E os satélites, ele busca cobertura vegetal como um todo, no tratamento dos dados muitos dos órgãos que não são governamentais eles conseguem acessar nossos bancos de dados e poder dizer, olha aqui é um desmatamento legal e ilegal, mais no geral que sai na mídia deputada, é que o desmatamento cresceu, mais o desmatamento cresceu tá, lá quando o desmatamento legal autorizado por lei como o desmatamento ilegal, uma das medidas eficientes que a FEMARH ampliou é o monitoramento através das imagens de satélites utilizando doze satélites ou até mais para cruzamento de dados isso é muito importante porque a gente consegue tirar dúvidas sobre desmatamento sobre uma fração mínima de desmatamento em cobertura vegetal, isso é muito importante é hoje também não estamos ainda aptos, não estamos fazendo ainda o monitoramento dos recursos hídricos, nós não estamos conseguindo fazer, mais dentre a cobertura vegetal chega os alertas para garimpo, focos de queimada, cicatrizes de queimadas, cobertura vegetal e também chega o desmatamento das matas filiares dos rios, é do Brasil todo não é só de Roraima, **Deputada Betânia Almeida –** Essa quantidade de satélite é suficiente ou nós temos que alimentar mais **Glicério Marcos Fernandes –** Não é mais que suficiente, e digo mais são todos

gratuitos, ninguém compra nada, são diversos órgãos que disponibilizam esses alertas para nós e hoje a base maior deputado Neto utilizamos o maphomos, o maphomos faz uma histórica do que eu quero ver na minha propriedade, desde mil novecentos e oitenta e cinco para cá eu consigo ver imagens eu consigo transitar em imagens, utilizamos imagens que são fornecidas pela NASA do IMP, que é o site oficial onde a gente determina e tira todas as dúvidas, **Deputada Betânia Almeida –** obrigada, **Glicério Marcos Fernandes –** Hoje contamos com sete servidores no monitoramento, mas que efetivamente trabalha na interpretação de imagens, temos quatro servidores **Deputada Betânia Almeida –** Obrigada senhor presidente, ficou muito claro para a população que quando a gente fala em desmatamento existe desmatamento legal e o desmatamento ilegal, e quando vai para mídia a gente só ouve falar no desmatamento ilegal, então eu fico feliz, dou por satisfeita senhor presidente da comissão nessa tarde por estar esclarecendo juntamente com a FEMARH e vossas excelências algumas dúvidas a população do nosso estado agradeço a oportunidade **Deputado Eder Lourinho –** Obrigada deputada Betânia, queria saber se o deputado Neto Loureiro tem mais alguma pergunta ? **Deputado Neto Loureiro -** só considerações finais, agradecer mais uma vez a presença de vocês, dizer que contem conosco, com a comissão e com demais parlamentares desta casa, e que a gente está aqui para ajudar, somar no que for possível, só vamos ter um problema na parte de criar taxas né?, mas a gente está aqui para ajudar para trabalhar no que for possível e a FEMARH pode contar com o meu apoio e acredito com todos os demais parlamentares para somar no que for viável para ajudar a população do estado, somente isso **Deputado Eder Lourinho –** Quero agradecer o presidente Glicério e ressaltar que nós estamos no estado de Roraima que é um estado novo, um estado promissor, um estado que vem crescendo bastante, um estado que chegando muitos investidores de for a porque nós temos terra barata aqui ainda comparando aos outros estados, nós temos um estado que já pagou seu preço e hoje nós temos sessenta e cinco por cento de reserva legal, em um estado que tem a maior biodiversidade do Brasil ou do mundo, um estado que tem, como diz o Bolsonaro, tem as terras mais ricas, mais também nós temos muitas pessoas do estado rico muitas pessoas com os bolsos vazios, hoje nós temos o garimpo que é uma coisa preocupante, a FEMARH tem um papel muito importante, a fundação do setor primário nós temos a questão do desmatamento que muitas vezes o estado é omisso, não estou falando dessa gestão, estou falando de gestões passadas, nós temos órgãos que nunca documentaram as terras para os produtores rurais, muitas vezes leva o produtor, obriga o produtor a se tornar um ilegal, uma pergunta que eu faço a você, uma pessoa que tem uma propriedade de sessenta hectares, ele precisa produzir, por exemplo ele derrubou duas hectares, vinte por cento mais ele não tirou nenhuma licença a FEMARH chega lá ela vai atuar ele ou não? **Glicério Marcos Fernandes –** Se ele estiver desmatado até julho de dois mil e oito, ele tem duas medidas, esse passe ambiental dele pode ser até mais de que os vinte por cento, ele vai fazer a devida regularidade ambiental, vai cumprir o normativo de lei, e em casos onde você vai invadir área de preservação permanente, principalmente cursos de águas reside a autuação, porque há a necessidade da autuação porque senão você não regulariza é como se eu tiver uma carteira de motorista e ela está vencida, na blitz a minha carteira é tomada e eu tenho que fazer a devida regularidade, para dizer assim Eder, o que acontece quem tem doze hectares no lote de sessenta, quem tem um hectares, meia hectares , aí vocês têm vários mecanismos, multa simples, multa de mil reais. Multa de quinhentos reais, multa de cinco mil reais, por hectares que eu estou falando certo? Cada multa hoje ela é conciliada na fundação e dentro de um preceito legal, que preceito legal é? Necessidade vezes viabilidade, o que é isso, é o que você acabou de falar, como eu não tenho documento da terra, mais eu preciso viver eu sou um cidadão e ele não conseguiu ter a regularidade ambiental porque ele não tem regularidade fundiária, **Deputado Eder Lourinho –** Tu tem informação precisa a respeito de quantas áreas do estado de Roraima já estão embargada ou pelo IBAMA ou pela FEMARH? **Glicério Marcos Fernandes –** Eu posso repassar isso para você com maior propriedade, não consigo te passar hoje porque os embargos são constantes, por exemplo: hoje nós estamos aqui, mas temos duas equipes em campo, então neste momento nossa equipe pode ter embargado ou multado alguém por alguma necessidade, deixa eu te falar Eder, em relação a regularidade ambiental quem estiver irregular, busque a FEMARH, o que eu quero dizer, o desconto da multa vai até sessenta por cento, eu estou devendo dez mil eu posso pagar com quatro mil, em até sessenta vezes, mas é isso, você pode adotar um projeto dentro da fundação para que ele faça a devida recuperação da área que é determinada pela lei, ele não precisa exatamente contratar um, consultor um técnico para fazer esse projeto para que ele possa implantar na sua propriedade então existe vários mecanismo, e até deixo aberto a comissão pra gente trazer aqui nossa diretoria de licenciamento e gestão ambiental e a câmara de conciliação, e a câmara amiga de autoridade julgadora para discutirmos esse assunto que é de grande valia para sociedade, mas deixar registrados para todos que estão nós vendo hoje pela TV Assembleia, que quem tenha qualquer passivo hoje a FEMARH recebe ele de braços aberto para fazer a regularidade, a FEMARH não é aquele órgão que só enxerga o crime, o cumprimento de lei, e o cumprimento de leis muitas vezes vai passar pela autuação **Deputado Eder Lourinho –** Eu quero aqui agradecer a presença dos demais deputados, agradecer a presença do presidente da FEMARH no qual eu comprimento todos os servidores da FEMARH, agradeço os servidores da Assembleia Legislativa e dou por encerrada a presente reunião. **ENCERRAMENTO:** Às dezesseis horas e cinquenta minutos, não havendo mais nada a tratar, o senhor presidente encerrou a reunião. Para constar, eu Jane Gonçalves de Melo, secretariei e lavrei a presente Ata que, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente e encaminhada à publicação.

Deputado Eder Lourinho
Presidente da Comissão

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS

RESOLUÇÃO Nº 8848/2022-SGP

A SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Resolução nº 389/2016-MD e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Interromper, a partir de **19/12/2022** o usufruto das férias do (a) servidor (a) AMANDA EMANUELLE PERES DAMASCENO, matrícula nº 11047, programada para o período de 01/12/2022 a 30/12/2022, referente ao exercício de 2022, por necessidade da administração, conforme Memorando nº 064/2022.

Art. 2º Os dias restantes das férias interrompidas, serão usufruídas em data oportuna.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeito a partir de 19/12/2022.

Palácio Antônio Martins, 20 de dezembro de 2022.

CLAUDEMÍ ALVES DE SOUSA E SOUSA
Superintendente de Gestão de Pessoas
Matrícula: 29362